



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Ana Luiza Rodrigues Inácio

Relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência”

Uberlândia/MG
2015

ANA LUIZA RODRIGUES INÁCIO

Relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera

Uberlândia/MG
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

I37r
2015 Inácio, Ana Luiza Rodrigues, 1990-
 Relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência”
 / Ana Luiza Rodrigues Inácio - 2015.
 119 f.

 Orientador: Emerson Fernando Raserá.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
 Inclui bibliografia.

 1. Psicologia - Teses. 2. Gravidez na adolescência - Teses. 3.
Gravidez na adolescência - Aspectos psicológicos - Teses. 4. Gravidez
na adolescência - Família - Teses. I. Raserá, Emerson F. \q (Emerson
Fernando), 1972-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera

Banca Examinadora

Uberlândia, 09 de abril de 2015.

Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera
Orientador (UFU)

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Isaac Machado Brigagão
Examinador (USP)

Prof^a. Dr^a. Eliane Regina Pereira
Examinador (UFU)

Prof^a. Dr^a. Daniela de Figueiredo Ribeiro
Examinador Suplente (UNIFACEF)

Dedicatória

Aos que torceram, colaboraram e
permitiram a concretização dessa história,
em especial a vocês, Sandra e Fausto,
meus pais e exemplos de bons espíritos.

Agradecimentos

Aos meus pais. Se hoje conquistei o respeito e a confiança de vocês é porque souberam repassar valores nos quais me apoio e que fizeram de mim uma “boa garota”. Minhas conquistas carregam muito do apoio, amor e esforços de vocês em proporcionar um bom futuro a seus filhos.

Agradecimentos ao Dr. Emerson Raser, meu orientador, professor, amigo. Obrigada por me auxiliar e possibilitar o acesso a um universo novo, de (re)descobertas e reflexões que me levam a acreditar na possibilidade de um mundo melhor. Muito obrigada por acreditar em mim e por proporcionar esse sentimento de imenso orgulho por poder ser alguém em sua vida.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Construcionismo pelas contribuições e pelo bom trabalho desenvolvido ao lado de vocês, bem como aos colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Aos alunos pelo companheirismo, carinho e apoio mútuo que tornaram a jornada menos árdua para todos nós, e aos profissionais, pelos ensinamentos, e por toda paciência e trabalho desenvolvido em busca do melhor para todos.

À Equipe de Saúde da UAPSF que abriu as portas da unidade para o desenvolvimento da pesquisa, de forma tão hospitaleira e gentil, contribuindo com uma parte essencial e que muito exigiu, sendo que sem a ajuda de vocês não seria possível ter alcançado esse fim. A saúde necessita e tem orgulho de ter profissionais como vocês representando-a.

Agradecimentos a todos os participantes dessa pesquisa por me receberam em suas casas, exporem suas histórias e contribuírem para a construção de um trabalho, que por mais difícil que

possa ter se mostrado, no final o sentimento de orgulho e de dever cumprido compensa qualquer adversidade.

À CNPq por subsidiar um sonho e contribuir para a qualidade do mesmo.

À minha família, irmão, avô, tios e primos, por proporcionarem um ambiente de amor e união. Sei que no fim sempre poderei contar com todos vocês, e me orgulho muito disso. E amigos, que souberam compreender minhas faltas quando me dedicava a desenvolver tal trabalho e pela parceria, seja com contribuições ao estudo, seja participando de momentos divertidos de lazer. Obrigada a todos por torcerem por mim!

Ao meu companheiro Hernane, que dentre todas as inspirações, admirar você como pessoa e profissional me faz querer ser alguém melhor. Obrigada por ser meu amigo, me ouvir, me apoiar e não me deixar desistir.

E finalmente a Deus, que guia meus passos, acalma meu coração e me deleita com o dom da vida.

O meu muito obrigada!

RESUMO

Alguns levantamentos epidemiológicos, bem como certa análise das repercussões de uma “gravidez na adolescência” e sua repetição contribuem para a sua construção como um “problema social”, pautada em um discurso vitimizador, homogeneizador e alarmista da questão. Contudo, reconhecemos a necessidade de se questionar condutas idealizadas, generalizadas, independentemente dos contextos de produção. Pensando nisso, torna-se fundamental a compreensão das perspectivas daqueles que vivenciam a experiência de uma “gravidez na adolescência” e sua repetição, ou seja, os jovens e seus familiares. O presente estudo teve como objetivo compreender os sentidos produzidos nas relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência”. Fizeram parte do estudo três núcleos familiares, sendo essas famílias cadastradas e que recebiam atendimento em uma UAPSF do município de Uberlândia (MG). Foram realizadas seis entrevistas individuais semi-estruturadas, referente às três famílias. A análise baseou-se numa perspectiva qualitativa, de cunho construcionista social, e foi organizada a partir de três categorias: a) Maternidade/paternidade entre jovens: revendo o lugar da juventude; b) Família e redes de apoio; c) Repetição da gravidez e planejamento familiar. Os entrevistados significaram a “gravidez na adolescência”, bem como sua repetição, como experiências naturalizadas, as quais constituem forma típica de constituição do grupo familiar, sendo a gravidez associada à oportunidade de amadurecimento e à realização de um projeto de vida. Esses sentidos estão atrelados às formas como as relações familiares se apresentam, pela história de vida compartilhada, pelos valores repassados, como também às normas de gênero que sustentam a realidade cultural e histórica dos entrevistados. Além disso, a família ganha papel de destaque como principal instituição de auxílio e integrante das redes de apoio formuladas diante dessas experiências. Com a conquista dos papéis maternos e paternos, alguns compromissos passam a fazer parte da rotina dos jovens. Responsabilidade e participação ativa do jovem pai são posturas que ganharam destaque nas entrevistas. Esses sentidos sobre a “gravidez na adolescência” e sua repetição convidam à revisão sobre o lugar do planejamento familiar, à medida que a reflexão por parte dos jovens acerca da adesão aos métodos contraceptivos e à prática abortiva demonstra uma conscientização a respeito da gravidez. Concluindo, faz-se necessário ampliar o olhar, o qual permita a contextualização de determinados exercícios no campo da sexualidade, uma vez que, para os diferentes contextos há diferentes significações, e aí cabe se perguntar de que lugar estamos falando, quais as condições culturais, econômicas e de gênero que governam nossa realidade e que levam a produção dos sentidos acerca da “gravidez na adolescência” e sua repetição.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Repetição da gravidez na adolescência; Família.

ABSTRACT

Some epidemiological surveys, as well as some analysis of the effects of a "teenage pregnancy" and its repetition contribute to its construction as a "social problem", based on a victimizer speech, homogenizer and alarmist of question. However, we recognize the need to question idealized behaviors, generalized, regardless of production contexts. Thinking about it, it is essential to understand the perspectives of those who have the experience of a "teenage pregnancy" and its repetition, in other words, young people and their families. This study aimed to understand the meanings produced in family relationships across the repetition of "teenage pregnancy". The participants were three households, and these families were enrolled and received care in an Uberlandia's UAPSF (Minas Gerais). Six semi-structured interviews were conducted, referring to the three families. The analysis was based on a qualitative perspective, the social constructionist nature, and was organized in three categories: a) Maternity/paternity among young people: reviewing the place of youth; b) Family and support networks; c) Repetition of pregnancy and family planning. The respondents told the "teenage pregnancy", as well as its repetition, as naturalized experiences, which constitute typical form of constitution of the family group, being the pregnancy associated with the opportunity of maturation and the realization of a life project. These senses are linked to the ways in which family relationships are presented, the shared history of life, the passed values, as well as the gender norms that support the cultural and historical reality of respondents. Furthermore, the family gets a prominent role as the main institution of aid and member of the formulated support networks on these experiences. With the achievement of maternal and paternal roles, some commitments become part of the routine of young people. Responsibility and active participation of young father are postures that were highlighted in the interviews. These senses about "teenage pregnancy" and its repetition invite to review of the place of family planning, since, the reflection of young people about the adherence to contraception and abortion practice demonstrates an awareness about the pregnancy. In conclusion, it is necessary to broaden the perspectives, which allow the contextualization of certain exercises in the field of sexuality, since, for the different contexts there are different meanings, and we should question what place that we are talking, what the cultural conditions, economic and gender that rule our reality and producing meanings about "teenage pregnancy" and its repetition.

Keywords: Adolescent pregnancy; Repetition of teenage pregnancy; Family.

SUMÁRIO

1.	Apresentação.....	10
2.	Introdução.....	15
2.1.	A construção da juventude e sua sexualidade.....	15
2.2.	A construção da “gravidez na adolescência” como problema.....	20
2.3.	A “gravidez na adolescência” e sua repetição.....	32
2.4.	O papel da família no contexto da gravidez repetida entre jovens.....	40
3.	Justificativa.....	45
4.	Objetivos.....	47
4.1.	Objetivo geral.....	47
4.2.	Objetivos específicos.....	47
5.	Metodologia.....	48
5.1.	Contexto e participantes.....	48
5.2.	Procedimentos de construção e análise do corpus da pesquisa.....	53
6.	Resultados e Discussão.....	57
6.1.	Maternidade/paternidade entre jovens: revendo o lugar da juventude.....	57
6.1.1.	Significações da maternidade/paternidade quando jovem.....	58
6.1.2.	Idade, aspectos econômicos e escolaridade como condições prévias para a maternidade/paternidade.....	65
6.2.	Família e redes de apoio.....	70
6.2.1.	Construindo as redes de apoio.....	71
6.2.2.	A postura dos jovens pais diante da nova realidade.....	76
6.3.	Repetição da gravidez e planejamento familiar.....	82
7.	Considerações finais.....	93
7.1	Produção de sentidos, relações familiares e a repetição da “gravidez na adolescência”.....	93
7.2	Resgatando o caminho percorrido: pesquisadora e pesquisa.....	98
7.3	Implicações do estudo para as práticas profissionais.....	100
8.	Referências.....	104
9.	Anexos.....	112

1. APRESENTAÇÃO

Para dar início à apresentação do propósito da pesquisa, começo expondo algumas peculiaridades de minha trajetória pessoal e profissional enquanto discente nas áreas da Enfermagem e Psicologia.

Minha história na área da saúde iniciou-se em 2008 quando ingressei no curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia. Ao ser apresentada às diversas áreas de estudo e campos de atuação do profissional de Enfermagem, logo me identifiquei por aqueles referentes à saúde da mulher, o que durante a caminhada estudantil foi o foco de grande parte de meus trabalhos visando, principalmente, a qualidade da assistência direcionada a esse público.

Nos anos de 2010 e 2011, tive a oportunidade de participar como membro criador e efetiva da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente (LESMCA), ocupando o cargo de primeira secretária e tesoureira. Como objetivo, visava-se ampliar e atualizar os estudos voltados à saúde da mulher, criança e adolescente de maneira multidisciplinar, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos membros discussões sobre a produção científica relacionada, inserção nos serviços de saúde e aproximação com a comunidade (atividades de educação e promoção de saúde). Apesar de ter tido o primeiro contato com a área ao cumprir as disciplinas de Assistência Integral à Saúde da Mulher, considero essa a principal experiência na qual começo a despertar o interesse pela busca do conhecimento voltado à população feminina e a possibilidade de uma reflexão crítica, considerada essencial para a formação do profissional, e consequentemente para a prática da Enfermagem.

Assim, ao mencionar qualidade da assistência refiro-me ao anseio por um olhar especial à mulher, pensando principalmente como o profissional da saúde (sobretudo o enfermeiro) acolhe,

percebe e assiste essa população, e logo, diante de circunstâncias nas quais acreditava na necessidade de mudanças, começo a carregar comigo a qualidade da assistência como bandeira principal.

No início de 2013, fui aprovada no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa Psicologia da Saúde. Com o intuito de conciliar minha afinidade com as particularidades relacionadas à saúde da mulher e o tipo de abordagem desenvolvida pelo meu orientador, construí a proposta do presente estudo. Porém, mais que uma simples forma de combinar afinidades e trabalhos desenvolvidos, creio que a motivação pessoal para realização da pesquisa foi sendo construída por todo o caminho percorrido até aqui.

Como parte do currículo do Curso de Graduação em Enfermagem, as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado permitiam que os alunos participassem de atividades inerentes ao desempenho da profissão de enfermeiro nos três níveis de atenção (primário, secundário e terciário). Quando inserida no campo da Assistência Primária pude acompanhar o trabalho desenvolvido em algumas Unidades de Atenção Primária em Saúde da Família – UAPSF do município de Uberlândia (MG). A Estratégia Saúde da Família tem como princípio básico melhorar a saúde da população através de um modelo de assistência voltado à família e à comunidade, e assim temos a saúde da mulher como um dos campos para desenvolvimento dessas ações de saúde.

Entre as ações voltadas à população feminina, poder participar da realização do pré-natal como assistência prestada à gestante durante os nove meses de gravidez, visando evitar problemas para a mãe e a criança era algo que me trazia muito prazer, principalmente por se tratar de um processo tão admirado por mim, que é a maternidade. Desta forma, tive a oportunidade de acompanhar inúmeras mulheres grávidas, de diferentes lugares, etnias, idades, e

consequentemente, comecei a conviver de forma mais próxima com a temática da “gravidez na adolescência”.

Quando uma jovem (desde os dez, doze anos até os dezoito, dezenove anos) procurava a Unidade de Saúde por estar grávida surgiam certos questionamentos e comentários por parte dos profissionais, principalmente em relação a quais os motivos que levaram essas moças a engravidarem. Assim, o que se mostrava para mim era uma visão do evento como precoce, uma vez que, não seria esse o momento ideal para se engravidar e de caráter irresponsável, pois se havia tantas formas de prevenção por que deixavam que isso acontecesse. Uma vez que, não se compreendia essa gravidez, quando as mesmas jovens viviam uma segunda, terceira gestação a situação tornava-se mais complexa e dramática ainda.

A “gravidez na adolescência” e sua repetição é então reconhecida como assunto que merece mais estudos, seja pelos números e a grande quantidade de jovens pais, seja pelas repercussões que atingem a vida dos jovens e familiares, por se entender que ações de prevenção não estão ocorrendo de forma eficiente já que tais gravidezes se repetem por uma ou mais vezes e por conseguinte as dificuldades são maiores. Foi por presenciar tais situações que comecei a me interessar pelo tema da repetição da “gravidez na adolescência” por acreditar em sua relevância e poder assim contribuir com as pesquisas na área, objetivando sempre a produção de informação para uma melhor assistência profissional.

Na tentativa de um diálogo entre Enfermagem e Psicologia, me sensibilizo em enxergar esses jovens de forma holística, pensando-se na humanização do cuidado, sendo este a principal ferramenta de trabalho do enfermeiro. Nesse contexto, meu encontro com a perspectiva construcionista social se dá durante o mestrado, apresentada por meu orientador, e assim adentro a um novo mundo de leituras e modos de compreensão de si e do mundo em que vivemos e que colaboram com a percepção do jovem de forma a não desconsiderar os diferentes planos e suas interconexões (físico, social, histórico, experiência de vida, etc.).

Daí o interesse em entender os sentidos produzidos pelos jovens e seus familiares diante da repetição da “gravidez na adolescência”, agora de uma maneira que desse voz as pessoas que vivenciam de forma íntima a experiência em questão, pensando como descrevem a si, suas realidades e a gravidez.

De fato, hoje percebo que minhas aspirações e a própria forma de compreender a “gravidez na adolescência” e sua repetição foram sendo construídas e moldadas ao longo da produção da pesquisa e à medida que eu me envolvia mais com o tema, seja durante a revisão da produção científica, seja durante a realização e análise das entrevistas. Reconhecemos a reflexividade do processo no qual refletimos sobre nossa história, posicionamentos e temos a possibilidades de novos movimentos, com a revisão de questionamentos e pressupostos que embasaram o estudo.

Do mesmo modo, tendo como base os princípios do construcionismo social, uma das únicas certezas que se tinha era a busca por uma crítica reflexiva acerca do assunto e que também era e ainda é um processo de aprendizagem em construção, em que fui me adaptando de acordo com meus anseios, com a temática da repetição da “gravidez na adolescência” e com o que o construcionismo social propõe.

Assim, nesse primeiro capítulo de apresentação faço uma breve contextualização acerca de minha formação acadêmica, dando destaque para a população feminina como um dos meus principais grupos de interesse, estudo e atuação, como também conto como a intenção de estudar o tema da repetição da “gravidez na adolescência” e o olhar para as relações familiares neste contexto foi sendo construída durante minha trajetória e que acabou nos guiando até a presente pesquisa.

Trago no segundo capítulo uma apresentação do nosso público de estudo, os jovens, além da construção social do termo juventude e o questionamento acerca do lugar que esse jovem

ocupa na sociedade, para assim conseguir compreender suas ações, principalmente no campo da sexualidade.

No terceiro capítulo, faço uma revisão da literatura da área sobre “gravidez na adolescência”, sua construção como problema social e as diferentes implicações para a vida dos jovens e de seus familiares, mas enfatizando principalmente minha postura diante da temática, e assim, a necessidade de um novo olhar sobre o evento, destacando sua contextualização social e histórica e as múltiplas possibilidades de descrição. Em seguida, discuto sobre a repetição da “gravidez na adolescência”, sendo essa a inspiração maior para produção do estudo, quando também trago as diferentes maneiras de se contar sobre, repercussões, e mais uma vez, a necessidade de uma nova perspectiva.

Já no quinto capítulo, trago para a discussão a família dentro do contexto da “gravidez na adolescência” e sua repetição, por reconhecer a relevância das relações na produção de conhecimento e o papel que essa assume, o que justifica abarcar os familiares ao se pesquisar o assunto em questão.

No capítulo seis, apresento os caminhos metodológicos do trabalho, sendo justificativa e objetivos para realização da pesquisa, referencial teórico qualitativo de cunho construcionista social, contextualização dos participantes, os passos de construção e análise do corpus da pesquisa, bem como os aspectos éticos envolvidos nesse processo de investigação.

No sétimo capítulo, trago a análise das entrevistas com seleção de trechos que se mostraram relevantes para ilustrar e basear a discussão acerca da repetição da “gravidez na adolescência” e as relações familiares frente a esse acontecimento. E por fim, exponho as considerações finais referentes ao processo de desenvolvimento do estudo, uma última reflexão sobre a produção de sentidos, as relações familiares e a repetição da “gravidez na adolescência” e as implicações do trabalho para a prática profissional.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A construção da juventude e sua sexualidade

Estudar e entender a juventude como uma construção social e histórica permite uma melhor compreensão de como nossas definições e conceitos são produzidos de acordo com os valores e especificidades dos distintos meios sociais e culturais de cada época. A forma como enxergamos os jovens e suas ações e também a forma como esses descrevem a si mesmos são atravessadas por nossas perspectivas culturais, por nossa criação e pelos saberes produzidos dentro dos relacionamentos com os nossos pares. Contudo, definir a juventude em termos precisos não é uma questão simples.

Legalmente, há uma ampla variação nas leis nacionais que estabelecem os limites cronológicos (UNICEF, 2011). Assim, temos a Organização Mundial de Saúde (OMS) definindo como limites cronológicos da adolescência dos 10 aos 19 anos (OMS, 1965). Já no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 do ano de 1990, define a adolescência como a faixa etária de 12 aos 18 anos de idade (Brasil, 2001). Além disso, independentemente de limites legais que diferenciam a adolescência da vida adulta, é grande o número de crianças e adolescentes em todo o mundo que exercem atividades consideradas adultas, tais como trabalho, casamento, cuidados primários. (UNICEF, 2011).

Uma das definições existentes sobre a adolescência delimita essa como uma das fases da vida apoiada em uma definição homogênea e linear. Segundo ela, o processo de desenvolvimento é compreendido a partir da passagem do sujeito por etapas ordenadas da vida: nascimento, infância, adolescência, vida adulta e envelhecimento. O que acontece é que tal perspectiva evolucionista desconsidera a relevância do contexto social e cultural na percepção do desenvolvimento (Oliveira, 2008).

De maneira semelhante, conhecimentos produzidos pela psicologia e psicanálise ajudaram a fundar a representação hegemônica sobre a adolescência como fase sujeita a conflitos. Esses saberes não estão à margem da biomedicina, que com seu exame detalhado do organismo humano define parâmetros orgânicos de um amadurecimento do ser e auxilia na construção de marcas inextinguíveis das fases da vida com ingênua desconsideração das condições sociais que as produzem e reescrevem (Heilborn, 2012).

Desta forma, por se considerar essenciais as condições socioculturais como determinantes dos conhecimentos produzidos ao longo da história propõe-se aqui o uso do termo “juventude”, na tentativa de não se estipular faixa-etária específica ou comportamentos associados a uma fase. A simples troca de palavras não garante a quebra de naturalizações, uma vez que, o conceito de juventude também é uma construção social, podendo ser instituído e capturado. No entanto, pode funcionar como uma estratégia contra as capturas e imposições por saberes que se amparam em uma realidade normatizada, a qual constrói uma definição que impede o desenho de novos fluxos. E ao trabalharmos com o conceito de juventude, o identificamos como constituído e atravessado por fluxos, multiplicidades e diferenças (Coimbra, Bocco, & Nascimento, 2005).

A partir dessa discussão, refletir sobre o conhecimento científico no campo da juventude impõe trazer à luz a especificidade do lugar que esse jovem ocupa na cultura e sociedade, além de avaliar as implicações dessa especificidade sobre o dispositivo da pesquisa (Castro, 2008). As vivências e transformações dos jovens devem ser compreendidas dentro do próprio mundo deles, nas suas atitudes, conforme a situação biográfica/social e não a partir do conceito cronobiomédico, de forma generalizada, como acontece em grande parte do conhecimento científico atual sobre a juventude (Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009). Propõe-se, então, o reconhecimento de pensamentos e existências sem modelos a seguir, sem paradigmas a determinar os modos de vida, que exigem criação e invenção, que ocorrem no plano dos

acontecimentos e se evidenciam nos movimentos que possibilitam a abertura de diferentes formas de vida (Coimbra, Bocco, & Nascimento, 2005).

Tendo como referência a noção da juventude sem o estabelecimento de uma faixa-etária específica e de comportamentos reconhecidos como pertencentes a tal categoria, trazemos à luz para discussão a temática da sexualidade juvenil, ainda muito vista socialmente como assunto polêmico, ora limitando a prática de determinados atos, ora evitando-se falar sobre os mesmos.

A sexualidade é constituída pela linguagem e valores vigentes em cada época, os quais modificaram-se com a evolução do pensamento humano, e assim a virgindade, o casamento, a maternidade, os papéis sexuais dentro das relações conjugais e sociais podem ser vistos de forma diferente (Moreira, Viana, Queiroz, & Jorge, 2008). Além desse consenso acerca do papel crítico dos aspectos socioculturais sobre a conceituação da sexualidade humana, há também o reconhecimento da sexualidade se referindo não somente à capacidade reprodutiva, como também ao prazer. Envolve, então, nosso corpo, nossa história, nossos costumes, as relações com os pares e nossa cultura (Castro, Abramovay, & Silva, 2004).

Reconhecer a sexualidade como construção social significa afirmar que as práticas e desejos são também construídos culturalmente, os quais dependem da diversidade de povos, concepções de mundo e costumes existentes. Tal pensamento envolve a necessidade de se questionar idéias presentes nas condutas idealizadas, que são naturalizadas, e assim, generalizadas para todos os grupos sociais, independentemente de seus contextos de localização (Figueiredo, 1998).

Continuando no campo da sexualidade e na interconexão desta com a área reprodutiva, as divergentes características entre homens e mulheres resultam de uma combinação de fenômenos que refletem nos corpos como efeito de complexos processos de socialização dos gêneros, ou seja, os processos de aprendizagem cultural em torno da sexualidade estão intimamente relacionados às normas de gênero que vigoram na sociedade (Heilborn, 2012).

A sexualidade entre jovens pode ser contextualizada segundo uma cultura de gênero que incentiva o homem ao não controle sobre seus impulsos sexuais, e deixa sob a responsabilidade da mulher questões contraceptivas (Cabral, 2003). Porém, embora a contracepção permaneça sendo considerada um assunto feminino, o diálogo sobre o tema entre parceiros demonstra a importância que a proteção adquire no decorrer da experiência sexual a dois (Aquino et al., 2003).

Desta forma, entende-se a experiência da contracepção como algo aprendido e adquirido no decorrer dos relacionamentos afetivo-sexuais, os quais são permeados pelas diferenças de gênero (Brandão & Heilborn, 2006). Do mesmo modo, jovens atribuem sentidos à maneira de se identificarem como masculino e feminino e à sua sexualidade, bem como possuem diferentes aspirações acerca da procriação (Lima et al., 2004). O ponto principal dessa discussão é que grande parte das realidades se apresenta de uma maneira na qual o homem pede pelo não uso de formas de proteção, por exemplo, como prova de amor e fidelidade, e a mulher acaba por ceder, principalmente quando esse diálogo não ocorre de maneira democrática ao desejo de ambos.

A partir da década de 90, os relacionamentos entre jovens no Brasil apresentaram uma nova modalidade, o ficar, caracterizado pela não exigência de um compromisso entre os parceiros, permitindo uma maior flexibilidade e radicalizando a imprevisibilidade e a intermitência que qualificam tais relações sexuais juvenis. De certa forma, essa nova modalidade parece comprometer, ainda mais, o exercício da decisão feminina acerca da contracepção e prevenção, consequência da pouca intimidade entre os parceiros (Heilborn et al., 2002).

Normas de gênero ditam os lugares que homens e mulheres ocuparão socialmente, modos de ser e agir, incentivando-se o desenvolvimento de comportamentos, atitudes e valores esperados para uma mulher e para um homem. Até que ponto os direitos atribuídos a esses dois posicionamentos se apresentam de maneiras iguais ou respeitam uma equidade é o que nos faz

refletir acerca da necessidade e da relevância das lutas feministas, ao defenderem a noção de que no que se refere aos direitos, não deve haver diferenciação entre os sexos.

Idéias que não reconhecem a influência causada pelos contextos culturais, econômicos, de diferenças de gênero, acabam por fazer com que as abordagens teóricas que discutem acerca da sexualidade dos jovens tragam, de forma implícita, um cunho de irresponsabilidade quanto às experiências sexuais desses, colaborando com uma visão homogeneizadora do processo (Benini, 2011). Esses discursos evidenciam um clima de erotização precoce indesejável, irresponsabilidade juvenil, ausência de autoridade pelos pais e diálogo entre gerações, no qual as mulheres ainda são culpabilizadas por gravidezes fora do matrimônio, e os homens, absolvidos ou esquecidos de sua participação no evento (Heilborn, 2012).

Quando se aceita a construção de uma “identidade adolescente” ditam-se jeitos legítimos de ser e de estar no mundo, uma natureza intrínseca a essa “fase do desenvolvimento humano”. Ao etiquetarmos com base em leis previamente fixadas e fundamentadas por discursos científicos, limita-se o jovem e criam-se territórios específicos, aprisionando-os e localizando-os, de forma a dificultar possíveis movimentos. Desta forma, ao se confirmar a homogeneidade, rejeitam-se multiplicidades e diferenças (Coimbra, Bocco, & Nascimento, 2005).

Pretende-se, então, estimular a adoção de valores que possam apoiar os jovens na construção de sua autonomia presente na intersecção das discussões sobre Saúde do Jovem e Saúde Reprodutiva, lembrando da juventude também como maneira de viver historicamente construída, condicionada às condições de vida, gênero, geração, entre outros.

A sexualidade é entendida como produto de distintos cenários e não emana primariamente do funcionamento biopsíquico dos sujeitos. Desse modo, os processos de aprendizagem cultural em torno da sexualidade estão intimamente ligados aos códigos de gênero vigentes no contexto social em que os sujeitos se inserem, e assim, também as idades consideradas adequadas para a expressão da sexualidade dependem de convenções sociais de

determinados locais e épocas (Heilborn, 2012). Dada a importância da complexidade desse tema, é necessário investigá-lo de forma crítica, revendo o lugar dos jovens e o conjunto de relações sociais, tendo a “gravidez na adolescência” como dentre as experiências juvenis, a que mais tem sido marcada por essa desqualificação.

2.2 A construção da “gravidez na adolescência” como problema

Quando se discute juventude, em particular a sexualidade, um dos temas mais recorrentes e de destaque é a “gravidez na adolescência”. Ao se pensar a “gravidez na adolescência”, apesar dessa ser um evento que ocorre no corpo das mulheres, suas significações são construídas embasadas na experiência social e cultural e variam conforme a classe social, a idade, o sexo, dentre outros fatores (Oliveira, 2008). Consequentemente, a significação da gravidez está fortemente vinculada a fatores sócio-culturais, que determinarão diretamente a maneira como esta jovem vivenciará a maternidade (Barreto, Gomes, Oliveira, Marques, & Peres, 2011). Assim, faz-se necessária a análise desse contexto sob diferentes pontos de vista no intuito de tentar entender quais os processos envolvidos e suas conseqüências (Silva, Nakano, Gomes, & Stefanello, 2009).

Somos, então, convidados a nos aproximar de uma perspectiva que proporciona o reconhecimento da imersão cultural dos conhecimentos científicos e suas práticas, e nos chama à transformação e inovação cultural (Rasera & Japur, 2005). Estudar a ocorrência da gravidez entre pessoas jovens a partir dessa idéia demanda a realização de uma crítica reflexiva, reconhecendo o jovem e suas vivências em sua especificidade histórica e social e as diferenças econômicas, entre gerações, de gêneros que estão diretamente ligadas aos processos de construção de identidades e ações em sociedade.

Historicamente, o Brasil vivenciou um aumento considerável de nascimentos entre jovens de 15 a 19 anos, o que vai contra tendências de uma queda da taxa de percentual de nascimentos entre outros grupos etários (Gupta & Leite, 1999).

Em estudo realizado em Ribeirão Preto, entre os anos de 1992 a 1996, encontrou-se um aumento na ocorrência de nascimentos com jovens mães. Dentre esses números temos um crescimento de 104,2% dos partos com jovens de 14 anos, 48,8% aos 15 anos, 36,1% aos 16 anos, 14% aos 17 anos, 52,8% aos 18 anos e sem registro de aumento dos índices aos 19 anos (Michelazzo, Yazlle, Mendes, Patta, Rocha, & Moura, 2004). Em 2004, no Brasil, dentre os mais de três milhões de nascimentos registrados, 21,9% dos recém-nascidos correspondiam a mães com idade entre 10 e 19 anos (Brasil, 2009). Destaca-se a observação desses números elevados de partos entre as idades mais baixas como um indicador relevante, pois quanto mais jovem a menina vivenciar a primeira gravidez, maior a possibilidade de multigestações ainda durante a juventude (Sabroza, Leal, Gama, & Costa, 2004). Esses levantamentos contribuem para a construção da “gravidez na adolescência” como um “problema social” (Brandão & Heilborn, 2006; Manfredo, Cano, & Santos, 2012).

Contudo, a maternidade durante a juventude nem sempre se constituiu como problema na sociedade. Décadas atrás, a maioria dos casamentos acontecia de forma arranjada pelos pais, os noivos eram jovens e a união conjugal mais o nascimento dos filhos representava a realidade esperada pela sociedade. Consequentemente, para a jovem, o fato de se ter uma idade já mais avançada e ainda permanecer solteira representava um alarme para a não conquista de um futuro estável ao lado de um marido e filhos. Assim, gerar uma criança antes dos 19 anos não se constituía como um problema de ordem pública. Porém, alterações relacionadas ao padrão de fecundidade da população feminina brasileira, redefinições na posição social da mulher (escolaridade e profissionalização) e o fato da maioria destes nascimentos ocorrer fora de uma

relação conjugal despertam atenção para tal afirmativa (Brandão & Heilborn, 2006; Magalhães, 2007).

Além dessas transformações, mudanças culturais ocorridas ao longo dos anos na sociedade contribuíram para a assimilação de novos valores e atitudes diante das questões de sexualidade, de forma a influenciar diretamente o comportamento dos jovens. A iniciação da atividade sexual associada à falta de informação e à ausência de suporte psicológico e social são vistos como fatores que contribuem para situações consideradas de risco em uma “fase” ainda em desenvolvimento. Nesse contexto, o aumento do número de gestações entre jovens pode ser apontado como um desses riscos, tornando-se um desafio para os pesquisadores na atualidade (Brasil, 2008).

As transformações oriundas da chegada de um recém-nascido não se limitam às variáveis biológicas e psicológicas, uma vez que, os fatores socioeconômicos também são apontados como fundamentais. Em tempos atrás, o “problema” da “gravidez na adolescência” podia ser resolvido por meio de casamentos às pressas ou exílios temporários. Hoje é apontada por alguns como uma ameaça ao futuro dos jovens, levando-se em conta possíveis riscos físicos, emocionais e sociais dela decorrentes. Por poder revelar a prática de uma sexualidade insegura, representada, por exemplo, pela exposição a doenças sexualmente transmissíveis, a “gravidez na adolescência” mais uma vez recebe o título de problema social (Moreira, Viana, Queiroz, & Jorge, 2008).

Assim, ao se considerar que o processo da maternidade gera grandes transformações na vida de uma mulher, quando se trata de uma jovem gestante, esse acontecimento é visto como mais complexo, uma vez que ela, além de vivenciar conflitos e dúvidas ditos como comuns dessa idade, ainda tem que enfrentar as dúvidas frente à maternidade (Silva, Nakano, Gomes, & Stefanello, 2009).

Tal evento possui, então, uma série de implicações, sendo essas biológicas, familiares, emocionais e econômicas, como também jurídico-sociais, que atingem o indivíduo como um

todo, inclusive as oportunidades de desenvolvimento desses jovens na sociedade (Vitalle & Amancio, 2001). Ainda nesse contexto, essas repercussões podem ser representadas por questões relacionadas, por exemplo, às modificações corporais, insegurança, alterações na dinâmica familiar (sono, alimentação, lazer, etc.), questões financeiras, que influenciarão em alguns investimentos pessoais, dentro os quais está o processo de educação (Folle & Geib, 2004). Identifica-se, dessa maneira, uma frequente relação entre gravidez e abandono escolar durante a juventude (Godinho, Schelp, Parada, & Bertoncello, 2000; Moreira, Viana, Queiroz, & Jorge, 2008).

No âmbito econômico, apesar da “gravidez na adolescência” ocorrer com maior frequência nos grupos com menor poder aquisitivo, há de se considerar que o fenômeno acontece entre populações de todas as classes sociais, porém suas repercussões podem ter maior impacto para jovens cuja inserção social dificulta o acesso a bens materiais e imateriais. Assim, perdura uma idéia generalizada que relaciona a “gravidez na adolescência” exclusivamente à pobreza e à exclusão social, certos momentos reconhecidos como causas, outros como consequências (Hoga, Borges, & Reberte, 2010).

Há também uma associação entre o evento e o enfrentamento de riscos gestacionais, tais como condições nutricionais, prematuridade, entre outros (Fraser, Brockert, & Ward, 1995; Jolly, Sebire, Harris, Robinson, & Regan, 2000; Belarmino, Moura, Oliveira, & Freitas, 2009). E as consequências econômicas derivadas dessa afirmação também ganham destaque. Estima-se um gasto em torno de R\$ 107 milhões/ano decorrentes de complicações durante a gravidez e o parto, que representam 53% dos R\$ 203,3 milhões gastos pelo SUS com internações de pessoas jovens (Falcão, 1998). Outro dado importante é o fato de que complicações da gestação, parto e puerpério se encontram entre as 10 principais causas de mortalidade materna, representando 4% dos óbitos de mulheres de 10 a 19 anos, e quando se restringe o período dos 15 aos 19 anos, esse

número cresce para 6,14%, tornando-se nessa fase a sexta causa de morte (Siqueira & Tanaka, 1986).

Os saberes produzidos a partir dos estudos apresentados acabam por reforçar a idéia da “gravidez na adolescência” como problema. Assim, temos debates sobre a “gravidez na adolescência” que se pautam ainda em um discurso vitimizador, homogeneizador e alarmista da questão, no qual o acontecimento é reconhecido como estabelecedor de mudanças na vida dos jovens e familiares de caráter negativo (Pantoja, 2003). A maioria desses estudos focaliza a gravidez a partir do prisma do preconceito. Situados no plano biomédico, discursam que a maternidade na juventude é um problema de saúde; no plano patológico, apontam riscos gestacionais; no plano social, afirmam a inexistência de condições socioeconômicas para sustento do filho; e na concepção de gênero, apontam o parceiro jovem como alguém que geralmente não se envolve no processo (Almeida & Souza, 2011).

Cria-se um padrão característico da juventude, apontando o que pode e o que não pode. A gravidez se encaixa no não permitido, justificado por características que desqualificam o jovem como uma pessoa despreparada e imatura, permitindo a afirmação de uma idade ideal para se viver tal evento (que no caso, não seria essa). Outra questão refere-se ao fato de que pouco se questiona a maternidade/paternidade em si, somente se faz quando se trata de pais jovens.

Paradoxalmente, espera-se que a gravidez se ajuste a uma racionalização característica da modernidade, como por exemplo, o planejamento, e conseqüentemente, quando ocorre entre jovens é considerada questão fora de lugar, ou seja, inadequada (Castro, Abramovay, & Silva, 2004). Nesse sentido, Dias & Teixeira (2010) afirmam que as conseqüências da maternidade entre jovens tendem a ser negativas quando o olhar sobre a questão parte de uma perspectiva estritamente biológica, ou quando se toma como parâmetro as expectativas sociais a respeito do que seria um desenvolvimento típico na juventude.

Percebe-se, então, com o surgimento de novas perspectivas nos modelos de atenção a saúde, a atenção direcionada à “gravidez na adolescência” busca um novo olhar para a questão modificando seu enfoque para a jovem grávida, vista como inserida num contexto sociocultural, econômico e educacional (Almeida, Trindade, Gomes, & Nielsen, 2003). Da mesma forma, ocorre a presença de estudos que visam identificar e compreender percepções e vivências de homens jovens que experimentam a paternidade, suas relações com redes de apoio, como família e programas de saúde pública, apesar de destacarem a pequena produção científica existente sobre a temática (Corrêa & Ferriani, 2007; Meincke & Carraro, 2009; Luz & Bernl, 2010).

Quando se trata dos conteúdos das significações sociais da “gravidez na adolescência” por parte dos jovens, esses são múltiplos e englobam fatores positivos e negativos, evidenciados em momentos distintos da gravidez. No início da gravidez destacam-se fatores negativos como medo e perda, relacionados ao grupo social, educação e a família. A mudança de significações consequente de fatores positivos surge, por exemplo, com o apoio do parceiro e da família, transformando a gravidez em sinônimo de amadurecimento e realização pessoal (Barreto, Gomes, Oliveira, Marques, & Peres, 2011; Dias, Patias, Fiorin, & Dellatore, 2011).

Ao avaliar a percepção dos sujeitos envolvidos no processo da gestação durante a juventude cabe destacar, então, que para muitos jovens a gravidez apresenta-se como um rito de passagem para a vida adulta e a expectativa de futuro diferente (Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009). Contra uma visão hegemônica da sociedade e saúde pública em geral, as quais consideram os jovens como um corpo único e em conflito, e a gravidez entre eles como indesejada, vemos que existem diferentes vivências da maternidade e que para um grupo de jovens mães a maternidade representa uma experiência de vida plena de significados positivos (Santos & Shor, 2003). Esses ganhos estão relacionados ao amadurecimento, à responsabilidade, à satisfação oriunda do exercício parental e pessoal de realizar-se como mulher/mãe, homem/pai (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008).

Assim, a partir da análise de gênero, um filho na juventude pode simbolizar para os jovens a possibilidade da conquista de uma nova identidade social (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008). Representa para a jovem a oportunidade de assumir um novo lugar (mãe), reconhecendo na maternidade um maior grau de respeito e a definição de um papel na sociedade que antes não tinham (Barreto, Gomes, Oliveira, Marques, & Peres, 2011). No caso dos rapazes, a responsabilidade pelos seus atos prova ser um dos atributos de virilidade, os quais compõem a idéia da masculinidade (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008).

A partir disso, no que diz respeito à articulação entre classes sociais e gravidez durante a juventude, a questão que surge é em que medida as condições materiais de existência estimulam ou não a gravidez, definem padrões de tomadas de decisão e qual o impacto do evento nos projetos desses jovens, discriminando-os por classe social e gênero (Heilborn et al., 2002). O entendimento de como jovens de camadas populares percebem a si, a partir da vivência da gravidez, passa pela necessidade de compreensão de um conjunto de práticas e valores mais amplos existentes nesses grupos, dentre estes, a divisão de papéis dentro de casa. A maternidade e os significados a ela atribuídos são bastante valorizados nessa camada social, ao possibilitarem a afirmação da identidade de mulher e, conseqüentemente a realização dos papéis femininos ligados à família e aos cuidados dos filhos (Oliveira, 2008).

Nesse aspecto, a “gravidez na adolescência” em contextos de menores oportunidades educacionais e profissionais, pode ser reconhecida como uma opção de vida valorizada. Contudo, não se pretende fazer uma apologia à gravidez, mas sim ampliar o olhar acerca do assunto, destacando-se a importância do desenvolvimento de projetos junto aos jovens, em especial os de classe econômica menos favorecida, que ajudem na possibilidade de construção de novos projetos de vida valorizados, além daqueles ligados à maternidade (Patias, Gabriel, Weber, & Dias, 2011). Mesmo que a maternidade/paternidade sejam valorizados e reconhecidos como oportunidade de crescimento, cabe questionar porque outros contextos não são apontados como

possibilidade também da conquista desses novos papéis e espaços. Além disso, normas de gênero acabam por produzir diferentes significações acerca da gravidez por parte das mulheres e dos homens, e consequentemente, as formas como aspiram que tal evento aconteça também serão distintas.

Hoga, Borges, & Reberte, (2010) apontam o papel da família como fator importante na compreensão da “gravidez na adolescência”, a qual é explicada de múltiplas formas, não só pelo próprio jovem, mas também pela família e redes sociais, construídas a partir de crenças e expectativas futuras. O que se percebe é que a experiência da gravidez por uma pessoa jovem parece não divergir muito da vivência por uma pessoa “adulta”, assim, a realidade social vivida pelos jovens talvez represente uma das maiores diferenças (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008). Daí a necessidade de se explorar o assunto buscando oportunidades de transformações e abordagens que possam ajudar na superação do entendimento da gravidez entre jovens apenas como um problema social, pensando-se como essas pessoas que vivenciam a gravidez descrevem suas realidades e o que esse evento significa para elas.

Quanto ao fato da associação entre a “gravidez na adolescência” e o abandono escolar, que acaba criando a idéia de que provavelmente essas garotas com baixa escolaridade terão menores chances no mercado de trabalho e crescimento educacional (Godinho, Schelp, Parada, & Bertoncello, 2000), fica sob responsabilidade da sociedade a formação de parcerias entre políticas públicas, escola e família visando à reinserção desses jovens à vida escolar e profissional, nos casos em que a evasão tem relação com a gravidez. Porém, apesar dessa associação negativa há indícios de que tanto nas classes médias quanto nas populares, a paternidade durante a juventude não representa fator relevante para elucidar o modo como se organizam a carreira escolar e profissional, ou seja, os efeitos dos constrangimentos de gênero e classe social sobre as trajetórias escolar e de trabalho masculinas parecem ser mais significativos do que a ocorrência da paternidade na juventude (Heilborn et al., 2002).

Já em relação aos dados sobre os problemas gestacionais passíveis de serem enfrentados, todos eles não teriam o mesmo valor caso essas jovens recebessem um acompanhamento de qualidade, sendo a realização do pré-natal essencial para diminuir tais riscos, uma vez que, quando a atenção pré-natal ocorre o mais cedo possível e de forma adequada, as chances de se enfrentar problemas de saúde, tanto pelas gestantes quanto pelas crianças, são bem reduzidas, independentemente da idade (Abreu, Miranda-Ribeiro, & César, 2000).

Daí a importância em se estudar o assunto, tentando ir além de um discurso de reconhecimento da “gravidez na adolescência” apenas como problema social, apontado como ato de irresponsabilidade e imaturidade e digno de estratégias de prevenção, passando por uma reflexão de possibilidades, reconhecendo o jovem como ser portador de opinião, e consequentemente, de “decisões”, como por exemplo, a maternidade/paternidade, considerando logicamente o contexto sócio-cultural como base dessas ações. Faz-se necessário questionar até que ponto juventude e maternidade são experiências que conflitam entre si, o que depende da maneira como se entende a própria juventude, tanto em termos teóricos quanto em relação ao que se espera socialmente de um jovem (Dias & Teixeira, 2010).

Na tentativa de uma nova realidade sociocultural existem esforços voltados para o reconhecimento da “gravidez na adolescência” a partir das transformações estabelecidas nas relações intergeracionais, no âmbito familiar e na sexualidade (Brandão & Heilborn, 2006). Significa, então, tratar a “gravidez na adolescência” como inserida em um campo analítico mais amplo, o da sexualidade, gênero e juventude, sempre especificados a partir das distinções de classe. O compromisso em socializar o tema expressa-se ainda no intuito de contextualizar, relativizar e ressaltar a heterogeneidade acerca da experiência da “gravidez na adolescência”.

Um foco na prevenção poderia simbolizar um preconceito, ao enxergar a “gravidez na adolescência” como erro ou uma experiência de consequências totalmente negativas para os envolvidos, devendo essa ser evitada a qualquer custo. Nota-se a ausência de uma preocupação

maior em auxiliar estes jovens a serem pais efetivos (Levandowski, 2001). Como consequência, a concepção negativa e reducionista que considera a gravidez na juventude como “problema” pode gerar limitações e implicações conceituais no desenvolvimento de pesquisas e nas atuações de profissionais junto aos jovens (Santos & Shor, 2003).

A dificuldade relacionada à discussão e abordagem sobre a temática sexualidade entre a população jovem reflete-se nas escolas, unidades de saúde e em casa. Há uma ineficiência na formação de uma aliança comunicativa na qual o jovem encontre oportunidade para expressar-se enquanto sujeito de seu contexto de vida (Rangel & Queiroz, 2008). Os serviços de saúde e a escola são poucas vezes apontados como fonte de orientação, o que pode sugerir que essas instituições não estão cumprindo seu papel social, merecendo uma revisão e a produção de políticas norteadoras, que impactem na melhoria da assistência à saúde e formação escolar direcionada aos jovens (Godinho, Schelp, Parada, & Bertoncello, 2000).

Destaca-se a relevância em se repensar como a abordagem profissional se constitui, principalmente ao se considerar algumas justificativas criadas para a “gravidez na adolescência” como ausência de informação e acesso a métodos contraceptivos, em que a questão central pode não ser tais fatores e sim, de que forma conhecimentos são produzidos e postos em prática. O desafio se faz em como modificar a assistência profissional a fim de colaborar para que a prática sexual dos jovens seja significativa à maneira como esses a contam, e assim a experiência de uma gestação possa não ser apontada como situação de risco, dependendo do contexto em que se insere.

Fica, então, sob a responsabilidade dos profissionais de saúde assumir uma prática educativa, de orientação e reflexão sobre a sexualidade, criando condições para que os jovens compreendam a relação entre os seus desejos e a tomada de decisões sobre a vida sexual e reprodutiva (Braga, Carvalho, Ferreira, Mata, & Maia, 2010). Cabe a eles proporcionarem uma atenção integral ao jovem e sua família, informando a respeito das transformações que ocorrem

durante a gestação, a importância da realização do pré-natal, redes de apoio, dentre outros (Deprá et al., 2011). Faz-se necessário também a produção de parâmetros norteadores para facilitar as relações familiares e a definição de papéis, bem como do novo subsistema mãe-bebê (Reis, Valle, & Maia, 2010).

Desse modo, no campo da assistência em saúde deve-se encarar a “gravidez na adolescência” como evento presente em um universo maior que é a saúde reprodutiva do jovem, partindo-se de uma visão global, mas que também privilegie contextos individuais (Brasil, 2008), tais como normas culturais e sociais vigentes em determinados tempos e espaços. Aponta-se a importância de assegurar as condições necessárias para o exercício da sexualidade de forma plena e apoiada, conforme recomendações de grandes conferências internacionais, ao contrário de se julgar o ato como irresponsável ou necessariamente prejudicial (Orlandi & Toneli, 2008).

Assim, na tentativa de se ampliar o olhar sobre o tema em questão tem-se como desafio diante do fenômeno da reprodução entre jovens como promover o direito fundamental à proteção social da maternidade (Silva, Rozenberg, Bonan, Chuva, Costa, & Gomes, 2011). Na literatura internacional a saúde materna tem sido compreendida como parte do plano da saúde reprodutiva que, por sua vez, está inserido no plano maior que engloba a saúde da mulher. Diante disso, ressalta-se um importante componente: a maternidade segura, que ultrapassa a morbimortalidade materna e a promoção da saúde e da qualidade de vida da mulher, como também a melhoria nos serviços com foco na população feminina (Cardoso, 2002).

Da mesma forma, vem crescendo no Brasil a preocupação com a população masculina, especialmente no campo da saúde reprodutiva. Isso tem ocorrido em consequência da identificação do homem como sujeito de necessidades específicas nesse campo, crescentemente reforçado pela produção de conhecimentos teóricos e metodologias de intervenção que vem sendo desenvolvidos, por exemplo, por trabalhos acadêmicos na área da sexualidade, direitos e

saúde reprodutiva. Para isso são previstos desafios no campo da conceituação e ação política, além da esfera de desenvolvimento e avaliação de políticas públicas (Arihla, 1999).

Compreender o contexto social no qual ocorre a “gravidez na adolescência” e seus principais desdobramentos na vida desses jovens são aspectos fundamentais para análise da experiência da maternidade/paternidade juvenil (Dias & Aquino, 2006), permitindo uma abordagem profissional mais qualificada que auxilie no enfrentamento e minimização de possíveis dificuldades consequentes de uma gravidez, que não só poderiam ser enfrentadas por pessoas de qualquer idade, mas que também estariam relacionadas a outras questões, como de classe social e de gênero, sem reduzir-se apenas ao fator etário. De maneira semelhante, entender o fenômeno a partir de uma perspectiva sociológica necessita da identificação das condições sociais e históricas que levaram a denominação da “gravidez na adolescência” como um problema, os atores envolvidos e sua representação atual. Empreendendo-se a relativização do evento entende-se a construção social do mesmo (Heilborn et al., 2002).

Catharino & Giffin (2002) citado por Castro, Abramovay, & Silva (2004) afirmam que o grande problema na abordagem do assunto configura-se quando se perde de vista a contextualização da problemática, a qual não se reduz a ponderações dualistas como certo/errado, bom/mau, mas que exige uma análise que expresse seus fundamentos históricos e sociais. Não se trata, portanto, de condenar ou elogiar a “gravidez na adolescência”, mas sim de apresentar uma realidade que nos remete à possibilidade de diferentes histórias sem negligenciar os perfis epidemiológicos.

Assim, da mesma forma que uma gestação entre jovens pode ser vista de diferentes maneiras de acordo com contexto sócio-histórico em que se insere, a repetição dessa pode gerar também diversas interpretações, inclusive a perpetuação da idéia sobre a experiência como um problema social. A repetição da gravidez durante a juventude tornou-se um novo campo de investigação e encontra-se entre duas extremidades: uma na qual a nova gestação é vista por

alguns como um assunto mais complexo ainda, por reconhecer a primeira gestação como um problema de saúde pública sendo uma indicação de que a prevenção não está sendo bem sucedida; e outra que espera entender seu significado a partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo conforme sua realidade cultural, social e histórica.

2.3 A “gravidez na adolescência” e sua repetição

A atual pesquisa acerca da repetição da gestação entre jovens tem como intuito não somente compreender como a ocorrência da gravidez é percebida pelos sujeitos que a vivenciam e por aqueles que acompanham de forma íntima (como os familiares), mas também, quais os sentidos produzidos quando se vivencia a experiência pela segunda ou mais vezes, como produções de aspectos sócio-históricos que permeiam esse evento.

Para caracterizar a ocorrência desse fenômeno, na literatura podemos encontrar expressões como: *recorrência* (Silva, Coutinho, Katz, & Souza, 2013); *gravidez recorrente* (Magalhães, 2007; Silva, Rozenberg, Bonan, Chuva, Costa, & Gomes, 2011); *parentalidade recorrente* (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008, Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009) *repetição* (Persona, Shimo, & Tarallo, 2004; Riekowski & Almeida, 2009; Mata, Lemos, Ferreira, Braga, & Maia, 2009; Braga, Carvalho, Ferreira, Mata, & Maia, 2010; Ferreira, Braga, Mata, Lemos, & Maia, 2012); *reincidência* (Berlofi, Alkmin, Barbieri, Guazzelli, & Araújo, 2006; Bruno, Feitosa, Silveira, Moraes, & Bezerra, 2009; Baratieri, Cazetta, & Marcon, 2011; Nery, Mendonça, Gomes, Fernandes, & Oliveira, 2011, Manfredo, Cano, & Santos, 2012); *maternidades sucessivas* (Rosa, 2007).

Rosa (2007, p. 51) ao utilizar o termo *maternidades sucessivas* o define como “... ocorrência de duas ou mais gravidezes, seguidas de gestação e pelo nascimento de filho vivo antes dos 20 anos, não importando o quão cedo ocorreu o primeiro evento e o intervalo entre um

e outro e se houve alguma gravidez/gestação não levada a termo”. O mesmo autor expressa como essa quantidade de conceitos informa as múltiplas concepções acerca de como são explicadas as situações de sucessivas maternidades na juventude.

Palavras como “recorrência” e “reincidência” geralmente têm seus significados associados à doença e criminalidade. De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra recorrência possui significado no campo da medicina como o reaparecimento de sintomas de moléstias após o desaparecimento deles. Já a palavra reincidência está associada ao ato de reincidir (em erro ou crime) (Ferreira, 1986).

A partir desses conceitos podemos reconhecer um sinal da existência de um problema que requer medidas preventivas para que o evento em questão não torne a acontecer. Por entendermos a necessidade de uma visão modificadora relacionada ao fenômeno da “gravidez na adolescência”, o uso de tais terminologias poderia ir contra esse princípio ao remeter a idéias como as discutidas anteriormente. Por outro lado, a palavra “repetição” tem seu simples significado como ato ou efeito de repetir (-se) (Ferreira, 1986). Assim, a utilização desse termo colabora para a não associação de uma gravidez repetida entre jovens à apenas um incidente ou erro, merecedor de intervenções preventivas.

No decorrer da história, a questão da repetição da “gravidez na adolescência” não recebeu a mesma atenção dada à primeira experiência de maternidade entre jovens. Gispert, Brinich, Wheeler, & Krieger (1984), décadas atrás, destacaram o fato de que em mais de 200 artigos relacionados à temática, apenas cinco referiam-se à gravidez repetida. Ainda hoje, enquanto inúmeras intervenções são desenvolvidas relacionadas à “gravidez na adolescência” com jovens que ainda não vivenciaram tal experiência, menos atenção tem sido dada às gestações entre jovens que já são mães (Coard, Nitz, & Felice, 2000).

Rosa, Reis, & Tanaka (2007) em um estudo de revisão bibliográfica de publicações no período de 1980 a 2005, destacaram a localização de uma pequena produção científica acerca da

temática. Consta-se que há poucos trabalhos que exploram o tema de maneira específica e consistente, sendo que quando presente se encontra de forma dispersa e citada superficialmente em estudos sobre “gravidez na adolescência”, geralmente como uma das consequências indesejáveis de um início “sem planejamento” da vida sexual e reprodutiva (Rosa, 2007).

Não existe consenso e são poucas as evidências para responder exatamente o porquê da jovem que já vivenciou a maternidade e conhece métodos contraceptivos engravidar novamente (Bruno, Feitosa, Silveira, Morais, & Bezerra, 2009). A partir da análise de estudos realizados em várias regiões do Brasil, percebe-se que as pesquisas sobre a repetição da “gravidez na adolescência” geralmente procuram avaliar fatores biológicos, psicossociais, culturais e econômicos (Persona, Shimo, & Tarallo, 2004; Mata, Lemos, Ferreira, Braga, & Maia, 2009; Nery, Mendonça, Gomes, Fernandes, & Oliveira, 2011), tais como faixa-etária, condições econômicas, educacionais e sexualidade (Bruno, Feitosa, Silveira, Morais, & Bezerra, 2009; Manfredo, Cano, & Santos, 2012), planejamento familiar e prática contraceptiva (Berlofi, Alkmin, Barbieri, Guazzelli, & Araújo, 2006; Ferreira, Braga, Mata, Lemos, & Maia, 2012), e relacionamentos sociais (família e amigos) (Braga, Carvalho, Ferreira, Mata, & Maia, 2010). Há, também, estudos que privilegiam mais especificamente aspectos sobre sexualidade, a experiência da maternidade e sua repetição, e projetos de vida (Magalhães, 2007; Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008; Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009; Baratieri, Cazetta, & Marcon, 2011).

Em relação aos dados demográficos sobre a repetição da “gravidez na adolescência”, um estudo realizado no ano de 2005 a partir de informações das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) de filhos de mães com idades entre 10 e 19 anos residentes na cidade do Rio de Janeiro, apontou-se um valor de 29,1% das participantes com repetição da gravidez (Silva, Rozenberg, Bonan, Chuva, Costa, & Gomes, 2011).

Bruno, Feitosa, Silveira, Morais, & Bezerra (2009), analisando a incidência de uma nova gestação após cinco anos do primeiro parto com jovens grávidas atendidas em uma maternidade-

escola de Fortaleza, constataram que 61% das entrevistadas engravidaram novamente nesse período. Destas, 40% tiveram mais de uma gravidez no período de estudo.

Assim, a descrição do perfil de jovens que vivenciaram a repetição da gravidez permite afirmar a existência multifatorial de causas desse evento (Persona, Shimo, & Tarallo, 2004). Além de fatores relacionados à iniciação sexual, existem outros que são apontados como relacionados à repetição da gravidez, como por exemplo, renda familiar, escolaridade, questões relacionadas ao parceiro (idade, permanência), reação por parte da família à gravidez anterior, dentre outros (Persona, Shimo, & Tarallo, 2004).

Estudos mais recentes, realizados em regiões diferentes do Brasil, encontraram que a repetição da “gravidez na adolescência” é considerada como associada a alguns fatores reprodutivos e socioeconômicos, como ocorrência precoce da primeira relação sexual, cuidados relacionados ao primeiro filho, primeira gestação antes dos 16 anos e baixa renda familiar (Silva, Coutinho, Katz, & Souza, 2013). Apontam-se ainda o uso incorreto dos métodos contraceptivos e o desejo de uma nova gestação (Santos, Silva, Petenão, Soster, Berard, & Silva, 2009; Baratieri, Cazetta, & Marcon, 2011).

Nesses casos em que para algumas jovens a gravidez acaba se repetindo, aponta-se o surgimento de possíveis problemas como o pequeno intervalo entre os partos, maior probabilidade de baixo peso do recém-nascido, além de problemas como a sobrecarga imposta a essas jovens, consequente da responsabilidade de cuidar de um número maior de filhos (Godinho, Schelp, Parada, & Bertoncello, 2000).

Há também autores que consideram que mulheres que vivenciam a maternidade em idades mais jovens tendem a ter um número maior de filhos durante suas vidas reprodutivas. Em alguns casos, acredita-se que não há planejamento da primeira gravidez, e às vezes, é considerada indesejada. Assim, há uma probabilidade maior das seguintes gestações apresentarem-se indesejadas como a primeira (Berlofi, Alkmin, Barbieri, Guazzelli, & Araújo,

2006). A partir dessa visão, a análise da repetição da gravidez durante a juventude pode ser considerada um fenômeno mais dramático, pois indica que a primeira gestação e suas consequências negativas não foram suficientemente fortes para prevenir a ocorrência de outras (Manfredo, Cano, & Santos, 2012).

Ainda nessa linha de pensamento, uma gravidez considerada indesejada pode representar um indicador da falha no controle do processo reprodutivo. Por isso, é um dado muito utilizado por programas de planejamento reprodutivo para avaliar a demanda não satisfeita de anticoncepção. Dentro desta estão a falta de informações e acesso aos métodos contraceptivos, sua falha e a não-disponibilidade na rede pública de saúde (Brasil, 2006).

O espaço para o reconhecimento de outras possibilidades fica mais limitado ainda, quando o questionamento levantado se resume a como jovens que “sofreram” com a primeira gravidez e que irão carregar pelo resto da vida as consequências pelos seus atos permitem que essa “insensatez” se repita. Tais concepções mais uma vez colaboram e reforçam a idéia da “gravidez na adolescência” como um problema, e a sua repetição uma situação mais dramática ainda, que acabam por criar uma padronização de eventos e implicações.

Porém, indo por um caminho diferente, encontra-se um estudo realizado com o objetivo de identificar os motivos da repetição da gravidez entre jovens assistidas em Unidades Básicas de Saúde, que encontrou que 28,12% afirmaram o desejo de uma nova gestação, sendo que os motivos para tal dividem-se entre desejo pessoal (66,67%), incentivo da família (22,22%) e primeiro filho de outro companheiro (Santos, Silva, Petenão, Soster. Berard, & Silva, 2009).

A partir dessa noção, a “gravidez na adolescência” e sua repetição não é, em regra, indesejada ou não-planejada. Esses eventos muitas vezes fazem parte do projeto de vida das jovens, principalmente nas classes trabalhadoras, onde as oportunidades de qualificação profissional e consequente ascensão podem apresentar-se de formas mais remotas e a

maternidade ainda é muito valorizada, o que não deixa de ser, de certa forma, uma ascensão social (Magalhães, 2007).

Numa visão ainda mais ampla, a maternidade representa um reforço ao projeto de ascensão social, pois é a partir dela que os esforços passam a se concentrar no desejo de se tornar alguém na vida a fim de garantir um futuro melhor aos filhos. Frente à nova gestação, os jovens vão elaborando modificações, realizando adaptações que acreditam ser necessárias e assim, a chegada do segundo filho pode não causar grande estranhamento ou surpresa (Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009). É esta a abertura para que novos ambientes possam ser vislumbrados e almejados por esses jovens, como oportunidade de independência financeira, qualificação profissional e a possibilidade de novas conquistas além de assumirem os papéis paternos.

Assim, ao supor que são inúmeras as razões que levaram a jovem a vivenciar uma nova gestação, dificilmente se conseguiria delinear um único perfil causal. Pelo contrário, o que ocorre é uma complexidade causal, que de alguma maneira deve influenciar, possibilitar e favorecer a gravidez (Rosa, 2007). Desta forma, esse assunto requer uma análise dos múltiplos fatores e das inúmeras implicações, sendo que o apoio familiar, psicológico e social constituem-se em fatores protetores, minimizando perdas e desvantagens (Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009).

Neste contexto, destaca-se o fato do quanto tomar a idade da mãe como fator isolado para análise dos indicadores maternos e infantis pode implicar em uma visão reducionista do fenômeno. Ao privilegiar o fator idade, desconsideram-se as diversidades sociais e as múltiplas implicações que o evento causa sobre as trajetórias das jovens e suas redes familiares (Pantoja, 2003).

A repetição da “gravidez na adolescência”, neste caso, pode apresentar-se como expressão do exercício da vida sexual do jovem sob determinadas condições de vida, e, portanto, a abordagem relacionada à vida reprodutiva desse público ultrapassa a discussão sobre aspectos

biológicos, devendo estar situada no âmbito psicossocial, inspirando políticas públicas de atenção que ofereçam à jovem gestante, possibilidades (Rosa, Reis, & Tanaka, 2007).

No histórico de implementação de políticas públicas voltadas aos jovens, um enfoque por vezes excessivamente centrado na prevenção da gravidez “não desejada”, “não planejada” ou “precoce” acaba por obscurecer aspectos mais abrangentes do direito à atenção integral à saúde sexual e reprodutiva, além de outras obrigações do Estado e sociedade relacionados aos direitos desse público. Políticas intersetoriais e integradas especialmente para jovens mães e pais e para aqueles em situação de vulnerabilidade social, como a disponibilidade de vagas em creches, reinserção no sistema escolar, qualificação profissional e estratégias para maior utilização dos serviços de promoção à saúde sexual e reprodutiva, poderiam ser utilizados como instrumentos de suma importância para habilitar essas pessoas ao exercício dos direitos reprodutivos (Silva, Rozenberg, Bonan, Chuva, Costa, & Gomes, 2011).

Querer mudar o foco do olhar para o fenômeno em questão significa não mais apenas indicá-lo como um incidente repetido e defender sua prevenção, mas também investir na melhoria da assistência profissional para que a falta de informação e acesso, ou uma inconsequência juvenil não sejam mais usados como justificativas e que o reconhecimento dessa multicausalidade permita entender o evento e suas implicações como resultado das interações construídas socialmente e historicamente, permeada por valores e saberes culturais. Cabe também o apoio e auxílio aos jovens para a vivência de uma sexualidade segura e consciente, o incentivo do acompanhamento no pré-natal, a criação de redes de apoio entre sociedade, poder público e família, de forma que colaborem para que a experiência seja vivida da melhor forma possível de acordo com as diferentes significações e que assim, acolham pais de qualquer idade.

A “gravidez na adolescência” e sua repetição são consideradas eventos de grande importância para as políticas públicas, reconhecidas por terem repercussões em diferentes âmbitos para os jovens. Por compreender que tais repercussões acontecerão conforme a realidade

sócio-histórica, a partir de um diagnóstico mais detalhado da situação é possível formular estratégias eficazes para o atendimento de qualidade, como também abre as portas para que estudos posteriores possam trabalhar em continuação com os mesmos ideais (Nery, Mendonça, Gomes, Fernandes, & Oliveira, 2011), auxiliando na superação de possíveis dificuldades e na produção de pesquisas que permanecerão tentando ampliar o olhar sobre o processo da “gravidez na adolescência” e sua repetição.

Analisar e discutir a temática da gravidez entre jovens, e neste caso sua repetição, conduz à reflexão acerca dos estereótipos estabelecidos e depositados por meio da cultura. Somos bombardeados pelos meios de comunicação que atuam sobre os padrões familiares e grupais, além de sofrer a ação de preconceitos que refletem uma opinião excessivamente simplificada sobre classes ou grupos sociais, e que atingem parcelas da população jovem (Motta, Ribeiro, Pedro & Coelho, 2004).

Somos convidados a observar por outros aspectos tal fenômeno, que consigam ultrapassar a inflexibilidade de estereótipos como “indesejada”, “precocidade” e “não-planejada”. A conquista desse avanço é fundamental para o novo posicionamento sócio-cultural relacionado à “gravidez na adolescência” e sua repetição que dará vozes aos atores sociais, permitindo o reconhecimento da heterogeneidade do evento (Matta, 2008).

Dessa forma, para a realização da crítica reflexiva a qual somos convidados, torna-se fundamental a compreensão das perspectivas daqueles que vivenciam a experiência de perto ao permitirem a análise do processo para além do sujeito, abarcando todo o histórico sociocultural que produz o modo como são construídos os sentidos acerca de si e de suas experiências, ou seja, os familiares, que por estarem tão próximos são agentes ativos e de importante papel.

2.4. O papel da família no contexto da gravidez repetida entre jovens

A maneira como os jovens significam uma gestação e sua repetição é uma produção das relações interpessoais estabelecidas em sociedade, tendo a família como um dos principais agente do processo, tanto pelos valores que são passados, quanto pelo papel que assume. A literatura da área¹ tem demonstrado uma elevada preocupação em tentar delinear um perfil das jovens que vivenciam uma repetição da gravidez e entender como essas se veem e enxergam sua situação atual, muito apontada como problema social. Porém, estudos que privilegiam uma visão além da jovem mãe, que abarque todos os envolvidos no processo, como o próprio pai e os familiares, que geralmente também vivenciam todas as implicações derivadas dessa gravidez, ainda são de mínima expressão numérica, representada apenas por dois estudos encontrados (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008; Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009). Nesse mesmo sentido, são quase inexistentes os estudos que investigam a ligação do sistema familiar com a repetição da “gravidez na adolescência” (Riekowski & Almeida, 2009).

A relevância do contexto em que o jovem está inserido, principalmente o âmbito familiar, e os dados apresentados dão destaque ao prestígio do desenvolvimento de pesquisas na área e a contribuição das relações familiares para a análise da “gravidez na adolescência” e sua repetição. A compreensão de tal é indissociável dos encaixes estruturais produzidos pelas interações interpessoais na família e pela história familiar compartilhada, motivo suficiente para o estudo da gravidez entre jovens e sua repetição de forma a abordar todo o sistema formado por aqueles que se envolvem diretamente com o processo da gravidez (Ewerton, 2010).

Ao avaliar a interconexão entre contexto familiar e a temática estudada, apontam-se a existência de jovens grávidas filhas de mães que vivenciaram uma gravidez durante a juventude e que podem estar apenas repetindo um histórico familiar (Rosa, 2007). Tal posicionamento

¹ Realizou-se uma revisão da literatura em bases de dados online cadastradas na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), PEPSIC e PsyInfo, com publicações nos últimos cinco anos, e as seguintes palavras chaves: “gravidez na adolescência”, “parentalidade na adolescência”, “família”

representa de forma fiel o quanto o contexto sociocultural e os valores que são repassados entre gerações permeiam as “decisões” dos jovens, como por exemplo, as referentes às experiências sexuais. Ainda assim, não conseguimos estipular uma hierarquização entre relações familiares e cultura de gênero na produção de sentidos acerca dos papéis femininos e masculinos na sociedade, admitindo-se o poder de ambos como produtores de conhecimento e maneiras de significação.

Quando se fala, então, dos possíveis motivos da ocorrência de uma gravidez, as razões de natureza pessoal representam os principais aspectos apontados pelos familiares que levaram as jovens a engravidar (Hoga, Borges, & Reberte, 2010). Em alguns casos, percebe-se a repetição da gestação como uma situação natural que ocorreu na vida das jovens, tendo a aceitação pela família como fator primordial para que as mesmas não considerassem a segunda gestação a partir de uma perspectiva negativa (Riekowski & Almeida, 2009).

Já referente às reações da família frente à “gravidez na adolescência”, essas se mostram variadas, sendo comum a sobreposição dos sentimentos de revolta e aceitação (Deprá, 2011). Sobre as relações familiares, a experiência da maternidade na juventude acaba por influenciar na dinâmica do grupo (Reis, Valle, & Maia, 2010).

Em alguns casos, a repetição da gravidez na juventude implica na redefinição das relações familiares, tendo a jovem assumido um novo papel perante a família, e assim a gravidez pode receber um olhar especial e singular, uma vez que, a família une-se para minimizar impactos indesejáveis do evento (Hoga, Borges, & Reberte, 2010). A maternidade provoca, então, uma reorganização grupal e a redefinição de papéis, na qual a família busca criar uma rede de apoio para o binômio mãe-bebê, dando suporte emocional e econômico (Motta, Ribeiro, Pedro & Coelho, 2004).

Observam-se histórias de acomodação da gravidez no sistema e ganho de determinada função familiar, resolvendo tensões conjugais, pessoais e promovendo sentimentos de satisfação

para os membros da família ampliada (Ewerton, 2010). Assim, conclui-se que a experiência da “gravidez na adolescência” e sua repetição implica em mudanças significativas na vida do jovem, e que para tanto, o apoio e a proximidade da família são elementos de grande relevância, uma vez que, ao aproximar gerações, permite-se a mobilização de esforços para as modificações de papéis, amenizando possíveis riscos provenientes das transformações impostas pela nova vida (Carraro, Meincke, Collet, Tavares, & Kempfer, 2011). Mais uma vez, ressalta-se a relevância da colaboração familiar perante a primeira, segunda ou mais gestações independentemente de fatores etários, na qual as redes de apoio formuladas manifestam-se como aspectos protetores e de promoção de qualidade de vida para pais de qualquer idade.

Desta maneira, apesar da vivência da maternidade por jovens ainda estar impregnada por muitos preconceitos, seus significados podem contribuir não somente para a aproximação dos jovens e de seus familiares como também para o amadurecimento desses (Almeida & Souza, 2011). Se não se considerar as relações intergeracionais que possuem na família expressão particular e as relações com os pares, as análises tendem a revelar aspectos parciais (Brandão & Heilborn, 2006).

Meincke & Carraro (2009) ao estudarem os familiares de jovens pais perceberam que a oportunidade de conhecer os sentidos sobre a paternidade, a partir dos informantes das histórias, possibilitou a exposição de um compromisso familiar muito intenso nos seus microssistemas, difundido por meio das gerações, as quais propagaram e co-construíram seu sistema de valores e sentidos, através dos tempos.

Silva & Tonete (2006) buscando apreender o significado da gravidez entre jovens para seus familiares constataram que, para esses, a gestação pode ser permeada por significados positivos, se ocorre em condições pré-estabelecidas por elas mesmas. Por exemplo, em uma sociedade que admite o matrimônio culturalmente como condição prévia para a formação de uma

família, a união estável entre os jovens pais parece contribuir para a significação da gestação como evento natural e desejado.

Refletir acerca da juventude e a condição da gravidez promovem a relevância da compreensão do contexto familiar como base de apoio afetivo-material, presentes na concretização da construção da autonomia e redimensionando a relação de dependência desses jovens (Dias & Aquino, 2006). Famílias em que os relacionamentos são mais saudáveis e nas quais questões relacionadas à sexualidade são abordadas de maneira mais simples e explicativa, os jovens mostram-se menos vulneráveis a riscos, relacionados, por exemplo, a doenças sexualmente transmissíveis (Melhado, Carvalho, Sant'Anna, Bastos, Passarelli & Coates, 2008).

Estudar as perspectivas e sentidos produzidos por aqueles envolvidos poderá auxiliar no entendimento da repetição da gravidez sem utilizar-se de um discurso julgador, que reconhece o acontecimento como irresponsável e inconsequente. O objetivo não é apenas desconstruir um discurso de “gravidez na adolescência” como problema, reconhecendo diferentes possibilidades de significação, mas também continuar com a crítica reflexiva proposta, questionando de que forma essas significações se dão, como são produzidas e quais as suas implicações para a vida dos jovens.

Ao se levar em conta os sentidos produzidos pela família perante a situação, considerando suas potencialidades e limites, dão-se possibilidades aos profissionais de exercerem a escuta, o acolhimento e o cuidado, direcionados à jovem grávida, como também à família dessa, inseridos em seu contexto familiar e social. Assim, a aquisição e o desenvolvimento de recursos próprios por parte do núcleo familiar são facilitados, principalmente para o enfrentamento de momentos conflituosos, reconhecendo a família como sujeito ativo nesse processo (Silva & Tonete, 2006).

Para se entender a repetição da gravidez entre jovens é necessária uma análise de vários fatores. Percebe-se a existência de algo pouco explorado em relação à temática, caracterizada pelo fato da maioria dos estudos apoiarem-se em uma abordagem positivista, baseada em fatos

objetivos e causalidades, não se utilizando da vivência dos sujeitos envolvidos (Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009).

Muitas são as razões que levaram a jovem a engravidar, porém poucos são os estudos que procuram saber o que pensam os membros da família. Pressupõe-se uma reação singular por parte dos familiares diante este evento, não somente pela vivência íntima e intensa com a jovem durante toda a trajetória da gravidez, mas também porque contribui para a experiência das pessoas envolvidas (Hoga, Borges, & Reberte, 2010).

Nesse sentido, é de suma importância conhecer a história de vida das jovens, como também de seus familiares e parceiros, com o intuito de se pensar em práticas que atuem sobre os fatores sociais (Braga, Carvalho, Ferreira, Mata, & Maia, 2010), auxiliando no enfrentamento de possíveis obstáculos frente à nova realidade e promovendo uma melhor qualidade de vida.

Este trabalho pretende contribuir fundamentando o debate sobre a sexualidade e reprodução por jovens, a partir de uma crítica reflexiva que reconheça as especificidades sócio-históricas dos sujeitos envolvidos, atravessados pelas diferenças de gênero e classe, incluindo todo o contexto familiar que, por sua vez, acompanha de maneira íntima as transformações oriundas da gestação e sua repetição, e que dará subsídios para a elaboração de políticas públicas sensíveis a essa visão diferenciada acerca da temática. Assim, o foco é a repetição da “gravidez na adolescência”, seja por reconhecê-la como um assunto pouco estudado, seja pela relevância (justificada pelos números, pelas repercussões), juntamente com o intuito de entender como as relações familiares produzem formas de descrever e lidar com tal experiência.

3. JUSTIFICATIVA

Estudar as questões relacionadas à “gravidez na adolescência”, e neste caso sua repetição, permite o debate sobre a complexidade deste fenômeno, que nos desafia em compreensão e demanda intervenções sociais para a promoção de saúde reprodutiva entre os jovens (Cabral, 2003). A realização de uma pesquisa com enfoque qualitativo permite ampliar a compreensão dos significados da repetição da “gravidez na adolescência”, não somente com um olhar biológico, mas também entendê-la como prática complexa, socialmente construída, entendendo os fatores sócio-históricos e suas implicações para a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos.

Nos Centros de Saúde da Família, o atendimento de planejamento familiar direcionado aos jovens ocorre de forma inespecífica, reforçando a necessidade de melhor preparo deste serviço para acolher esse público e prestar-lhe uma assistência adequada, pautada nas suas necessidades e na realidade sociocultural e epidemiológica (Queiroz, Santos, Machado, Lopes, & Costa, 2010). É preciso criar um ambiente favorável de colaboração aos jovens, entendendo-se a necessidade de se apontar caminhos para o processo de construção de uma identidade, para a conquista de autonomia e para que os mesmos consigam desempenhar bem o papel que desejarem, incluindo o de pai/mãe (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008). Destaca-se, então, a importância desse espaço característico para o favorecimento do acesso à informação e ao debate sobre aspectos relacionados à sexualidade, tais como as relações de gênero que delineiam a negociação das práticas de comportamento preventivo, a reflexão acerca de projetos de vida desses jovens, direitos e oportunidades (Orlandi & Toneli, 2008).

Por fim e dessa forma, com a realização dessa pesquisa, a qual pretende abordar jovens que vivenciaram a repetição da “gravidez na adolescência” e seus familiares, conseguiremos ter uma visão mais ampla e diferenciada sobre esse evento, a partir de diferentes perspectivas, pensando-se principalmente, como as relações familiares e as diferentes maneiras de se

constituírem como família levam a determinadas formas de descrever e lidar com a repetição da “gravidez na adolescência”. Por conseguinte, espera-se uma melhor compreensão dos diálogos produzidos dentro do âmbito familiar, da visão acerca da maternidade/paternidade entre jovens e os caminhos percorridos, dos sentidos produzidos relacionados à temática da repetição da gravidez, entre outros.

4. OBJETIVOS

4.1 Geral

- Compreender os sentidos produzidos nas relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência”.

4.2. Específicos

- Identificar os sentidos da gravidez e sua repetição entre jovens.
- Analisar as redes de apoio construídas a partir da gravidez e sua repetição.
- Compreender as diferentes perspectivas dos membros da família em relação à “gravidez na adolescência” e sua repetição.

5. METODOLOGIA

5.1 Contexto e participantes

O recrutamento dos participantes para a pesquisa deu-se por meio do acesso às famílias cadastradas e que recebem atendimento em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família (UAPSF) do setor oeste do município de Uberlândia/Minas Gerais (MG). Originado como conjunto habitacional trata-se de um bairro jovem em relação à origem da cidade, comportando escolas municipais, unidades de saúde, comércio local. O bairro e sua população se desenvolveram, e as casas que antes foram construídas seguindo um padrão, hoje diferem de acordo com a classe social que os moradores conquistaram, formando, assim, um bairro heterogêneo. A unidade de saúde em questão atende pessoas de todas as idades, e o convívio com a experiência da “gravidez na adolescência” e sua repetição faz parte da rotina da assistência à população jovem. A partir de uma pesquisa prévia acerca dos possíveis participantes com ajuda da Equipe de Saúde da unidade, chegou-se aos nomes dos mesmos, que após contato por telefone, aceitaram receber a visita da pesquisadora e posteriormente a participar da pesquisa, com agendamento das visitas para realização das entrevistas.

Fizeram parte do estudo três núcleos familiares, sendo realizadas seis entrevistas. Cada um desses núcleos familiares apresentou um padrão diferente de organização familiar, contribuindo, potencialmente, para uma rica reflexão sobre o sentido da “repetição da gravidez”. Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos indivíduos. As entrevistas foram realizadas na residência dos participantes de acordo com a disponibilidade de cada um e após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, entre os meses de agosto/2014 e setembro/2014.

Os três núcleos familiares abarcados na pesquisa caracterizam-se da seguinte maneira:

Paulina, Daniel e Piedade: gravidez precoce ou constituição familiar planejada?

Paulina é branca, tem vinte e um anos, estudou até o primeiro ano do ensino médio e atualmente encontra-se desempregada, dedicando-se às tarefas domésticas e aos cuidados direcionados aos filhos. É casada com Daniel, de vinte e quatro anos, branco, estudou até o segundo ano do ensino médio e trabalha como soldador autônomo. São pais de Carlos de três anos e Lizete de dois anos. Além do casal e das crianças, mora também na mesma residência Piedade, de trinta e nove anos, mãe de Paulina, branca, estudou até o nono ano do ensino fundamental e trabalha como faxineira e bordadeira nas horas vagas. Paulina e Daniel vivem em uma casa simples composta de três cômodos (quarto, banheiro, cozinha), apenas rebocada e com poucas mobílias. Em uma segunda casa, mais ao fundo do terreno, vive Piedade, além das crianças que dormem em um quarto. A casa é um pouco mais ampla, três quartos, pintada, e atualmente o sustento das duas residências provém dos trabalhos de Daniel e Piedade. Daniel e Paulina estão juntos há aproximadamente sete anos. Desde o início do relacionamento, durante alguns dias da semana, Daniel dormia na casa de Paulina, e nos outros voltava para a sua casa, até que um dia passou a morar definitivamente com Paulina. Antes de morar com Paulina, Daniel vivia com sua mãe e seu irmão mais novo. A mãe de Daniel engravidou dele aos dezoito anos e seus pais se separaram quando esse tinha quatro anos de idade. Daniel diz ter interrompido os estudos para ajudar no sustento da casa, tendo então começado a trabalhar aos dezesseis anos de idade. Por sua vez, Paulina morou com seus pais e seu irmão mais velho durante a maior parte de sua vida. Sua mãe também engravidou pela primeira vez aos dezessete anos, e faz oito anos que se separou do pai de Paulina. Atualmente, o pai e o irmão de Paulina vivem juntos em outra residência. Paulina frequentou a escola até o primeiro ano do ensino médio e quando descobriu que estava grávida aos dezessete anos, frequentava um curso de capacitação para jovens. Chegou a trabalhar em duas empresas nos últimos dois anos. Após três anos de relacionamento estável,

Paulina e Daniel começaram a discutir a possibilidade de terem um filho. A decisão pela primeira gravidez e seu planejamento foi algo discutido entre o casal, mas também contou com a participação de familiares e o apoio desses, permeada de sentimentos positivos, como felicidade e expectativas em relação à chegada de uma criança desejada e esperada por todos. O apoio e a aceitação das pessoas próximas ganharam, então, destaque nas falas dos entrevistados, apresentando-se fator de grande relevância, como colaboração desde a criação das crianças e como sinônimo de suporte em diferentes situações. Em contrapartida ao primeiro filho, a descoberta da segunda gestação, quando Paulina tinha dezoito anos e Carlos apenas cinco meses de idade, incluiu sentimentos diferentes, exemplificados pela reação de susto e certa insegurança, relacionados especificamente à proximidade das idades das crianças e conseqüentemente, certo receio por ter dois filhos tão pequenos para cuidar. Porém, tais sentimentos logo foram substituídos pela idéia e realização pessoal de se ter um menino e uma menina. Paulina, atualmente, encontra-se desempregada e é ela a responsável pelas tarefas de casa e pelos cuidados gerais com os filhos, como higiene, alimentação, levar e buscar na creche. Sua mãe e seu marido também participam da criação e educação das crianças, auxiliando Paulina nessas tarefas.

Helena: eu, ele e as crianças

A segunda família é constituída por Helena, seu esposo e seus três filhos. Helena é branca, tem vinte e sete anos, estudou até o quinto ano do ensino fundamental e trabalha em um pesque pague nos fins-de-semana, dedicando-se também às tarefas domésticas e aos cuidados direcionados aos filhos. É casada com Renê, de vinte e oito anos, branco, também estudou até o quinto ano do ensino fundamental e trabalha como o responsável do mesmo pesque pague que sua mulher presta serviço. São pais de Cirilo de onze anos, Maria Joaquina de oito anos e Laura de cinco anos. Helena e Renê residem com seus três filhos em uma área de propriedade da

prefeitura, em uma casa bem simples, sem reboco, dois quartos, um banheiro e sala e cozinha conjugadas. O casal está junto há aproximadamente treze anos. Helena e Renê viviam com seus respectivos pais e irmãos na zona rural. Ambos frequentaram a escola até pouco depois da época quando Helena descobriu que estava grávida, justificado pela dificuldade em estudar morando em zona rural, ciúmes do casal e o próprio receio de sofrer rejeição dos colegas. Aos quinze anos de idade, Helena descobriu que estava grávida do primeiro filho. Por sentir medo em relação à reação da família, ela e seu companheiro resolveram ficar um tempo na casa de um dos irmãos de Renê, na cidade. Após aproximadamente quinze dias, decidiram que a partir daquele momento iriam morar juntos, e foram para a casa dos pais de Renê. Para ganhar a criança, Helena permaneceu duas semanas na casa de uma cunhada na cidade, quando seu pai lhe buscou e a levou para sua casa. Depois de um mês, Helena voltou para a casa dos sogros (onde permaneceu por dois anos). Helena afirmou que não fazia uso de anticoncepcional antes da primeira gestação devido à dificuldade de acesso. Quando Helena soube que estava grávida pela segunda vez (aos dezoito anos), ela e Renê trabalhavam como caseiros em uma fazenda, onde também residiam. Mais uma vez, voltou para a cidade, agora na casa de um cunhado para o parto do segundo filho. Permanecendo cerca de quinze dias, ao voltar para a fazenda, descobriu que seu marido havia sido demitido, fazendo então com que voltassem a morar com os pais de Renê. Por fim, aos vinte anos, Helena e Renê mudaram-se com as duas crianças para a cidade, no atual lugar em que residem. Helena engravidou pela terceira vez aos vinte e um anos. Relações conflituosas entre os familiares de ambos os lados, acerca da reação e aceitação do casamento e da primeira gravidez marcam a fala de Helena. A descoberta da primeira gravidez é exposta como um impacto, com rejeição e ausência de apoio, principalmente pelos pais de Helena que não queriam aceitar a nova realidade (matrimônio e maternidade). Helena chegou a tomar medicamentos com o intuito de abortar. As notícias das outras duas gestações foram mais bem recebidas por Helena. Porém, defende que o processo e caminho percorridos mostraram-se mais

difíceis por não poder contar com a família como fonte de auxílio e apoio. Hoje, Helena diz ter um bom relacionamento com seus familiares, mas que para isso teve que deixar as mágoas para trás.

Maria, Alicia: “*mas no fim eu achei bom*”

A terceira participante é Maria, branca, tem vinte e três anos, estudou até o primeiro ano do ensino médio, e atualmente, dedica-se como as outras duas participantes às tarefas domésticas e aos cuidados direcionados aos filhos. É mãe de Fernando de sete anos e Tita de três anos. Além de seus dois filhos, sua mãe e seu irmão mais novo também residem junto com Maria. Alicia, mãe de Maria tem quarenta e sete anos, branca, estudou até o quinto ano do ensino fundamental e trabalha como auxiliar de limpeza em um hospital particular. Maria reside em uma casa simples, porém espaçosa. Sua mãe é quem sustenta a casa, além do auxílio que Maria recebe do pai das crianças. Os pais de Maria são separados, sendo que Maria e seu irmão mantêm contato próximo com o pai, mesmo morando em residências separadas. Maria se relacionava com Luís acerca de um ano quando descobriu que estava grávida pela primeira vez (aos dezesseis anos). A jovem sugere que na época acreditava que tinha alguma dificuldade para engravidar e que por isso não fazia uso de anticoncepcional. Pouco antes disso, os dois resolveram morar juntos na casa dos sogros, porém quando souberam da gravidez, estavam separados e Maria havia voltado a morar com sua mãe. Desde então, permanece morando com sua mãe e vive um relacionamento de idas e vindas com Luís, tendo voltado a morar com os sogros mais uma vez durante certo período. Aos dezenove anos, soube que estava grávida pela segunda vez. As reações acerca das gestações foram permeadas por medo e receio, principalmente quanto aos cuidados e educação das crianças. Chegou a cogitar a idéia de aborto nessa segunda gestação, porém não conversou com ninguém e nem levou a idéia adiante. Para os familiares, a reação acerca da primeira gravidez variou entre o susto e a alegria pela chegada do primeiro neto. Quanto à segunda

gestação, a alegria pela realização pessoal de um menino e uma menina. Maria diz sempre ter recebido o apoio de sua família, como também sempre pode contar com a presença e participação ativa de Luís e seus familiares, mesmo não mantendo uma união matrimonial estável.

5.2 Procedimentos de construção e análise do corpus de pesquisa

Ao primeiro contato com os participantes, a pesquisadora identificou-se e em seguida apresentou a proposta de trabalho. Após o convite e o consentimento dos sujeitos em fazerem parte do estudo, promoveu-se o agendamento de datas e horários para a realização das entrevistas com o devido preenchimento dos TCLE. As entrevistas foram registradas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra. Durante o processo, foi confeccionado um diário de campo com o intuito de registrar detalhes e impressões da entrevistadora considerados relevantes para a compreensão dos objetivos da pesquisa, como complementos dos dados úteis para a análise.

As entrevistas possuíam um caráter semi-estruturado, baseada em questões que abordavam o nascimento das crianças, a relação familiar, as diversas reações, dentre outros aspectos que ajudariam a entender e contextualizar os sentidos produzidos acerca da “gravidez na adolescência” e sua repetição, levando-se em consideração as relações familiares estabelecidas. Com a realização das entrevistas, objetivava-se, então, compreender o processo de produção de sentidos dentro do contexto familiar acerca da experiência de duas ou mais gestações durante a juventude. Após a transcrição integral das entrevistas, realizou-se leitura exaustiva do material visando identificar os sentidos produzidos e a reflexão-crítica acerca desses com base na literatura da área.

A análise baseia-se numa perspectiva qualitativa de cunho construcionista social. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ao trabalhar com o universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondentes a um espaço mais profundo das relações dos processos e fenômenos, que por sua vez, não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1992). O entendimento das relações e atividades humanas com os significados que as animam difere completamente do agrupamento dos fenômenos sob categorias genéricas dadas pelas observações, experimentações ou leis que ordenariam o social (Minayo & Sanches, 1993).

Ganha destaque a imersão do pesquisador no contexto da pesquisa, em constante interação com os participantes, buscando compreender os sentidos por eles atribuídos aos eventos estudados, sendo o foco da pesquisa algo que pode ser ajustado progressivamente à medida que se dá a investigação. Desta forma, a realidade é uma construção social, que conta com a participação do investigador e assim, os fenômenos só podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva holística, que considere os componentes de uma dada situação e suas interações, excluindo a possibilidade de se identificar relações lineares de causa e efeito e de se fazer generalizações de tipo estatístico (Alves, 1991).

O material primário da pesquisa qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana. Procura aprofundar a complexidade de fenômenos e processos específicos de grupos, capazes de serem abrangidos intensamente (Minayo & Sanches, 1993). A investigação qualitativa possui, então, uma definição genérica, como ação situada, localizando o observador no universo, composta por um grupo de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo, permitindo que os pesquisadores estudem pessoas que praticam atividades juntas nos lugares em que essas atividades acontecem (Denzin & Lincoln, 2006).

Por sua vez, uma investigação a partir da perspectiva do construcionismo social preocupa-se, principalmente, com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem. (Gergen, 1985). Fazem-se necessárias, então, certas desconstruções para adoção da postura construcionista. Primeiramente, há uma

modificação da concepção do conhecimento, uma vez que, esse passa a ser reconhecido como produzido na relação entre as pessoas e não mais originado na mente individual. Em segundo lugar, há uma superação da dicotomia sujeito objeto, característica da ciência empiricista e idealista. E por último, há uma reflexão acerca do que é verdade e objetividade, reforçando a idéia de ciência enquanto produção sócio-histórica, questionando uma oratória da verdade objetivista, universal e aistórica (Ibáñez, 1993).

Gergen (1985) numa tentativa de descrever algumas idéias centrais sobre o construcionismo social aponta quatro aspectos: 1) a especificidade histórica e cultural das maneiras de descrevermos o mundo e contar sobre ele, sendo elas mesmas formas de construção da realidade, dentro de um determinado contexto sócio-histórico e sistemas de significação; 2) a produção e sustentação do conhecimento a partir dos relacionamentos humanos. Desta forma, as descrições sobre o mundo são resultados das relações e processos sociais de negociação que produzem significados específicos para determinados tempo e espaço; 3) a interconexão entre conhecimento e ação, na qual diferentes formas de descrever o mundo e gerar conhecimento implicam em diferentes possibilidades de dar sentido ao mundo e de agir socialmente; 4) a valorização de uma postura crítica e reflexiva acerca dos saberes gerados a fim de promover a transformação de nossas próprias tradições.

Colocam-se em dúvida as reivindicações empiricistas e realistas de que a ciência possa produzir descrições culturalmente descontextualizadas, ao dizer o que é verdade sem levar em consideração as organizações de significado humanas. Sendo o conhecimento não o que se tem, mas o que se faz em conjunto com outras pessoas, o foco da pesquisa se desloca da natureza pessoal para as interações e práticas sociais resultantes (Nogueira, 2001).

A construção de sentidos é entendida como uma prática social, dialógica, em que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais (Guareschi, Weber, Comunello, & Nardini, 2006). A base lingüística das práticas humanas representa, então, outro aspecto enfatizado pelo

construcionismo social. Destaca-se a dimensão de universalidade acerca do que se pode produzir em termos de significado, lembrando que existirão condições morais e materiais que orientam o uso da linguagem (Rasera, Guanaes, & Japur, 2004).

O sentido é apontado com uma construção social, coletivo e interativo, com o qual as pessoas, na dinâmica de suas interações históricas datadas e culturalmente localizadas, compreendem e explicam o mundo a sua volta, o qual está relacionado às formas coletivamente construídas de acesso a esse suposto mundo (Spink, 2010).

Utilizamos, então, a perspectiva construcionista social e a construção de sentidos como base para o presente estudo, de forma que entendemos a relevância do contexto sócio-histórico para produção de conhecimento e sua interconexão com as relações estabelecidas entre as pessoas, possibilitando assim, diferentes formas de se contar e entender a realidade. São alguns princípios que inspiraram a maneira como se olha para a temática do trabalho, como também, como analisar e interpretar aquilo que se construiu durante o processo de pesquisa.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atual análise faz parte de um processo reflexivo e interpretativo, que por sua vez, não esgota as diferentes possibilidades de interpretação dos sentidos produzidos pelos participantes. Pretende-se convidar o leitor a refletir conosco acerca da temática da “gravidez na adolescência”, sua repetição e a família nesse contexto e os sentidos aqui interpretados.

Tendo como base o foco da pesquisa, a análise das entrevistas transcritas proporcionou a identificação de alguns aspectos que se destacaram e a elaboração de três categorias de análise: Maternidade/paternidade entre jovens: revendo o lugar da juventude; Família e redes de apoio; Repetição da gravidez e planejamento familiar. Assim, optou-se pelo recorte de momentos das entrevistas, com a apresentação de trechos que se mostraram relevantes para a discussão, porém sem a pretensão de generalizar os sentidos produzidos. A decisão pelo uso de trechos vai além da idéia de ilustração ou comprovação empírica, mas surge como instrumento disparador de reflexões.

A partir dessa divisão, discutiremos num primeiro momento: a produção de sentidos acerca da maternidade/paternidade, fazendo o convite para se repensar o lugar ocupado pelos jovens, entendendo-se esse como sendo construído a partir das relações estabelecidas e dos contextos no qual se inserem. Posteriormente, o papel que a família assume nesse processo e as redes de apoio que se constroem. E por fim, a repetição da gravidez quando jovem, dando destaque para a multiplicidade de significações acerca do evento e questões referentes ao “planejamento familiar”.

6.1 Maternidade/paternidade entre jovens: revendo o lugar da juventude

Nessa primeira seção, apresentam-se os aspectos relacionados à gestação entre jovens e a significação que esse evento tem para eles e seus familiares. Desta forma, temos os principais temas a serem desenvolvidos representados pela diferentes significações sobre gravidez e a discussão acerca de condições consideradas “ideais” para se vivenciar uma gravidez.

6.1.1. Significações da maternidade/paternidade quando jovem

Para iniciarmos, vale frisar a importância da adoção de um novo olhar acerca da temática da “gravidez na adolescência”, reconhecendo as diferentes possibilidades de produção de sentidos, que se dão a partir das relações interpessoais, nos diversos contextos sociais, culturais e históricos. Desta forma, instigamos o repensar acerca do lugar que os jovens ocupam, e consequentemente a significação da gravidez pelos mesmos.

Segundo Benini (2011), há uma cultura atual na qual o que se anseia para o jovem é que este invista nos estudos buscando garantir sua qualificação profissional, para que futuramente, alcance uma estabilidade profissional e financeira que permitirá que esse se case e constitua família. Dentro dessa perspectiva, a “gravidez na adolescência” é vista como algo precoce, uma vez que, interrompe o processo de formação profissional e insere a jovem na maternidade, com novas responsabilidades, funções e sociabilidades.

O que se entende, então, é que até poucas décadas atrás ser mãe quando jovem em uma sociedade ocidental era natural, e consequentemente o evento não era encarado como problema. Hoje, ao se pensar principalmente o mercado de trabalho, a sociedade espera que a maternidade seja postergada (Magalhães, 2007).

Contudo, como as experiências vividas pelos jovens são plurais, os sentidos atribuídos a tais também o são, sendo que o processo de constituição envolve uma multiplicidade de aspectos, dentre os quais se encontram questões de classe social, de etnia, de tradições culturais e

religiosas, etc. (Orlandi & Toneli, 2008). Levando-se em consideração esses aspectos, não podemos generalizar uma linha de desenvolvimento – estudos, profissão, casamento – como projeto de vida para todos os jovens. Desta maneira, a gravidez ganha sentido a partir do contexto em que se encontra, expondo a possibilidade de diferentes significações por quem o vivencia, e assim temos desde sua naturalização, até a caracterização como evento inoportuno.

Quanto à Paulina e Daniel, o planejamento do primeiro filho foi um aspecto muito marcante em suas falas desde o início das entrevistas, exemplificado por ações específicas como a discussão sobre o assunto e a interrupção do uso do anticoncepcional visando esse fim. Segundo os relatos, Paulina após discussão por um longo tempo com o seu esposo sobre a possibilidade de vivenciarem uma gestação, interrompeu o uso do anticoncepcional quando ambos concordaram com a decisão de engravidar. A discussão sobre o desejo de engravidar e a possibilidade de ocorrer naquele momento não se restringiu ao casal, mas também contou com a participação de alguns familiares mais próximos, como a mãe e o irmão de Paulina.

Rocca, Krishnan, Barrett, & Wilson (2010), citados por Borges, Cavallieri, Hoga, Fujimori, & Barbosa, (2011) explicam que em muitos momentos desejo e planejamento se confundem em relação à ocorrência de uma gravidez. O que acontece de fato é que o desejo e a intenção de engravidar são elementos que compõem o planejamento de uma gravidez, principalmente porque o desejo não é considerado um sentimento que necessariamente leva a uma ação e a intenção, por sua vez, está diretamente relacionada ao contexto pessoal que pode desencadear determinadas iniciativas para engravidar. Por fim, o planejamento encontra-se no âmbito comportamental, ao incluir a adoção de medidas centradas na concepção.

As falas iniciais da Paulina já evidenciavam essa relação do desejo aliado à intenção de ser ter um filho ao contar sobre sua primeira gestação: “(...) *que nós dois queríamos há muito tempo já.*”, “*Era desejado, planejado.*”. E este desejo de ter um filho era compartilhado por seu

esposo também, que ao ser questionado afirma que “(...) *desde pequeno também pensava em ter menino.*”.

Diferentemente do que se encontra na literatura sobre maternidade durante a juventude, para Paulina e Daniel esta se apresenta como algo desejado, negociado e planejado, refletindo o esforço do casal em se constituir como pai e mãe. Vale destacar o quanto a constituição familiar (mãe, pai e filhos) é naturalizada por parte desses entrevistados. A fala de Daniel evidencia uma noção da experiência da maternidade/paternidade como parte do ciclo de vida, uma etapa a ser cumprida. Ao dizer que “(...) *ter filho, casar, da profissão que eu tenho hoje, tudo*”, representa o que ele sempre sonhou para a sua vida atual expressa a percepção da constituição de família como algo não questionado – de certa maneira, parece que formar família e ter uma profissão possuem prioridades iguais.

Logo, casar, constituir família e gerar filhos são assuntos presentes nas entrevistas de Paulina e Daniel como algo natural do desenvolvimento do ser humano e que conseqüentemente surgem como projetos de vida: “(...) *desde moleque sempre tem, desde pequeno já, casar, ter filho.*” (Daniel). Pensando-se então a partir dessa perspectiva do esforço por parte de Paulina e Daniel em se constituírem como mãe e pai, a gravidez nesse momento apresenta-se como precoce ou oportunidade de constituição familiar, parte “comum” ao desenvolvimento do homem em sociedade?

Helena também compartilha dessa óptica que reconhece o matrimônio e a constituição familiar a partir de uma caracterização naturalizada “(...) *a gente pensa né casar um dia, então a vida é essa, tem que ir embora, tem que casar.*”. Nossa sociedade sustenta uma cultura idealista de que a menina deve ser preparada para assumir seu papel social de esposa e de mãe. Assim, as aspirações de jovens, construídas a partir dessa trama cultural, refletem essa idéia voltada para o matrimônio, para ter filhos e para constituir família (Rangel & Queiroz, 2008).

Nas camadas populares da sociedade, a concretização de projetos de vida como a conquista de emprego valorizado socialmente e a independência financeira exigem mais esforços por parte de seus jovens, diferentemente dos pertencentes às outras camadas sociais. As jovens das camadas menos favorecidas devem alocar grande parte de suas energias para assegurar tais projetos em função da situação socioeconômica familiar, ou mesmo da presença de alguns valores relacionados a papéis de gênero tradicionais, nos quais cabe à mulher o cuidado da casa e dos filhos, e consequentemente a gestação pode ser vista como algo “natural” e inseparável da identidade feminina, associado ao papel de “ser mulher” (Dias, Patias, Fiorin, & Dellatore, 2011).

Nas palavras de Paulina: *“Ah porque eu tinha, eu tinha conhecido o Daniel né, achei que ele era, ele é uma pessoa muito boa, responsável, achei que era com ele meu sonho era ter filho eu falei ah é com ele mesmo que eu vou ter filho.”*. O trecho, mais uma vez, denuncia a existência de um quadro social e cultural que incentiva a idéia da constituição familiar como projeto de vida, e que reflete até mesmo na escolha de um parceiro ideal para a realização dessa proposta.

Rangel e Queiroz (2008) indicam que enquanto para meninas de camadas socioeconômicas mais favorecidas da população, a gravidez pode representar a destruição dos planos futuros, para as jovens de camadas menos favorecidas, a experiência representa uma benção, e parte do “poder feminino” da mulher. Para os jovens, a experiência da gravidez surge como uma âncora que os permite criar ou reforçar vínculos sociais. Ao contrário de concepções que representam a “gravidez na adolescência” sob um caráter de inoportunidade, enquanto algo fora de hora, o que se vê a partir do discutido até o momento é a construção de um caminho diferente daquilo que é esperado pela sociedade, quando se tem como base a perspectiva de que o ideal seria o jovem investir em sua capacitação educacional e profissional, e que, por sua vez,

pode se tratar de uma visão não prioritária para todos os contextos ao se pensar as diferentes classes sociais.

De forma geral, então, em famílias de classe média, o que se privilegia é a atividade intelectual dos jovens, com o casamento sendo adiado para depois do término dos estudos. Já nas famílias de classes populares brasileiras o casamento é algo que pode acontecer “precocemente”, sendo acompanhado, em muitos casos, da gestação de vários filhos (Dadoorian, 2003). Assim, a experiência da maternidade/paternidade durante a juventude apresenta-se como oportunidade, como projeto de vida, e que ganha sentido no contexto no qual a família se encontra.

Por conseguinte, ao consideramos a pluralidade de sentidos atribuídos a qualquer experiência que podemos vivenciar, dependentes de um processo de constituição que envolve uma multiplicidade de aspectos (culturais, de gênero, de classe econômica), entendemos, então, as diferentes possibilidades de como os participantes significam a “gravidez na adolescência”. Ao contrário de Paulina, Maria e Helena não planejaram a chegada do primeiro filho, mas nem por isso podemos enunciar os significados atribuídos às gestações por essas como opostos do que já foi apresentado, uma vez que, a produção desses se faz a partir dos contextos sociais e culturais, e desta forma, apesar das gestações não terem sido programadas, as experiências podem ser representadas como naturais da vivência humana e/ou oportunidade de amadurecimento.

Para Maria e seus familiares, a notícia da gestação foi um “susto”. Maria, se por um lado, com a notícia tinha seus pensamentos associados ao medo de como seria o futuro, de como agir, por outro, significou a chegada de seu filho como uma oportunidade de recomeço, de sentido de vida “(...) nossa eu olhava pra barriga pensava meu Deus será que eu vou dar conta de criar esse menino”, “(...) nossa meu Deus acabei com a minha vida, mas a gente vai parar pra pensar acabou nada, recomeçou naquele momento.”, “(...) depois que nasceu, nossa foi outra coisa.”.

Aliada a idéia da conquista de funções socialmente reconhecidas como sendo do homem ou da mulher, outro aspecto que nos chama a atenção na fala da Paulina é a associação entre a geração de um filho e a mudança de papéis: “(...) *acho que eu queria mais um pouquinho de responsabilidade, uma coisa diferente.*”. A maternidade, neste caso, envolve dimensões complexas, podendo remeter tanto à mudança de status, quanto à reafirmação de projetos de mobilidade social (Pantoja, 2003).

Pode-se afirmar que para as camadas populares, a significação da “gravidez na adolescência” emerge associada à necessidade de uma valorização e reconhecimento social. Tal ansiedade por ocupar um espaço de maior respeitabilidade social pode ser explicada, mais uma vez, a partir desse senso comum que rege em certas camadas da sociedade, que dimensiona a maternidade e os cuidados direcionados à criança à razão fim de toda atividade social feminina, completando o caminho “natural” da mulher e contemplando-a com o status social de “dona de casa” (domínio tradicionalmente vinculado à mulher) (Rangel & Queiroz, 2008).

Assim, como vem sendo apontado, a maternidade e os significados a ela atribuídos são bastante valorizados ao possibilitarem a conquista da identidade de mulher e a realização dos papéis femininos ligados à família e ao cuidado da prole (Oliveira, 2008). Contudo, ainda que a maternidade represente uma oportunidade de transformação de papéis, da aquisição de um novo lugar a se ocupar como mulher, a questão que surge é porque outros contextos, como o estudo ou a conquista de um trabalho no espaço público, não são apontados por muitas jovens, como também possíveis pontes para a obtenção dessa responsabilidade e nova posição social?

Para se compreender como as jovens das camadas populares percebem a si próprias, pensando-se a vivência da gravidez e da maternidade, é necessário também a compreensão do entorno, do conjunto de práticas e valores que se fazem presentes nesses grupos (Oliveira, 2008). A essas jovens de camadas sociais menos privilegiadas, a maternidade pode possibilitar o acesso a um projeto de vida viável e valorizado socialmente (Patias, Gabriel, Weber, & Dias, 2011).

Para além dos motivos que levam as mulheres a adiarem, adiantarem, aceitarem ou recusarem a maternidade, e dos valores que alimentam o ideal de sua realização, sempre estará em questão o significado social que a maternidade ganha (Scavone, 2001).

A análise da maternidade a partir da perspectiva de gênero possibilita o reconhecimento de múltiplas facetas. Pode-se abordar a temática como símbolo de um ideal de realização feminina, símbolo da opressão das mulheres, ou, por outro lado, símbolo de poder das mulheres. Pode-se também reconhecê-la como constituinte de um tipo de organização institucional, cujo núcleo central articulador é a família, e mais ainda, como um símbolo histórico, cultural e politicamente construído, resultado das relações de gênero de poder e dominação, o que evidencia essa multiplicidade de possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo (Scavone, 2001). A experiência da maternidade/paternidade é um processo em constante construção, dentro das interações, nos contextos históricos, culturais e afetivos, com marcas e significados múltiplos (Meinke & Carraro, 2009).

Se, por um lado, cabe à mulher o espaço privado e a dedicação aos filhos, por outro lado, o papel masculino ainda encontra-se muito vinculado a idéia de sustento, a responsabilidade associada ao trabalho no espaço público. Helena sugere em suas falas que os cuidados com os filhos sempre foi função sua, e que para seu companheiro o que mudou no dia-a-dia com a chegada das crianças seria uma maior responsabilidade referente à sua função, reconhecida como o de provedor “(...) *tem que trabalhar mais né, dar duro*”.

Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena, & Costa (2009) buscando entender os significados atribuídos à paternidade por homens que são pais concluíram que se mantém uma hegemonia do modelo patriarcal, na qual o homem ainda compreende seu papel de pai predominantemente como provedor material e moral da família. Como provedor, o pai tem curiosamente um papel de destaque, o que pode revelar que os papéis maternos e paternos ainda

são definidos de forma tradicional, estando os pais como provedores e as mães como donas de casa e cuidadoras (Matta, 2008).

Contudo, apesar da constatação dessa tradicional visão acerca dos papéis sociais de gênero, tendo o homem como responsável o papel de provedor, Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena, & Costa (2009) também apontam que os homens começam a defender uma paternidade mais envolvida afetivamente e nos cuidados, indicando que a relação familiar vivida na atualidade vem modificando qualitativamente o significado do ser pai. Nesse caso, o “novo pai” dialoga com o pai tradicional, dando à paternidade um sentido mais amplo, que ultrapassa o papel de provedor material, indicando, por sua vez, a possibilidade de transformações na qualidade das relações parentais.

Naturalização, oportunidade de constituição familiar e projeto de vida podem ser apontados como formas de significar a experiência da gravidez e o papel que os jovens ocupam nesse contexto, cabendo à sociedade o reconhecimento dessas diferentes possibilidades.

6.1.2. Idade, aspectos econômicos e escolaridade como condições prévias para a maternidade/paternidade

Na atualidade, ao se pensar a experiência de uma gravidez, defende-se que haveria certas condições apontadas como necessárias para se poder vivenciar o evento, sendo essas, por exemplo, financeiras, relacionadas à idade e escolarização.

Ainda em relação às opiniões sobre “gravidez na adolescência”, é possível reparar aqui que o tópico idade nunca representou algo de muita importância para Paulina e seus familiares, ao dizerem que apesar de terem refletido por um pequeno momento perceberam que essa não faz diferença para as tomadas de decisões “*Ah eu pra mim tanto faz ((risos)) porque se tem juízo é bom que aí cria logo e pronto né*” (Piedade). Aliás, Daniel declara “*Ainda acho melhor.*”. “*(...) a*

gente optou por ter filho mais cedo pra poder quando a gente estiver mais velho aí já tá grande, vai ajudar a gente né quando a gente estiver mais velho e tal, só, pensava assim.”, “Tipo assim pela idade da gente quando você estiver mais velho já tá mais crescido, a preocupação já diminui”, o que começa a explicitar a noção de família como auxílio, cuidado com o próximo, parceria. Desta forma, ao darmos voz aos jovens pais, poderemos compreender percepções e comportamentos e, conseqüentemente tornar perceptível o fenômeno situado naqueles que o vivenciaram (Almeida & Souza, 2011).

Alicia, mãe de Maria, manifesta sua opinião acerca da “gravidez na adolescência” como “um absurdo”. Ao mesmo tempo, analisando especificamente o fato de sua filha ter ganhado a primeira criança aos dezesseis anos de idade, Alicia nos dirige a um novo pensamento “(...) *eu vi que ela teve o primeiro menino dela com dezesseis anos, aí eu fui ver que tinha essas meninas de treze, quatorze anos, aí eu já falei nossa a minha filha então já... né... já demorou ter né*”. Piedade sugere que ao pensar sobre a gravidez de sua filha Paulina, ainda que evento planejado, sentiu receio em relação à como seria a vida dessa após a chegada da criança “*Ah porque esses jovens de hoje em dia não pensam muito né, acham que por um filho no mundo vai ali e dá pra avó pra cuidar e vai passear, então eu pensei que fosse isso que ia acontecer, até o contrário, ela foi bem cuidadosa.*”.

Qual a idade ideal então para se gerar um filho? O que para Alicia representava um evento um pouco fora de momento, devido a sua realidade social na qual se encontram meninas grávidas de treze, quatorze anos, sua visão se transforma e passa a reconhecer a gravidez da filha como uma experiência que acompanha o que acontece na atualidade, e mais, que poderia ser caracterizada como tardia e não precoce, exemplo claro de como a contextualização dos eventos gera sentidos múltiplos, demonstrando a impossibilidade de generalizações.

Paulina e Daniel apontam a idade como mero detalhe ou até mesmo, como fator motivador, algo positivo no processo da maternidade/paternidade. Para Helena, apesar de

expressar a idéia de que ter filhos quando jovem é visto como um problema, associado a algumas dificuldades que surgem e a falta de apoio, essa ainda compartilha da óptica que reconhece o matrimônio e a constituição familiar a partir de uma caracterização naturalizada. Já Maria se divide entre o fato de reconhecer a maternidade como realização pessoal e achar que seria melhor tê-la adiado um pouco mais, entre o discurso de que ser mãe não impede que a pessoa estude, trabalhe, tenha lazer e o desejo de ter investido em questões pessoais antes de ser mãe. Como o fato de Maria não estar em um relacionamento estável como Paulina e Helena pode associar-se a essa percepção? De certa forma, entendemos a maternidade para Maria não como um investimento pessoal, como nos outros casos, talvez pelo fato de não ocorrer em um contexto de constituição familiar tradicional (esposa, marido e filhos).

Julgar a “gravidez na adolescência” e sua repetição como problemas sociais tendo como base apenas a questão etária empobrece a reflexão acerca dos eventos ao desconsiderar todo o contexto social, histórico e cultural que produz as formas de entendê-los e vivê-los. Quando se privilegia o critério etário, obscurece-se a ação de outras variáveis sociais e culturais, que complexificam a questão, levando inclusive à reflexão da própria definição de “gravidez na adolescência”. Contudo, se por um lado nega-se o essencialismo característico da classificação etária, por outro não se deve permitir o aprisionamento em novas determinações, como condições de classe e de gênero. O que se pede vai além da articulação, mas também a necessidade de contextualização do emprego dessas categorias, devido ao fato de não operarem sempre da mesma maneira (Heilborn et al., 2002). Mais uma vez, essa multiplicidade de experiências anteriores, relacionada com o contexto socioeconômico, cultural e histórico em que estamos inseridos determina tanto a ocorrência como a vivência da gestação (Patias, Gabriel, Weber, & Dias, 2011).

Ainda nessa linha de pensamento que reconhece o contexto histórico e social, certas normas de relações de gênero, de classe social, de etnia como grandes construtores da maneira

como descrevemos a nós mesmos, o mundo em que estamos inseridos e nossas ações, partimos para mais uma ponderação referente à noção de estruturação ideal para se ter um filho, condições essas não mais apenas associadas a uma idade certa, mas também a condições financeiras, como moradia própria.

Maria e Helena acabam por exprimir em suas falas o quesito financeiro como condição prévia para se ter um filho, e assim quando não se apresenta nas maneiras ideais, surge como uma apreensão: *“Então aí é difícil, você não tem uma casa, você não tem um lar, você não tem nada pra você morar, pra você ter um filho”* (Helena); *“(...) eu esperaria um bom tempo, ter estabilizado, ter tido minha casa própria”* (Maria).

Outro ponto seria a questão da escolaridade. Helena afirmar ter interrompido os estudos com a descoberta da primeira gravidez. Já Paulina, Daniel e Maria disseram que já não mais frequentavam o ensino regular quando souberam das gravidezes. Diante à realidade dos participantes, percebe-se que não há uma relação direta entre “gravidez na adolescência” e evasão escolar, uma vez que, o abandono dos estudos por parte de Paulina, Daniel e Maria teria ocorrido por outros motivos (ou por não gostarem, ou pela necessidade de ajudarem financeiramente em casa), o que contraria o habitualmente apontado pela literatura da área. Magalhães (2007), ao refletir sobre a “gravidez na adolescência”, percebeu que os jovens participantes da pesquisa pareceram ter abandonado cedo os projetos relativos à qualificação profissional, o que contribuiria para que o projeto de constituição familiar se tornasse prioritário.

Reconhecemos na sociedade atual a prevalência de uma norma que convida a mulher a exercer a função de mãe, porém que respeite um conjunto de exigências colocadas às mulheres para assim assumirem tal papel. Segue-se, então, uma rede enunciativa que dita, por exemplo, o número de filhos adequado, o tempo e a idade certa de torna-se mãe, e condições (econômicas e sociais) necessárias para a maternidade (Moreira & Nardi, 2009). Se partirmos do pressuposto de um projeto racional de vida tendo a reprodução como algo que só poderia acontecer quando

determinadas condições de vida fossem conquistadas (como escolarização, idade madura e profissionalização), desconsideramos outros contextos, que não percebem tais como relevantes para se viver a experiência da maternidade/paternidade.

Todavia, percebe-se também que a idade ou a situação financeira nem sempre são apontados como os principais aspectos a se levar em consideração quando se tem filho na juventude, como expresso nas falas de Maria e sua mãe: *“Hoje em dia não é tanto você dar o de comer, mas a preocupação, a educação hoje é muito difícil entendeu.”* (Maria), *“(...) hoje assim pra cuidar não é tão difícil, dar o comer, dar roupa, mais difícil hoje é você educar entendeu.”* (Alicia).

Temos, então, dois momentos distintos, nos quais Maria ora expõe as questões financeiras como preocupação maior diante da experiência de uma gravidez, ora aponta os desafios de educar uma criança. Tal diferença pode ser justificada como uma reprodução de discursos sociais que apontam a necessidade da conquista de determinadas condições para então poder vivenciar uma gravidez. Porém, as relações sociais e os contextos interacionais podem produzir outros significados. Desta forma, se antes Maria falava sobre a necessidade de uma estabilidade financeira, frente à chegada das crianças o desafio se transforma, indo para um novo campo, o da educação.

As atitudes de Paulina frente à decisão de constituir família, ter filho e os cuidados com o mesmo fizeram com que Piedade se admirasse com a postura da filha *“(...) ela até me surpreendeu até demais, pela pela responsabilidade que ela teve logo cedo de marido, casa e filho né.”*. Porém, suas falas ainda explicitam uma idéia do jovem como desajuizado *“(...) agora quando é, os adolescentes são, não tem cabeça aí é diferente né”*, mostrando que nesses casos em que o jovem não assume a postura esperada de quem decide casar ou ter filho, a experiência de uma gestação seria uma imprudência.

A utilização de aspectos simbólicos culturais contribui para a construção da “gravidez na adolescência” como um problema social, uma vez que, a idéia de que mulheres jovens não estão preparadas para a maternidade está presente na literatura disponível sobre a temática e se sustenta em modelos ideais de estrutura familiar e trajetórias de vida das mulheres (Roland, 1994).

Nota-se a presença de uma norma acerca da maternidade, a qual possibilita a idéia de um padrão para a maternidade, ditando um modo considerado mais adequado e legítimo de ser mãe. Daí a relevância em se refletir sobre condições entendidas como necessárias na decisão de ter um filho, significando que nessa normalização não se pode ser mãe em qualquer condição (Moreira & Nardi, 2009).

Por conseguinte, nos questionamos a que ponto tais contextos (financeiro, idade, escolaridade) merecem destaque como “condições ideais” e necessárias a priori quando se discute a “gravidez na adolescência”. Ao se levar em consideração aspectos isolados como situação financeira, como também idade, subestima-se a importância de outros aspectos que de acordo com os jovens mostram-se mais relevantes. É importante o cuidado com análises funcionalistas, dicotomias e associações empobrecedoras da complexidade compreensiva acerca do tema e sua multiplicidade de significados (Castro & Abramovay, 2004).

6.2. Família e redes de apoio

A partir da reflexão acerca da família no contexto da “gravidez na adolescência” e sua repetição, algumas temáticas mostraram-se relevantes, sendo essas: a construção de redes de apoio; a postura dos jovens pais diante da nova realidade.

6.2.1. Construindo as redes de apoio

Quando proposto para o estudo pensar as relações familiares dentro do contexto da repetição da “gravidez na adolescência”, pretendia-se entender melhor como os sujeitos envolvidos no processo percebem e significam a família, seu papel e suas contribuições nesse processo.

Com base no entendimento de que o conhecimento é um subproduto das negociações interpessoais, as múltiplas maneiras utilizadas para descrever o mundo também são construídas nesses mesmos campos, com palavras e ações ganhando significados a partir de tais processos sociais. Por conseguinte, a família pode ser concebida como uma produção discursiva, definida em termos de como as pessoas contam juntas o que é família (Martins, McNamee, & Guanaes-Lorenzi, 2014).

Assim, ao se pensar essa construção a partir das convenções, a produção dos sentidos acerca da maternidade e as decisões no campo da reprodução representam produções que carregam consigo as forças da história e cultura familiar, uma vez que, depende do contexto de interações pessoais. Por sua vez, estrutura, comportamento, valores e dinâmicas familiares sofrem reflexo das mudanças socioculturais, econômicas e tecnológicas ocorridas na sociedade. Ou seja, os processos de socialização e construção social da realidade produzem a forma como os indivíduos internalizam valores e normas sociais e os externalizam no mundo (Benini, 2011).

Em nossa sociedade, vigora um grupo de concepções que vincula a “adolescência” à uma etapa de transição, tendo como característica uma progressiva emancipação, capaz de atingir uma aquisição de autonomia material e constituição matrimonial e/ou familiar própria (Rangel & Queiroz, 2008). Como exemplo, podemos considerar os projetos de vida que os familiares almejam em relação aos seus membros, no sentido de emancipá-los para que esses construam seus próprios núcleos familiares, dando continuidade e ampliando sua própria família (Silva &

Tonete, 2006). Tudo isso expressa uma realidade de contextos que propõe como parte do ciclo da vida crescer, amadurecer, constituir família e ter filhos, e que de certa forma pré-determina uma linha de desenvolvimento comum para o ser humano.

Porém, o que se observa nos dias atuais é o surgimento de novos modelos familiares, nos quais nem sempre a conjugalidade possui o status central de referência familiar, a reprodução não necessariamente ocorre na família nuclear clássica, e assim a família passa a ser reconhecida por sua multiplicidade. Desta forma, a linearidade dos eventos esperados na “adolescência” é substituída por uma imprevisibilidade dos acontecimentos, não se enquadrando mais numa caracterização linear tradicional (Matta, 2008).

Nesses novos cenários no debate sobre a “gravidez na adolescência”, há a presença de significações que apontam a família como importante componente, merecendo uma análise especial sobre a forma como essa se apresenta, quais os sujeitos envolvidos e quais os papéis assumidos por aqueles que dela participam e a consideram aspecto relevante para entender a “gravidez na adolescência”.

De maneira geral, as reações familiares variam entre o choque e a alegria pela notícia, o anseio em relação ao futuro e a expectativa da chegada de uma criança, cada qual construído a partir do contexto de significação da maternidade e a própria vivência do evento, no qual esses sentidos também vão sendo produzidos.

Nesse estudo, o papel da família está muito vinculado ao de fonte de auxílio e colaboração, expressos em atitudes do dia-a-dia, cuidados direcionados à criança, ajuda financeira, ou mesmo pela simples preocupação relacionada à saúde e comodidade dos jovens pais e seus filhos.

Além dessa idéia acerca do que representa a família e seu papel “(...) *papel é apoiar né, apoiar, incentivar.*” (Paulina), associa-se que geralmente são nos momentos de maiores dificuldades que a sua presença se faz mais relevante ainda “(...) *a forma de ajudar a gente, de*

sei lá, todo lado que que for acontecer alguma coisa sempre alguém ao redor que ta lá pra ajudar na hora.” (Daniel).

Por sua vez, união e amor são sentimentos expressos como envolvidos no âmbito familiar, como nos casos de Paulina e Maria. Como o símbolo mais presente ao se enunciar família, a união é um componente edificador para se definir essa. Além disso, a caracterização de mútua-ajuda também surge como elemento significativo, compositor desse sentido de família (Matta, 2008).

Apesar de Helena também defender essa linha de pensamento “(...) *eu acho que o papel da família é sempre apoiar uns aos outros, não importa as circunstâncias.*”, essa afirma não ter recebido apoio por parte de sua família “(...) *sempre fiquei mais sozinha com ele, nunca teve ninguém que falou assim oh vou te ajudar, vou fazer isso*”. Desta forma, ao se defender a família como fonte de auxílio, na ausência desse a experiência da gestação apresentou-se mais difícil “(...) *nunca tive parente pra me ajudar, então o problema é esse*”, o que acaba levando a uma significação mais negativa acerca de uma gravidez quando se é jovem “(...) *é muito problemático pra você ter filho muito nova, (...) então é complicado, você não pode correr atrás de filho nova porque, às vezes, você não tem um parente pra te dar apoio*”. Tida como instância nata de anteparo social, seria dever da família, proteger seus membros e garantir o bem-estar dos mesmos (Benini, 2011), sendo assim, o apoio familiar durante o processo pode apresentar-se decisivo na aceitação e vivência da “gravidez na adolescência” (Bordignon, Cruz, Harter, Meincke, Carraro, & Collet, 2013).

Além da noção de família como principal instituição de apoio, outra discussão que se mostrou relevante ao se pensar as relações familiares refere-se à necessidade de contextualização dos históricos familiares como produtores das formas como tais famílias se apresentam.

Ao se pensar o histórico familiar dos três núcleos, temos: a) os pais de Paulina e Daniel que também tiveram filhos quando jovens e se separaram quando seus filhos eram crianças. Os

dois irmãos do casal possuem idades próximas as deles, mas ainda não tiveram filhos; b) os pais de Helena, que se casaram jovens, tiveram três filhos, sendo que o irmão mais novo não possui filhos e a irmã mais velha, quase da mesma idade de Helena também se casou jovem e teve filhos na época; c) a mãe de Maria, que permaneceu casada por um certo período antes de engravidar pela primeira vez, aos vinte e quatro anos. Maria tinha oito anos quando sua mãe engravidou pela segunda vez. Hoje, os pais de Maria estão separados, vivendo na mesma casa Maria, os filhos, sua mãe e seu irmão.

Braga, Carvalho, Ferreira, Mata, & Maia (2010), bem como Persona, Shimo, & Tarallo (2004), ao analisarem fatores envolvidos no processo de repetição da “gravidez na adolescência”, verificaram em seus estudos que a maioria das mães das puérperas também foram “mães adolescentes”, como também, grande parte dessas puérperas possuíam pais divorciados, apontando, por fim, a história familiar como fator que pode influenciar a repetição de “gravidez na adolescência”.

Deparamos-nos na sociedade atual com mudanças significativas quanto às constituições familiares e modelos hierárquicos, tal como o encontrado nesse trabalho: há jovens pertencentes a núcleos familiares tradicionais; jovens constituindo novos núcleos familiares; e jovens que vivem em famílias que possuem um histórico de “gravidez na adolescência” nas diferentes gerações.

Reconhecemos o histórico familiar como contexto de vida, como possibilidade de espelhamentos e como espaço onde valores são repassados e conhecimentos são produzidos (neste caso, no âmbito das relações intergeracionais). Porém, não podemos nos prender a apontamentos simplistas defensores de causas e consequências, sem levar em consideração outros aspectos que também fizeram com que tais jovens vivenciassem uma gravidez. Por conseguinte, não são as formas como tais famílias se constituem, mas as formas como entendem que devem se constituir. Este é um dos convites propostos pelo trabalho.

O reconhecimento da família como sinônimo de apoio, a “gravidez na adolescência” como evento inoportuno e sua ocorrência aliada a determinadas causas são sentidos socialmente construídos, e sua reprodução varia de acordo com os contextos nos quais as pessoas estão inseridas. Da mesma maneira que as atitudes dos membros da família podem não responder a essa expectativa de suporte e auxílio, a vivência de uma gestação por jovens pode ganhar sentido a partir do que é construído como projeto de vida, como idealização de futuro, sendo mais que uma mera consequência de histórias familiares.

Além da família, outros atores também foram citados como partes da rede de apoio formulada, sendo eles exemplificados pela parceria família e sociedade “(...) *por eu ter conseguido a vaga na creche, minha mãe ela, o horário dela no serviço dela, ela pode levar e buscar eles na creche, pode ficar um pouquinho com eles até eu chegar, é isso.*” (Paulina). Em nosso estudo, observamos que todos os filhos das jovens participantes frequentam regularmente creches e escolas municipais do bairro, em sua maioria em tempo integral.

O serviço de saúde público representado pela UAPSF do bairro em que os entrevistados residem e sua equipe de saúde foram muito citados e elogiados pela prestação de uma assistência de qualidade, pela realização do pré-natal em todas as gestações das três jovens participantes, por informarem e aconselharem quando procurados, nas atividades de planejamento familiar, no auxílio ao enfrentamento de dificuldades comuns da gestação como enjoos, mal-estares e aleitamento materno.

Mesmo Helena, que em suas falas aponta o fato de ter residido na zona rural como fator que dificultava o acesso aos cuidados com a saúde, conta de forma positiva como se deram suas experiências na saúde pública “(...) *sempre fui bem atendida no postinho, (...) eu vinha da roça pra cidade, sempre da roça pra cidade, então toda vez de consulta, pré-natal, sempre vinha fazia exame (...)*” (Helena).

Ações que colaboram para a conquista dos papéis de mãe e pai, para adaptações quando necessárias e a superação de dificuldades quando presentes são de responsabilidade de políticas intersetoriais e integradas e que necessitam dessa aliança entre comunidade e poder público. Entretanto, cabe lembrar que tais deveres fazem-se necessários em qualquer contexto, ou seja, sendo jovens ou mais velhos, de classe social baixa ou não.

Assim, quando apontamos como intuito da atual pesquisa refletir acerca das relações familiares e a repetição da “gravidez na adolescência” temos muito presente nas falas dos entrevistados a significação que família e redes de apoio ganham como importantes protagonistas no processo, como instituições de auxílio que ajudam a suprir necessidades básicas de saúde e educação de qualquer ser humano.

6.2.2. A postura dos jovens pais diante da nova realidade

Com a conquista dos papéis maternos e paternos, algumas responsabilidades e compromettimentos passam a fazer parte da rotina dos jovens pais. Cabe lembrar que a produção dos mesmos se dá a partir dos diferentes contextos, sem se propor, portanto, atitudes e condutas padrões frente à chegada da criança.

Em alguns casos, percebe-se que os jovens tornam-se mais responsáveis, principalmente em relação às novas atribuições que lhe são delegadas, como cuidados com o bebê ou mesmo tarefas domésticas (Silva & Tonete, 2006; Hoga, Borges, & Reberte, 2010).

A noção de que o jovem não possui o preparo necessário para assumir os cuidados direcionados ao recém-nascido, e que assim ficaria para os familiares mais experientes, principalmente a avó, a atribuição de cuidar dos netos, não é reproduzida nas falas dos entrevistados “(...) *eu deixava mais era pra ela mesmo porque eu já tive os meus agora é dela,*

ela que tem que cuidar, ela que tem que fazer tudo direitinho, mas foi bem responsável mesmo.” (Piedade).

Os jovens pais reconhecem sua responsabilidade e compartilham também o desejo de por em prática essa postura. Maria, por exemplo, além de afirmar um comprometimento de sua parte “(...) com o Fernando eu aprendi a ter muita responsabilidade entendeu, (...) eu que gostava de cuidar dos meus filhos, eu que gostava de curar umbigo eu que gostava de dar banho”, expressa também que o jovem é quem tem que se responsabilizar por seus atos, não cabendo a família, a princípio, função alguma diante a maternidade: “(...) acho que a família não tem que arcar com a responsabilidade da mulher não, porque a partir do momento que a menina inicia uma vida sexual ela tem que começar a assumir as responsabilidades dela”.

Mesmo assim, como já discutido anteriormente, a família acaba se mobilizando, visando principalmente o bem-estar da criança:

“Acho que eles ficaram mais empolgados, acho que eles pegaram mais responsabilidade entendeu, porque quando é jovem ainda não tem filho né, já é mais desmiolado, aquela briguinha daqui, briguinha de ciúme, é não, agora eu acho que eles dois tem que ter responsabilidade agora, agora eles tão tendo né.”,
“(...) eles brigavam antes de terem filho, depois que tiveram filho parece que agora não brigam mais.” (Alicia).

Cabral (2003) ao desenvolver um estudo que enfocava as repercussões da paternidade ocorrida na juventude para a trajetória de rapazes de camadas populares aponta o “ter responsabilidade” como consequência direta da paternidade, implicando na incorporação de novos papéis caracterizados pelos atributos da “seriedade” e da “maturidade”. O ato de assumir a paternidade ajudaria o jovem na consolidação da imagem de homem, “responsável”, “maduro”, “adulto”.

Assim, dentre os diversos significados que a gravidez e a maternidade ganham, destaca-se a possibilidade de crescimento, amadurecimento e melhoria de vida. Nesse sentido, as jovens enxergam esses eventos como algo positivo, o qual confere um novo significado para suas vidas, e não somente como um problema de saúde, como é tradicionalmente defendido pela área biomédica (Dias, Patias, Fiorin, & Dellatore, 2011).

Nota-se também, que redes de apoio vão sendo estabelecidas auxiliando os jovens pais a assumirem os novos papéis propostos. Diante da nova realidade, mudanças podem ocorrer nas relações e práticas entre os familiares, que agora passam a se preocupar com o bem-estar físico do jovem e se mobilizam através do cuidado e da disponibilidade de suporte durante a gravidez, além de elaborar planos para o momento após a chegada da criança (Silva & Tonete, 2006) *“Apoio ela tem toda hora, (...) não importo, não tem empecilho, não olho pra festejar, mas pra estudar e trabalhar eu ajudo a olhar sim, toda hora.”* (Piedade).

Mesmo Helena que apesar de ser muito forte em suas falas uma ausência de apoio por parte dos familiares, essa pode contar com algumas atitudes de auxílio, seja permanecendo nas casas dos cunhados no período de pós-parto, seja quando seu pai lhe buscou e a levou de volta para morar com sua família de origem após o nascimento do primeiro filho.

Alicia aponta a avó de Maria como uma das principais fontes de apoio estabelecidas durante as gestações da jovem e na criação das crianças, em especial por se tratar de uma mulher que criou doze filhos, e aos noventa e três anos ainda consegue auxiliar filhos, netos e bisnetos. Dias & Aquino (2006) ressaltando os apoios familiares estabelecidos para o cuidado da criança, expressam o reconhecimento pelos jovens da participação de seus avós como outro aspecto significativo, principalmente entre aqueles que não formaram união estável, caracterizados como práticas familiares de suporte financeiro, auxílio e solidariedade.

Não dissociado dessa linha de pensamento de posturas e comprometimentos como implicações da conquista de papéis maternos/paternos, a participação ativa do jovem pai também se apresenta como algo muito valorizado devido a suas implicações positivas para o processo.

As reações diante da notícia da paternidade, relatadas pelo jovem pai ou pelos familiares, se mostraram muito positivas. Bordignon, Cruz, Harter, Meincke, Carraro, & Collet (2013) ao questionarem jovens mães sobre a reação dos pais de seus filhos ao receberem a notícia da paternidade, 79,4% delas responderam bom ou muito bom. Defende-se, mais uma vez, que provavelmente a reação positiva por parte do pai seja proveniente da idéia da possibilidade de construção desse processo como parte do ciclo de vida, oportunidade de amadurecimento e o desenvolvimento de uma nova rede de afeto. Essa recepção positiva da notícia, muitas vezes, está vinculada à idéia da valorização de sua masculinidade e o papel de reprodutor do homem.

Tratando-se da questão reprodução, historicamente e socialmente as responsabilidades atribuídas para a vida da nova mãe e do novo pai são diferentes. A inserção na vida familiar para homens e mulheres ocorre segundo referenciais de gênero, apreendidos ao longo da vida e que ditam funções socialmente legitimadas (Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena, & Costa, 2009).

A postura que se espera do pai não está muito ligada aos cuidados com o filho, e sim mais com o papel do homem, provedor do sustento da casa e dessa criança que chegará, tendo então impactos diferentes no dia-a-dia para a mulher e para o homem. Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena, & Costa (2009) identificaram em seu estudo o termo "responsabilidade" como o eixo temático apontando a paternidade não tanto como espaço de envolvimento afetivo com o filho, mas mais como aquisição de um novo encargo social. Encargo esse associado à preocupação com o bem-estar dos filhos, no intuito de garantir a subsistência e proteção.

O fato de Daniel estar presente em momentos como no planejamento do primeiro filho, em se apresentar para os cuidados direcionados às crianças (higiene, alimentação, educação, etc.), no sustento da casa, em desenvolver uma boa convivência com a esposa tendo como base o

diálogo são aspectos que surgiram nas falas da família em questão. Da mesma forma, o ex-companheiro de Maria também foi apontado como um pai que desde o momento da descoberta da primeira gestação esteve presente, auxiliando tanto com o apoio psicológico (carinho, companheirismo, preocupação com o bem-estar), criação e educação, até questões financeiras “(...) *ficava passando a mão na minha barriga, ligava toda hora*” (Maria).

Já em relação ao marido de Helena, sua participação parece acontecer de uma maneira mais atrelada a questões tradicionais de gênero, estando Renê mais no papel de provedor e não tão ativo quanto aos cuidados com as crianças, mas que ainda assim havia tentativas de se estimular uma postura diferente:

“(...) porque homem acha que ter só filho, não é você ter só filho, tem que ter uma responsabilidade grande, porque você tem que tomar muito cuidado, (...) tem que conversar mais, ele sempre foi desatento com essas coisas, (...) eu Renê você tem que ficar mais atento com as coisas, a vida não é assim, não é tão parado.”
(Helena).

Assim, apesar das diferentes formas de participação e apoio, características de companheirismo e auxílio foram consideradas essenciais para tornar os processos de gestação experiências mais tranquilas de serem vividas, com a criação, desta forma, de uma rede de apoio entre os jovens e entre eles e os familiares, mesmo quando ocorre em contextos não matrimoniais, como no caso de Maria e seu ex-companheiro. Paulina sugere que devido Daniel estar em casa por conta de um afastamento do trabalho na época do nascimento de Lizete, a rotina não teria sofrido muitas modificações com a chegada de uma segunda criança “(...) *ah da Lizete foi até engraçado, o pai dela tava afastado pelo INSS, aí ficávamos eu, ele e cuidávamos dela.*” (Paulina).

Daniel também acredita que a forma como o seu relacionamento com a Paulina é construído, evidenciando-se o apoio e a participação mútua, é bastante significativo para o

desenvolvimento das crianças “(...) *pra eles crescerem mais de boa né ficar vendo que dá certo junto*”. Essa parte realça a relevância que família tem como ambiente de segurança e suporte.

As mães de Paulina e Maria, por sua vez, acabam fazendo uma comparação entre suas vidas pessoais quando jovens, as quais também tinham duas crianças sob suas responsabilidades, porém vivenciaram essas experiências sem poderem contar com a ajuda e presença dos pais de seus filhos. Ao refletirem acerca da “gravidez na adolescência” e sua repetição, apontam essa postura dos jovens pais como um fator positivo e facilitador no processo de criação dos filhos: “(...) *além de ter dois, eu trabalhava fora né, eu tinha que trabalhar dobrado porque o pai deles foi um pouco ausente, então, e ela ao contrário de mim o pai presente, bem presente né, então não achei dificuldade não.*” (Piedade). Segundo Alicia “(...) *a criança tem que ter muita atenção dos pais, que é difícil a gente criar filho sem pai, eu já passei eu passei por isso com meus meninos eu sei, então tem que ter o diálogo dos dois.*”.

Bordignon, Cruz, Harter, Meincke, Carraro, & Collet (2013) ao avaliarem também a participação do jovem pai durante o processo gravídico-puerperal apontaram que 83,6% das jovens entrevistadas consideraram como bom ou muito bom, além das reações positivas do pai da criança e familiares, ao receberem a notícia. Esse conjunto demonstra o cenário de participação ativa no processo, com o estabelecimento de rede de relações favoráveis ao desenvolvimento afetivo familiar e da criança e que, por sua vez, é muito valorizado quando se significa família como ambiente de proteção e apoio.

A participação do pai se dá por meio de atitudes e sentimentos afetivos para com a companheira e o filho, compondo uma ponte de segurança entre o casal e consolidando a colaboração familiar, deixando de ser apenas um coadjuvante ou uma variável secundária no processo gravídico-puerperal (Bordignon, Cruz, Harter, Meincke, Carraro, & Collet, 2013). Mostra-se essencial possibilitar, convidar, estimular, aproximar, a fim de tornar o jovem pai co-participante desse processo familiar (Meincke, & Carraro, 2009).

De um modo geral, quanto à participação dos jovens nas tarefas domésticas, o que se evidencia é uma lógica de gênero, na qual as mulheres assumem maior inserção nessas atividades comparada aos homens, cuja participação é mais associada em contextos de “ajuda” e “não ter obrigação”, ou seja, o cuidado da prole continua socialmente sendo uma questão feminina. É alta a proporção de mães que tomam conta do filho, contudo, começa a ser expressiva a participação do pai nos cuidados também. Logo, a “nova paternidade”, se anuncia como uma postura mais participativa dos pais e possibilita uma divisão sexual de trabalho mais igualitária em termos de responsabilidade com as crianças (Dias & Aquino, 2006).

Desta forma, mudanças de pensamentos e idéias vão sendo vislumbradas. Homens começam a se preocupar, acompanhando o crescimento e desenvolvimento dos filhos de forma mais presente, realizando cuidados socialmente considerados femininos. Vão ganhando espaço as relações permeadas por afeto e negociações, possibilitando o compartilhamento dos cuidados por pais e mães e que vínculos afetivos se estreitem, de forma a colaborar para a ruptura de estereótipos de uma masculinidade insensível e intocável (Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena, & Costa, 2009).

E assim, compreendemos a possibilidade da adoção de posturas e condutas frente à “gravidez na adolescência” além do julgamento do jovem como despreparado e imaturo. Mais uma vez, as implicações do processo estão ligadas à forma como significamos o mesmo, e consequentemente, quais os papéis que iremos assumir.

6.3 Repetição da gravidez e planejamento familiar

Este traz como destaque a temática central que motivou e inspirou reflexões para o presente estudo: a repetição da gravidez quando jovem. Além das divergentes significações sobre as gestações seguintes, inclusive sua naturalização, discute-se também a questão do

“planejamento familiar”, seja pelo uso de métodos contraceptivos, seja pela possibilidade de aborto.

De início, iremos refletir a respeito das significações produzidas pelas jovens e seus familiares relativas à maternidade/paternidade quando essa se repete. De um lado temos Paulina, em que podemos apontar dois momentos distintos, ligados ao planejamento da primeira gravidez e à surpresa da segunda. E de outro, Maria e Helena que, de maneira geral, contam suas gravidezes através de uma perspectiva do inesperado, do “não-programado”.

Para a família de Paulina nota-se, então, que os sentidos produzidos foram totalmente diferentes nesses dois momentos. Ao contrário da expectativa pela confirmação da primeira gravidez, palavras como “estressante” e “assustador” foram utilizadas para traduzir as sensações vividas no momento da descoberta da segunda gravidez, provavelmente associadas ao fato de ter ocorrido de uma maneira inesperada diferentemente da primeira gestação: “(...) *ela veio sem nós querermos*” (Daniel), “(...) *que o Carlos foi programado, já a Lizete não, a Lizete veio de enxerida né Lizete ((riso)).*” (Piedade).

Helena e Maria corroboram com essa forma de significação de suas experiências de maternidade como um imprevisto, um “susto” (referente tanto à primeira gravidez, quanto as seguintes), dando destaque para o fato de ambas, ao contrário de Paulina, não estarem utilizando nenhum tipo de método contraceptivo antes da primeira gravidez.

Entretanto, apesar de num primeiro momento significarem as gestações seguintes a partir de uma perspectiva do inesperado, o que se evidencia nas falas dos participantes é a naturalização da chegada da segunda criança, ilustrada pela expressão social “quem cria um, cria dois” e pela idealização de um casal de filhos: “*Aí ela já achou bom que foi já um casalzinho sabe, agora ficou um homenzinho e uma mulher*” (Alicia), “(...) *que já queria um casal.*” (Piedade). Helena até significa suas gestações seguintes como eventos mais brandos “(...) *quando nasceu a Maria Joaquina já foi mais tranqüilo, (...) a menina foi muito mimada*”, de modo que

quando questionada sobre sua segunda e terceira gravidez, ainda que eventos surpresa, não se refere mais aos mesmos segundo essa ótica do inesperado, do “não-planejado”.

Como já mencionado, o fato da experiência da maternidade por jovens compreender-se como algo naturalizado ou mesmo desejado associa-se a valores e projetos de vida que são diferenciados em estratos socioculturais distintos (Patias, Gabriel, Weber, & Dias, 2011). Discutimos, então, a naturalização da forma como as maternidades foram se sucedendo nas vidas das jovens mães, sendo que a criação de um ou mais filhos não parece romper ordem alguma, pelo contrário, surge como um grupo familiar típico pai-mãe-filhos (Rosa, 2007).

Por conseguinte, deve-se enxergar a importância da relativização da “gravidez na adolescência” e sua repetição, tendo em vista o meio sócio-econômico e cultural ao qual o jovem pertence, lembrando que em camadas populares a repetição de gestações em um curto período de tempo pode aparecer como algo “comum”, sem que isso, aparentemente, acarrete prejuízos à jovem e ao seu meio social (Rosa, Reis & Tanaka, 2007).

Existem múltiplas vivências da parentalidade na juventude, dependentes do contexto social que, por sua vez, definem desejos, possibilidades e significações dos eventos do cotidiano nas distintas classes sociais (Carvalho, Jesus, & Merighi, 2008). Quando nos aprofundamos no campo dessas investigações, questiona-se como e por que a gravidez pode surgir como algo natural, valorizado e reconhecido como projeto de vida, principalmente para jovens de camadas populares, porém não se questiona o jovem que programa para a sua vida ir para a universidade. Quando se toma como referência projetos e eventos “comuns” de determinado tempo e espaço como algo que pode ser generalizado para a sociedade, desqualificam-se outras possibilidades levantadas por aqueles que não dão a esse “comum” o mesmo sentido dado por aqueles que o dizem assim.

Ao mesmo tempo, apesar da gravidez muitas vezes ser defendida como oportunidade de amadurecimento e da conquista de novos papéis em comunidade, devemos questionar (como já

mencionado anteriormente) por que outros contextos não são apontados também como condições para essas conquistas. Seria, então, a maternidade/paternidade uma das poucas oportunidades, se não a única, diante de determinada condição social, destacando a necessidade de políticas públicas que auxiliassem para que outros contextos começassem a ser vislumbrados e possíveis de se conquistar ou seria esse simplesmente o projeto de maior sentido que surge como primeira “escolha”?

Entendendo-se essa significação múltipla que a experiência da gravidez quando jovem pode ganhar de acordo com aspectos culturais e sociais, amplia-se a compreensão do que seria o “planejamento familiar”, e de como esse poderia estar presente na realidade dos jovens entrevistados. A reflexão acerca da adesão aos métodos contraceptivos e a prática abortiva demonstra uma conscientização, a possibilidade de decisão, que levam à construção dos sentidos de como viver a sexualidade.

A respeito do uso de métodos contraceptivos antes da primeira gravidez, temos: Paulina que relata ter feito o uso e o interrompido visando à maternidade; Helena que não os usava justificado pela dificuldade de acesso por morar na zona rural “(...) *não tinha como vir na cidade comprar remédio, a dificuldade era imensa*”; e Maria, por entender que havia algum problema físico que impossibilitava a ocorrência da gestação “(...) *até então eu não tomava remédio, aí eu achava que eu tinha dificuldade pra engravidar*”.

Ainda é bastante corrente o conceito de que a experiência de uma gravidez quando jovem é resultante da falta de informação sobre métodos contraceptivos, tanto na literatura quanto no senso comum (Cabral, 2003). Como parte do imaginário social, acredita-se, então, que o simples acesso à informação sobre métodos contraceptivos seria suficiente para garantir práticas de anticoncepção consistentes (Hoga, Borges, & Reberte, 2010). A partir dessa perspectiva, bastaria haver uma difusão de informação adequada sobre o uso correto dos métodos bem como a garantia de acesso aos mesmos para solucionar tal problema (Cabral, 2003).

Contudo, estudos que buscavam identificar perfis de jovens que vivenciaram a repetição da gravidez produziram levantamentos referentes à anticoncepção, principalmente no período entre a última e penúltima gestação. Santos, Silva, Petenão, Soster, Berard, & Silva (2009) apontaram que todas as entrevistadas em seu estudo relataram ter conhecimento sobre anticoncepcional oral e preservativo masculino, bem como Brandão & Heilborn (2006) que afirmam que os jovens investigados atestaram sem exceção o conhecimento acerca dos métodos contraceptivos.

Acredita-se que não cabe apenas dizer que a informação ou o acesso aos métodos contraceptivos não chegam aos jovens, ou continuar etiquetando-os como despreparados e inconsequentes quando se trata de sua vida sexual, não tomando as atitudes e cuidados necessários para não viver uma gestação “não-planejada” ou “indesejada”. A adesão abrange uma diversidade de aspectos, desde questões de gênero, a significação social da sexualidade, a relevância do método a partir do contexto da vida afetivo sexual feminino, o “desejo de ter filhos”, que consequentemente, produzem tanto a adesão ao uso, como o uso inadequado (Bajos, Ferrand, & Hassoun, 2002 apud Brandão & Heilborn, 2006). Reconhecemos o acesso ao contraceptivo como parte importante pensando-se o planejamento familiar, porém não é a única a se considerar (Rosa, 2007).

Já no período entre a primeira e a segunda gestação, e entre essa e a terceira, as três jovens participantes declararam fazer uso de algum tipo de contraceptivo: “(...) *eu tomava remédio, os primeiros quatro meses eu tava tomando micronor, aí depois eu passei pro microvlar, mas aí não adiantou muito não ((risos)).*” (Paulina); “(...) *eu usei, até porque cada um é três anos de diferença né*” (Helena); “(...) *agora da Tita eu engravidei numa troca de injeção.*” (Maria).

Rosa (2007) objetivando a caracterização e análise dos contextos reprodutivos, individuais e socioeconômicos de jovens que vivenciaram a repetição da gravidez, mostrou que

mais de 80% dessas declararam fazer uso de algum método contraceptivo entre as gestações, igualmente encontrado por Persona, Shimo, & Tarallo (2004), onde apenas 11,11% das jovens disseram não utilizar nenhum tipo de contraceptivo nessas etapas.

A presença desses métodos contraceptivos indica não somente que as jovens possuíam o conhecimento acerca desses, mas também a conscientização e decisão pelo seu uso. Nos casos de Helena e Maria, a surpresa em relação à primeira gestação é por razões totalmente diferentes das demais gravidezes, justamente porque da primeira vez ambas não faziam uso de nenhum tipo de contraceptivo, ao contrário das gestações seguintes. Ou seja, quando a gravidez se repete, essa ocorre em um contexto de planejamento, com a presença de atitudes que visavam à anticoncepção, daí a surpresa por algo que se evitava, mas que mesmo assim aconteceu. Nessas circunstâncias, vislumbra-se, a partir do ponto de vista dos jovens, um outro olhar para a questão do planejamento das gravidezes, sendo que não se pode afirmar, portanto, que não há planejamento, uma vez que, o discurso da não adesão ao mesmo e aos contraceptivos é exterior às jovens (Rosa, 2007).

Além da discussão sobre o uso de métodos contraceptivos, outro assunto que parece relevante é a possibilidade de aborto. Helena e Maria afirmaram ter refletido acerca da questão, porém em momentos distintos. Para Helena, a reflexão sobre o aborto surge em sua primeira gravidez, quando chegou a por em prática a idéia por meio da ingestão de medicamentos “(...) *porque eh, o primeiro é sempre o impacto né (...) eu falei assim não quero filho não muito nova, teve uma rejeição muito grande sabe contra o primeiro filho (...). Tomei sim, mas não deu sabe, não abortei*”.

Por sua vez, Maria questionou a possibilidade em relação à segunda gravidez:

“Ai da Tita foi ai meu Deus eu não queria não, não queria mesmo, só que aí como que é depois que você..., como que você fala não, como que eu tiro essa criança

né, então minha coragem não dava pra essa, falei agora quem cuida de um tem que cuidar de dois”.

A possibilidade de provocar um aborto mostrou-se como uma opção diante da notícia da gravidez. Tal como o uso de métodos contraceptivos aparece como forma de planejamento familiar, o aborto traduz uma reflexão acerca da constituição dos papéis de mãe e pai permeada por valores socioculturais que tornariam tal prática aspecto digno de se considerar. A maternidade deixa de ser uma consequência “natural” da vida heterossexual ativa para ser uma escolha da mulher ou do casal (Moreira & Nardi, 2009).

Bajos, Ferrand, & Hassoun (2002) apud Brandão & Heilborn (2006) discutem os aspectos que arquitetam a chamada “norma contraceptiva” vigente nas sociedades ocidentais modernas. O surgimento da contracepção médica (pílula, DIU), a possibilidade de aborto, a medicalização da sexualidade e da reprodução propagaram um conjunto de prescrições às mulheres que sugerem determinado comportamento reprodutivo. Todavia, o cumprimento dessas normas pelas mulheres enfrenta também os constrangimentos provenientes da permanência da hierarquia de gênero. Desta forma, se o exercício da sexualidade e a decisão reprodutiva podem ser compartilhados por homens e mulheres, o controle da contracepção continua a ser incumbência feminina ainda bastante submetida às negociações com o parceiro. Uma gravidez não prevista revela as dificuldades que as mulheres enfrentam para acatar totalmente os constrangimentos impostos pela norma contraceptiva.

As percepções de como teriam então engravidado já que usavam método de contracepção variam. Helena, apesar de se questionar o porquê da gestação se fazia uso da pílula anticoncepcional, reconhece que de alguma maneira a responsabilidade era sua:

Só que pra mim eu acho que usar remédio, medicamento, isso pra mim foi uma dificuldade, então lembrar no momento era tanta correria, lembrar então (...) aí eu fiquei três anos sem ter, quando eu engravidei da outra foi um susto também

porque eu penso assim gente eu tomo remédio não é fácil assim, vou engravidar tão rápido tomando medicamento então, às vezes, foi falta minha também de prestar atenção mais né.

Ao aprofundarmos nas negociações referentes à sexualidade, percebemos, então, que a questão da responsabilidade ou controle quanto aos métodos contraceptivos ainda é algo muito da mulher, sem a colaboração do parceiro ou participação mútua do casal como o podemos perceber pelas falas de Helena (“foi falta minha”) e na fala de Daniel, que afirma acreditar que Paulina fazia o uso correto da medicação, porém, ao ser questionado do por que dela ter engravidado, Daniel responde: “*Não, eu acho que tomava porque eu não tava aqui*”. Ainda que não contemos com as entrevistas do companheiro de Helena e do ex de Maria, nota-se que os mesmos não são mencionados quando questionadas sobre contracepção, colaborando com a noção de “individualidade” da mulher frente a determinados aspectos de sua sexualidade.

A discussão sobre a temática da sexualidade permitiu outra constatação. As duas avós asseguram que sempre conversaram com seus filhos sobre o assunto “*(...) falava que, as coisas, explicava tudo e mostrava o mundo ta aí né.*” (Piedade). Contudo, Paulina disse que não conversava com nenhum familiar, ao não ser o próprio companheiro, e Maria afirma que apesar da mãe sempre dizer “cuidado com barriga”, não havia diálogo propriamente dito sobre sexualidade. Constata-se que há uma grande distância entre o que a família entende como processo de negociação e diálogo referente à temática e como os jovens contam essa relação. A significação da família no contexto da sexualidade juvenil mantém-se muito associada a de fonte de apoio, estando sua participação nas negociações e decisões em um plano secundário, reflexos de uma cultura na qual a discussão sobre sexualidade ainda representa um tabu, principalmente entre pais e filhos.

Quanto à esterilização cirúrgica, Paulina e Daniel expressam a existência de uma negociação para a realização do procedimento, no caso, a cirurgia de vasectomia “*Por causa dos*

meninos, por ser mais rápido e eu poder mudar a rotina que nós tínhamos ou ela fazer e ficar quarenta dias lá sem poder fazer nada”. Já Helena foi quem realizou a cirurgia de laqueadura “(...) a “Nome da enfermeira” me ajudou muito sabe, nossa foi muito bom, corri atrás sozinha que o marido não ajudava correr atrás de papel”.

Reconhecemos mais uma vez a presença do planejamento familiar ao se tratar do campo da decisão por não ter mais filhos e a realização da esterilização cirúrgica. Paulina e Daniel decidiram por dois filhos, Helena por três. Uma das características que configuram a normalização da maternidade relaciona-se à regulação do número de filhos, sendo que a partir de uma perspectiva histórica, podemos delinear uma descontinuidade quanto ao enunciado que estabelece esse número ideal. Assim, os significados antes referentes a uma família que tinha um número grande de filhos se transformam juntamente com o que se entende como uma família com muitos filhos (Moreira & Nardi, 2009).

Deparamo-nos, então, com diversas situações que nos contam como as negociações no âmbito da sexualidade se dão, ora de forma atreladas às normas de gênero vigente, ora numa tentativa de redesenhar essas realidades, com as negociações ocorrendo de forma mais dinâmica e democrática, principalmente para o casal. Porém, questões como a adesão a métodos contraceptivos (seja medicação, seja cirurgia de esterilização) e a possibilidade de aborto parecem permanecer ainda no âmbito do feminino, como se o controle e cuidados fossem responsabilidades somente da mulher, ou, quando há uma participação do companheiro e familiares, essa ainda não ocorre de maneira plena.

No debate sobre a repetição da gravidez na juventude, cabe destacar que quanto ao estado civil das jovens participantes, todas, de certa maneira, se encontravam em um tipo de relacionamento estável com os pais de seus filhos. Paulina se relacionava com seu esposo há três anos antes de decidirem pela primeira gravidez. Helena e seu companheiro estão juntos desde a descoberta da primeira gestação, quando tinham aproximadamente um ano de namoro. E Maria,

apesar de na época da entrevista não estar morando com o pai das crianças, relatou que vive uma união de idas e vindas com o mesmo, sem se relacionar com outro homem, por volta de sete anos já.

Santos, Silva, Petenão, Soster, Berard, & Silva (2009) constataram que 87,49% das jovens gestantes com histórico de gravidez anterior formavam uma entidade familiar com seu companheiro (mantinha união estável ou eram casadas). Rosa (2007) também compartilha desse apontamento, com valores próximos aos 100% das entrevistadas em contextos de relacionamentos estáveis na segunda e terceira gestações, revelando que apesar de haver algumas separações, há uma caracterização de estabilidade, e as poucas parcerias que não eram assim antes, passaram a ser a partir das gravidezes.

Percebe-se, então, que os achados vão contra a noção e indicação de que a experiência da gravidez por jovens geralmente acontece em contextos de relacionamentos instáveis, de descompromisso, de rotatividade grande de parceiros e, conseqüentemente, pais das crianças. O que acontece, mais uma vez, são exemplos da gravidez como possibilidade de constituição familiar e não como algo fora de hora, um inconveniente. É a conquista de papéis, socialmente reconhecidos e valorizados principalmente nas classes populares, que ganham sentido a partir do meio cultural em que se insere.

Borges, Cavallieri, Hoga, Fujimori, & Barbosa (2011) com o intuito de estimar a prevalência de gravidez planejada entre mulheres de diferentes idades, encontraram a parceria estável, não estar na primeira gestação e já ter vivenciado um abortamento como os principais aspectos associados ao planejamento da gravidez. Vale, então, chamar a atenção para esse discurso da “gravidez não-planejada”, principalmente na sua associação a uma ausência de consciência característica da juventude. É interessante notar que o caráter de não planejada, não desejada é muito associado a uma gravidez entre jovens, sem se referenciar que tal tipo de gravidez também pode acontecer com mulheres adultas (Castro & Abramovay, 2004).

Apesar de muito se discutir sobre a repetição da gravidez quando jovem, pouquíssimo se questiona acerca da repetição da gravidez entre “mães adultas”. Não há questionamentos quando essas mulheres engravidam (planejado ou não), muito menos se discute como as repercussões da chegada de uma criança irão afetar o “desenvolvimento saudável” dessas em sociedade.

Assim, o planejamento da gravidez apresenta-se como conceito complexo que considera não apenas fatores pertinentes ao desejo e à intenção, mas também contextos e circunstâncias, além do comportamento contraceptivo em si (Borges, Cavallieri, Hoga, Fujimori, & Barbosa, 2011). É por todas essas ponderações que enfatizamos a importância de novas reflexões acerca da repetição da “gravidez na adolescência” e a relativização do que se tem chamado de “planejamento familiar”, defendendo-se que para sua compreensão é necessário um olhar diferenciado que permita a contextualização de determinados exercícios no campo da sexualidade, para que não sejam mais apontados como irresponsabilidade, descuido, inconsequência, e sim afirmações de um projeto de vida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho, o que não significa estarem esgotados os saberes produzidos durante a caminhada. Afirmo isso principalmente pelo que foi dito no capítulo de apresentação, no qual conto como minha visão acerca da temática e minhas aspirações foram sendo (re)formuladas à medida que me envolvia com esse mundo de investigação e descobertas. Desta forma, concluir um trabalho desenvolvido por tanto tempo e que possibilitou tantos questionamentos e reflexões aparece como uma tarefa árdua. Ainda assim, busco revisar alguns dos principais pontos levantados ao longo da pesquisa. Diante disso, essa seção foi organizada da seguinte maneira: 1) Produção de sentidos, relações familiares e a repetição da “gravidez na adolescência”; 2) Resgatando o caminho percorrido: pesquisa e pesquisadora; 3) Implicações do estudo para as práticas profissionais.

7.1 Produção de sentidos, relações familiares e a repetição da “gravidez na adolescência”

Cabe retomar as bases teórico-metodológicas que influenciaram o presente estudo, destacando a relevância do contexto histórico e social na construção de descrições do mundo, os relacionamentos humanos como campo de produção e sustentação do conhecimento e a interconexão deste último com a ação (diferentes formas de gerar conhecimento implicam em diferentes formas de agir socialmente), e por fim a valorização de uma postura crítica e reflexiva, pois é esse o solo que proporcionou suporte e possibilitou as análises desenvolvidas.

Com isso, ao propormos buscar entender como se dão os sentidos acerca da repetição da “gravidez na adolescência” pensando-se as relações familiares nesse contexto nos colocamos diante da possibilidade de novos horizontes e perspectivas que pudessem ser considerados, além

de um discurso único de “gravidez na adolescência” como “problema social”. A intenção não é fazer apologia ou negar a experiência da “gravidez na adolescência”. Não pretendemos utilizar de cogitações dualistas, e não se trata também de simplesmente adotar um novo discurso sem problematizar a construção da gravidez como problema. Este é um dos convites propostos pelo trabalho.

Quando se fala sobre as camadas populares da sociedade, a gravidez vivenciada por jovens e sua repetição pode ser significada como oportunidade de conquista de papéis sociais, de constituição familiar, de projetos de vida, da realização de eventos e etapas considerados como parte do ciclo de vida, entre outras tantas significações. Por conseguinte, defende-se aqui a desconstrução da vitimização e do caráter de irresponsabilidade tão comumente associados ao evento da “gravidez na adolescência”, justificados pelo reconhecimento do jovem como alguém imaturo e despreparado para vivenciar uma gravidez, e desta forma sua ocorrência se daria em contextos de inconseqüência e de ausência de consciência quanto a sua sexualidade.

Percebe-se a repetição da gravidez como uma experiência naturalizada, surgindo como grupo familiar característico (pai-mãe-filhos) e sua associação à oportunidade de amadurecimento. Assim, parece que para algumas jovens a possibilidade de concretizar o papel de mãe (papel este reconhecido e valorizado por uma cultura que acredita como principais funções da mulher em sociedade a reprodução, criação e educação dos filhos) surge primeiro do que outros papéis (qualificação educacional e profissional, conquista de novos espaços).

Normas de gênero colaboram para que a maternidade seja contada (em especial, pelas camadas populares) como caminho para a ascensão a uma nova posição social, que acaba por definir o espaço privado como da mulher, cabendo ao homem a conquista do espaço público para então cumprir o papel de provedor da casa e sustento familiar. Deste modo, tais normas que ditam os papéis que homens e mulheres irão ocupar socialmente parecem possuir um lugar central na produção das diferentes formas de significação da “gravidez na adolescência”, seja

naturalizando-a, seja reconhecendo-a como problema (ficando o fardo sob responsabilidade da mulher).

A família, por sua vez, se apresenta nesse contexto como campo para estabelecimento de relações, no qual valores são repassados, gerações compartilham histórias de vida, e conquista-se a significação de fonte de apoio e auxílio, participando de forma íntima no processo da gravidez e sua repetição quando jovem.

Contudo, quando se questiona a naturalização da gravidez, a questão que emerge é porque outros contextos não são apontados como oportunidade de amadurecimento, além da maternidade/paternidade. Questiona-se o papel assumido enquanto mulher/mãe e a forma de se viver esse. Por conseguinte, devemos entender como não é o fator biológico da reprodução que determina a posição social da mulher, e sim as relações de poder que atribuem um significado social à maternidade, passando essa então a ser compreendida como uma construção social, que designa o lugar das mulheres na família e na sociedade (Scavone, 2001).

E assim, após análise e reflexão das significações que jovens e familiares produzem acerca de suas realidades frente às gestações vividas, surge aqui a questão que motivou e norteou muitas outras pesquisas como essa: a “gravidez na adolescência” e sua repetição podem ser apontadas como um problema a priori? Para o atual estudo, acredita-se que não. Não se deve compreender a repetição da gravidez quando jovem como problema a priori por reconhecer a possibilidade de significação do evento oposta a essa idéia de infortúnio, ou seja, como oportunidade de mudança, como projeto, dentre vários outros. Não se nega as dificuldades ou transformações pela chegada de uma criança, mas os motivos que levaram a esse evento e como se vivencia tal momento vai além de condições limitantes, biológicas ou psicológicas. Assumir essa postura significa identificar as condições sócio-históricas que levaram a “gravidez na adolescência” a ser reconhecida como um problema, os atores que se mobilizam em torno dele e sua significação na atualidade (Heilborn et al., 2002).

Mais uma vez, cabe a relativização da questão, pois para os diferentes contextos há diferentes significações, e aí cabe se perguntar de que lugar que estamos falando, quais as condições culturais, econômicas e relações de poder de gênero que “governam” nossa realidade e que levam a produção dos sentidos acerca da “gravidez na adolescência” e sua repetição. A presente análise representa uma oportunidade de se olhar para a questão a partir de uma ótica que valorize a voz e os sentidos produzidos por aqueles que se apresentam ativos nesses processos, como os jovens e seus familiares. A partir desse, pretende-se estimular a reflexão acerca do lugar que os jovens ocupam nessas realidades, com a construção de um discurso sobre a temática que ultrapasse o conceito simplista e generalista de problema social.

Tentou-se, então, responder as perguntas que motivaram a pesquisa e as novas questões que surgiram no caminhar, dentre essas: como a repetição da “gravidez na adolescência” tem sido socialmente apresentada? Qual a importância das relações familiares para a produção de determinadas significações? E dentre os questionamentos que emergiram, um se mostrou muito intrigante e de papel central para a pesquisa: qual a real necessidade e justificativa para se estudar a repetição da “gravidez na adolescência”?

E se essa foi a base para justificativa do trabalho, pelos números de jovens que viviam uma segunda ou terceira gestação, por se tratar de um assunto considerado relevante e que demandava estudos na área, pela descrição do evento como algo dramático principalmente pelas repercussões na vida dos jovens, ao se produzir sentidos que não se compatibilizam com tal idéia, questiona-se as razões que inspiraram o estudo e a própria dedicação à temática.

Não que não valorizamos ou não respeitamos os saberes produzidos até hoje acerca da temática, mas levando em consideração os objetivos delineados e as bases teórico-metodológicas que nortearam a pesquisa, e por mais que as diferentes significações possam ser produzidas sob uma ótica mais negativa, justificada pela dificuldades que podem surgir, ainda assim não

podemos nos limitar a idéia de “gravidez na adolescência” como problema, que fundamenta grande parte dos trabalhos da área.

Uma vez que defendemos a necessidade de um novo olhar acerca da temática, continuar produzindo estudos que busquem identificar causas e consequências para a repetição de uma gestação durante a juventude, tendo como alicerce questões biológicas ou apontamentos que desconsiderem os contextos sociais e históricos em que os envolvidos no processo se inserem, perde sua relevância.

É aqui que expresso meu processo de reflexividade, ao rever minha própria experiência como pesquisadora, como profissional de saúde e os diferentes papéis que assumo, bem como minhas ações na pesquisa. Essa possibilidade de auto reposicionamento (s) surge à medida que trago à luz do processo de investigação novos questionamentos, dentre esses a necessidade de se continuar estudando a repetição da “gravidez na adolescência”, mesmo que utilizando de perspectivas diferentes dos trabalhos já apresentados. De maneira alguma, concluímos ter se tratado de uma produção inútil. Ao contrário, é pela importância dos sentidos produzidos que levantamos os questionamentos acerca da necessidade de se permanecer considerando a repetição da “gravidez na adolescência” como assunto que demanda maior compreensão, principalmente por sua típica associação a assunto complexo e dramático.

Ao fim dessa pesquisa, depois de percorrido todo o caminho, não podemos esquecer de nos questionar também quem ganha e quem perde ao afirmarmos a “gravidez na adolescência” e sua repetição como problema? Apesar de não haver uma significação única, acredita-se que o jovem é quem mais perde quando o desqualificamos, quando o consideramos um problema, sem ponderar sobre quais as condições de vida que o levam a ter a gravidez como projeto. É assim que partimos para um novo convite para a reflexão acerca dos caminhos percorridos na construção da pesquisa, das implicações da pesquisa e dos sentidos produzidos para a prática profissional em saúde.

7.2 Resgatando o caminho percorrido: pesquisadora e pesquisa

Muitos foram os obstáculos encontrados ao longo da jornada. Obstáculos esses vistos como aspectos decisivos para a reflexão acerca da minha pessoa como pesquisadora, a todo o momento sendo questionada sobre minhas crenças, minha forma de entender o mundo e o lugar que eu gostaria de chegar. Obstáculos que se mostraram quanto à coleta de dados, o local de pesquisa, os participantes, a condução da entrevistas e a busca por respostas aos questionamentos que surgiam.

Como parte do processo metodológico, necessitava da cooperação da equipe de saúde da UAPSF para levantamento dos possíveis participantes. Esse ponto surgiu como um dos primeiros empecilhos que enfrentei. O fato de depender do interesse e da colaboração dos profissionais limitava minhas possibilidades de encontrar as famílias. Primeiro, que eu não tinha conhecimento do número e dos nomes de jovens residentes no bairro de abrangência da unidade que viveram um segunda ou terceira gestação. Depois, acreditava na necessidade de ser acompanhada por uma agente de saúde, por respeito e numa tentativa de tornar a primeira abordagem mais íntima (pela presença de uma pessoa conhecida e de confiança que auxiliaria na comunicação). Infelizmente, não obtive a colaboração desejada, o que acabou levando a modificação do local para levantamento das possíveis famílias participantes.

Na nova unidade de saúde, tive uma recepção bem mais calorosa e cooperativa com a minha pesquisa, onde pude contar com a ajuda de toda a equipe. Assim, depois de superada essa primeira barreira, agora me deparava com uma nova constatação. Um dos aspectos usados como justificativa da relevância da pesquisa, não se mostrava tão claro assim nas realidades sociais que tive acesso: a quantidade de jovens que viveram a repetição da “gravidez na adolescência”. Encontrou-se um pequeno número de mulheres que se encaixavam nesse perfil, e aí ganha

destaque a reflexão sobre as bases iniciais e inspiradoras do estudo: minha visão e os sentidos que foram sendo produzidos por mim.

Mais uma vez, me encontrei em dificuldades, agora durante o processo de realização das entrevistas, principalmente em relação ao meu papel de pesquisadora e entrevistadora. Ao optarmos por um estudo que tem como metodologia o uso de entrevistas, dependemos da participação de um entrevistado, o que por sua vez, não garante que todas as pessoas selecionadas desejem fazer parte da pesquisa. Foi o nosso caso.

Infelizmente, quanto ao recrutamento do jovem pai, contamos com a participação de apenas um, o que permitiu uma análise a partir de uma visão mais feminina (pela participação das jovens e de duas avós) acerca do processo da maternidade/paternidade juvenil. Assim, como proposto pelo trabalho ouvir aqueles que vivem de maneira íntima o evento em questão, como os familiares, quando alguns optam pela não participação, há um empobrecimento do trabalho, no qual tivemos então que contar e confiar no que foi expresso por aqueles que fizeram parte.

Quanto aos jovens pais participantes, vale chamar a atenção também para o fato de que já faz algum tempo que os entrevistados vivenciaram a repetição da “gravidez na adolescência” (Paulina e Daniel há dois anos, Helena há cinco anos e Maria há três anos) e isto nos leva a refletir sobre a possibilidade de que os sentidos produzidos acerca do evento pudessem ser diferentes caso essas entrevistas tivessem ocorrido em momentos mais próximos da chegada da segunda criança.

Bem como a época das entrevistas pode influenciar nos resultados, cabe lembrar que as respostas são dadas a uma profissional da saúde, pesquisadora, que explica que os dados colhidos serão utilizados em uma pesquisa científica, e que realizou a abordagem aos participantes a partir da Unidade de Saúde, com o acompanhamento de uma pessoa da equipe. Tais especificações fazem-se importantes como pressupostos para entender como os sentidos podem ser produzidos ou expressos de acordo com a contextualização das situações. Desta forma, é meu dever sempre

problematizar, duvidar daquilo que é entendido como verdade instituída, seja os sentidos acerca da repetição da gravidez, sejam as opiniões sobre a Unidade de Saúde e seu papel como instituição de apoio.

Outro ponto refere-se ao fato de que a realização de entrevistas tendo como pressuposto o construcionismo social implica em uma postura de convite ao diálogo e a construção do conhecimento na relação entre entrevistador e entrevistado. Conseguir assumir e por em prática essa idéia não é uma tarefa simples, em especial, por não sabermos a que lugares a conversa nos levará e que sentidos podem ser (re)produzidos. Assim, precisava dar conta de utilizar de uma abordagem que permitisse sempre a abertura para novos diálogos, e obviamente, dependia também de como o entrevistado se colocava naquele momento, de forma que me auxiliava ou não a conseguir cumprir essa tarefa.

E, por fim, reflito sobre como minha formação acadêmica conta como fui me posicionando durante a pesquisa. Como profissional da enfermagem, tinha a ciência biomédica como fonte de informação e norteadora de minha prática. A crítica, a qual em alguns momentos de minha graduação se estimulava, permanecia em um plano muito superficial, na qual reconhecíamos o cuidado como nossa ferramenta de trabalho e assim, a reflexão seria em relação a qual a melhor forma de garantir a qualidade da assistência e de vida de quem nos dedicamos.

Tal formação colaborou para que eu enxergasse a discussão da “gravidez na adolescência” e sua repetição sob a ótica do “problema”, na qual a pouca crítica que eu tinha inspirou o atual estudo buscando entender, então, quais os sentidos produzidos por jovens e familiares. Apesar de se frisar a importância da humanização do cuidado, e, por conseguinte, o entendimento das pessoas como uma integração do biológico, social, histórico, psicológico e todas as outras formas de contextualização, não tinha consciência do quanto abrangente e profunda essa idéia se faz.

O objetivo da pesquisa sempre se manteve fiel. Por meio da ação da escuta, pretendia-se compreender quais os sentidos que se produziam acerca da repetição da “gravidez na adolescência”, pensando-se em especial como as relações familiares se mostravam nesse curso. Porém, foi somente durante o processo, principalmente por incorporar à trajetória de pesquisa a perspectiva construcionista social (apresentada durante a formação acadêmica na Psicologia), que produzi novas formas de entendimento e a possibilidade de um olhar diferenciado para a questão.

Quando expresso ao longo desse trabalho que tudo se trata de um processo de construção, passível de transformações e reformulações refiro-me também a minha própria construção como pesquisadora, bem como o que ora foi reconhecido como um dos pilares inspiradores e guia do estudo, em outros momentos tornam-se os principais questionamentos a serem embatidos.

7.3 Implicações do estudo para as práticas profissionais

Todas essas formas de pensar e perceber a “gravidez na adolescência”, em especial pela ótica de “problema social”, influenciavam na assistência dos profissionais que acompanhei durante minha graduação, e como consequência, essas se mostravam desqualificadoras dos jovens. Isso porque se buscava motivos e culpados para justificar um acontecimento que era visto como errado e, desta forma, quando o atendimento se iniciava com um olhar totalmente condenável a assistência perdia sua qualidade.

Daí o interesse em estudar a repetição da “gravidez na adolescência” a partir da necessidade de uma crítica que vai além desses discursos normativos e culturais que apontam uma incompatibilidade entre a experiência da gravidez e a juventude, que por sua vez teria implicações diretas na maneira como os profissionais abordariam essa população, tomando cuidado para não se negar os direitos reprodutivos e usar de discursos conservadores.

Acredita-se na necessidade da reflexão por parte dos profissionais acerca de sua postura e prática, de forma que ultrapasse os estereótipos de irresponsabilidade e imaturidade, e que se torne mais sensível às noções de especificidades sociais e históricas e a multiplicidade de sentidos dados aos eventos do nosso cotidiano, colaborando para a promoção de saúde reprodutiva entre os jovens. Quando não nos opomos a esses estereótipos, reduzimos nossa capacidade de entendimento e aceitação do outro, nos afastando do respeito à diversidade (Ribeiro, Silva, Souza, Goellner, & Felipe, 2007).

Assim, quanto à prática profissional, faz-se necessário investir em políticas e ações de amplitude macro e microsociais. No campo macrosocial, é necessária a articulação da intersetorialidade e interdisciplinaridade em todos os segmentos, sendo esses de saúde, educação, assistência social, de forma que a abordagem não se apresente fragmentada. O objetivo é assegurar os direitos sobre reprodução e sexualidade como princípio de cidadania, sem distinção de raça, etnia, aspectos sociais, culturais, físicos e orientação sexual. A intenção é contribuir para que os jovens se coloquem como protagonistas de um processo de mudança, permitindo-lhes uma vivência da sexualidade prazerosa e solidária, com o desenvolvimento de uma relação consciente e negociada, respeitando as condições culturais e sociais nas quais são construídos (Lima et al., 2004).

É preciso questionar também a falta de oportunidades que torna a gravidez o projeto idealizado, bem como possíveis dificuldades enfrentadas pela jovem com o estudo e o emprego. Cabe a essas articulações políticas auxiliar para que tais adversidades sejam superadas, e a gravidez não seja usada como justificativa para a não introdução feminina no espaço público. No campo das políticas e ações institucionais, o debate não é sobre escolhas, mas sobre a falta de oportunidades e sua presença limitada a partir de diferentes contextos.

É dever do profissional da saúde questionar sobre a eficiência e eficácia das políticas públicas desenvolvidas para o público jovem, a fim de avaliar se as estratégias de ações

correspondem à realidade sexual e saúde reprodutiva de cada tempo e espaço em que os jovens se encontram. Quando ações de prevenção e conscientização mostram-se ineficazes, há de se considerar a possibilidade de transformação do foco da assistência e dos caminhos escolhidos para auxiliar o jovem na conquista de sua autonomia sexual.

É preciso também que os profissionais tenham conhecimento sobre o público de sua área de abrangência, e assim, diante de diferentes realidades locais, culturais e econômicas, diferentes ações poderão ser programadas e implementadas, atendendo as diferentes necessidades. Além de conhecer seu público, os profissionais precisam assumir uma postura de flexibilidade, de aproximação e confiança, que auxilie na superação de tabus relacionados à discussão da sexualidade juvenil que prejudicam o conhecimento do corpo e da possibilidade do jovem em planejar sua vida sexual, reprodutiva e familiar.

Muito se vê uma assistência empobrecedora e desqualificadora dos jovens, que por sua vez, acabam não procurando os serviços oferecidos, seja por esse tipo de abordagem recebida, seja por medo ou vergonha de julgamentos por profissionais e/ou sociedade, principalmente, diante do fato de declarar possuir uma vida sexual ativa. Daí a necessidade do estímulo e convite aos jovens em se tornarem pessoas ativas, responsáveis por sua saúde e bem-estar, visando à qualidade de vida.

Quanto à experiência da gestação, além de fornecer os subsídios necessários para que o período seja vivenciado da melhor maneira possível, com a realização do pré-natal e acompanhamento integral, devemos questionar de que forma esse convite à participação se dá. Dito isso, qual a assistência prestada além da jovem mãe? Há incentivo da participação do jovem pai e dos familiares no processo da gravidez? E como esses são assistidos durante o curso? Trata-se de substituir a idéia dos jovens como problema pela disponibilidade em estar ao lado deles no enfrentamento das dificuldades, se e quando surgirem.

Espera-se que as discussões aqui levantadas inspirem e alimentem outros estudos que gerem novos questionamentos, permitindo um processo contínuo de dialogia, uma vez que, a intenção é manter as tensões e não produzir novas verdades. Ao discutir a temática e buscar desconstruir essas verdades não se pretende desvalorizar ou invalidar os componentes de estudos anteriores, ou fomentar a “gravidez na adolescência”, mas sim enxergar novas possibilidades, respeitando os direitos sexuais e reprodutivos, além de compreender singularidades existentes ampliando o olhar ao outro (Almeida & Souza, 2011).

8. REFERÊNCIAS

- Abreu, D.M.X. de, Miranda-Ribeiro, P., & César, C.C. (2000). A gente na adolescência acha que sabe tudo mas não sabe nada: gravidez na adolescência, redes familiares e condições de vida das jovens mães e de seus filhos. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populaiconais, 2000, Caxambu. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais. Recuperado em 05 de dezembro, 2013, de: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Posteres/A%20gente%20na%20adolesc%20C3%A4ncia%20acha%20que%20sabe%20tudo%20mas%20n%C2%A6o%20sabe%20na%20da..pdf>
- Almeida, I.S. de, & Souza, I.E. de O. (2011). Gestação na adolescência com enfoque no casal: movimento existencial. *Esc Anna Nery*, 15 (3), 457-464.
- Almeida, A.M., Trindade, R.F.C. da, Gomes, F.A., & Nielsen, L. (2003). Maternidade na adolescência: um desafio a ser enfrentado. *Rev. bras. enferm.*, 56 (5), 519-22.
- Alves, A.J. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 77, 53-61.
- Aquino, E.M.L., et al. (2003). Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2), 377-388.
- Arilha, M. (1999). Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In Giffin, K., & Costa, S.H., orgs. *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Recuperado em 16 de junho, 2013, de: <http://books.scielo.org/id/t4s9t/pdf/giffin-9788575412916-25.pdf>
- Baratieri, T., Cazetta, V., & Marcon, S.S. (2011). Reincidência gestacional na adolescência: percepções da jovem mãe. *Cienc Cuid Saude*, 10 (1), 019-026.
- Barreto, M.M.M., Gomes, A.M.T., Oliveira, D.C. de, Marques, S.C., & Peres, E.M. (2011). Representação social da gravidez na adolescência para adolescentes grávidas. *Rev Rene*, 12 (2), 384-92.
- Belarmino, G.O., Moura, R.F., Oliveira, N.C. de, & Freitas, G.L. de. (2009). Risco nutricional entre gestantes adolescentes. *Acta Paul Enferm*, 22 (2), 169-75.
- Benini, C.S.A. (2011). O fenômeno da gravidez na adolescência em perspectivas diferenciadas e suas implicações nas relações pessoais, familiares e sociais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. Recuperado em 17 de outubro, 2013, de: http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/46/TDE-2012-03-12T150421Z-3619/Publico/texto%20completo.pdf
- Berlofi, L.M., Alkmin, E.L.C., Barbieri, M., Guazzelli, C.A.F. & Araújo, F.F. de. (2006). Prevenção da reincidência de gravidez em adolescentes: efeitos de um Programa de Planejamento Familiar. *Acta Paul Enferm*, 19 (2), 196-200.

Bordignon, S.S., Cruz, V.D., Harter, J., Meincke, S.M.K., Carraro, T.E., & Collet, N. (2013). Participação paterna e reação familiar frente à gravidez na adolescência. *Rev enferm UFPE online*, 7 (6), 4459-65. Recuperado em 13 de maio, 2014, de: <file:///C:/Users/IZA/Downloads/3352-41208-1-PB.pdf>

Borges, A.L.V., Cavallieri, F.B., Hoga, L.A.C., Fujimori, E., & Barbosa, L.R. (2011). Planejamento da gravidez: prevalência e aspectos associados. *Rev Esc Enferm USP*, 45 (Esp. 2), 1679-84.

Braga, L.P., Carvalho, M.F.O.C., Ferreira, C.L., Mata, A.N.S., & Maia, E.M.C. (2010). Riscos psicossociais e repetição da gravidez na adolescência. *Boletim de Psicologia*, LX (133), 205-2015.

Brandão, E.R., & Heilborn, M.L. (2006). Sexualidade e “gravidez na adolescência” entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22 (7), 1421-1430.

Brasil. (2001). *Estatuto da criança e do adolescente*. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. (3ª ed). Brasília: Câmara dos Deputados. Recuperado em 05 de junho, 2013, de: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/182.pdf>

Brasil. (2006). *Saúde Brasil 2006*. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília (DF). Recuperado em 28 de maio, 2013, de: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude_brasil_2006.pdf

Brasil. (2008). *Saúde do adolescente: competências e habilidades*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

Brasil. (2009). *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança*. Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Brasília: Ministério da Saúde.

Bruno, Z.V., Feitosa, F.E.L., Silveira, K.P., Moraes, I.Q., & Bezerra, M.F. (2009). Reincidência de gravidez em adolescentes. *Rev Bras Ginecol Obstet.*, 31 (10), 480-484.

Cabral, C.S. (2003). Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, 19 (Sup. 2), 283-292.

Cardoso, S.M. de M. (2002). Consulta de enfermagem: um processo de comunicação enfermeiro/ cliente na construção da cidadania. *Anais do Simpósio Brasileiro Comunitário de Enfermagem*. Recuperado em 29 de maio, 2013, de: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sibracen/n8v1/v1a031.pdf>

Carraro, T.E., Meincke, S.M.K., Collet, N., Tavares, B.C., & Kempfer, S.S. (2011). Conhecimento acerca da família do pai adolescente observado por meio do genograma. *Texto Contexto Enferm*, 20 (Esp), 172-177.

Carvalho, G.M. de, Jesus, M.C.P. de, & Merighi, M.A.B. (2008). Perdas e ganhos advindos com a parentalidade recorrente durante a adolescência. *O Mundo da Saúde*, 32 (4), 437-442. Recuperado em 15 de junho, 2013, de: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/65/04_Perdas_baixa.pdf

Carvalho, G.M. de, Merighi, M.A.B., & Jesus, M.C.P. de. (2009). Recorrência da parentalidade na adolescência na perspectiva dos sujeitos envolvidos. *Texto Contexto Enferm*, 18 (1), 17-24.

Castro, L.R. de. (2008). Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In Castro, L.R. de, & Besset, V.L. (Orgs.). *Pesquisa - intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.

Castro, M.G., Abramovay, M., & Silva, L.B. (2004). *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO.

Coard, S.I., Nitz, K., & Felice, M. (2000). Repeat pregnancy among urban adolescents: sociodemographic, family and health factors. *Adolescence*, 35 (137), 193-200. Recuperado em 03 de junho, 2013, de: <http://www.thefreelibrary.com/REPEAT+PREGNANCY+AMONG+URBAN+ADOLESCENT%3A+SOCIODEMOGRAPHIC,+FAMILY,...-a062958282>

Coimbra, C.C., Bocco, F., & Nascimento, M.L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57 (1), 2-11.

Corrêa, A.C. de P., & Ferriani, M. das G.C. (2007). Paternidade adolescente: um desafio a ser enfrentado pelos serviços de saúde. *Cienc Cuid Saude*, 6 (2), 157-163.

Dadoorian, D. (2003). Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21 (3), p. 84-91.

Denzin, N.K., & Lincoln, Y.S. (2006). Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N.K., & Lincoln, Y.S. *Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, p. 15-42.

Deprá, A.S. (2011). Gravidez de adolescentes na unidade de saúde da família. *R. Enferm. Cent. O. Min*, 1 (1), 59-69.

Dias, A.B., & Aquino, E.M.L. (2006). Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 22 (7), 1447-1458.

Dias, A.C.G., Patias, N.D., Fiorin, P.C., & Dellatore, M.Z. (2011). O significado da maternidade na adolescência para jovens gestantes. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 3 (6), 153-167.

Dias, A.C.G., & Teixeira, M.A.P. (2010). Gravidez um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia*, 20 (45), 123-131.

Ewerton, M.L.A. (2010). Estrutura familiar e a gravidez na adolescência: um enfoque sistêmico. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências

Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno Infantil, São Luis. Recuperado em 17 de outubro, 2013, de:
http://www.tedebuc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=541

Falcão, D. (1998). Gravidez é maior gasto com jovens. *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano 2.

Ferreira, A.B.H. (1986). Novo dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (2ª ed. rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ferreira, C.L., Braga, L.P., Mata, A.N.S., Lemos, C.A., & Maia, E.M.C. (2012). Repetição de gravidez na adolescência: estudos sobre a prática contraceptiva em adolescentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12 (1), 188-204.

Figueiredo, R.M.D. (1998). *Prevenção às DST/Aids em ações de saúde e educação*. São Paulo: NEPAIDS.

Folle, E., & Geib, L.T.C. (2004). Representações sociais das primíparas adolescentes sobre o cuidado materno ao recém-nascido. *Rev Latino-am Enfermagem*, 12 (2), 183-90.

Fraser, A.M., Brockert, J.E., & Ward, R.H. (1995). Association of young maternal age with adverse reproductive outcomes. *N Engl J Med.*, 332 (17), 1113-7. Recuperado em 04 de junho, 2013, de:
<http://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJM199504273321701#t=articleDiscussion>

Freitas, W. de M. e, Silva, A.T.M.C. da, Coelho, E de A.C., Guedes, R.N., Lucena, K.D.T. de, & Costa, A.P.T. (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Rev Saúde Pública*, 43 (1), 85-90.

Gergen, K.J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40 (3), 266-275. Recuperado em 25 de maio, 2013, de:
http://www.swarthmore.edu/Documents/faculty/gergen/Social_Constructionist_Movement.pdf

Gispert, M., Brinich, P., Wheeler, K., & Krieger, L. (1984). Predictors of repeat pregnancies among low-income adolescents. *Hosp Community Psychiatry*, 35 (7), 719-23. Recuperado em 01 de junho, 2013, de:
<http://ps.psychiatryonline.org/article.aspx?articleID=69893>

Godinho, R.A., Schelp, J.R.B., Parada, C.M.G. de L., & Bertoncello, N.M.F. (2000). Adolescentes e grávidas: onde buscam apoio? *Rev. latino-am. enfermagem*, 8 (2), 25-32.

Guareschi, N.M. de F., Weber, A., Comunello, L.N. & Nardini, M. (2006). Discussões sobre violência: trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19 (1), 122-130.

Gupta, N., & Leite, I. da C. (1999). Adolescent Fertility Behavior: Trends And Determinants in Northeastern Brazil. *International Family Planning Perspectives*. 25 (3). Recuperado em 03 de junho, 2013, de: <http://www.guttmacher.org/pubs/journals/2512599.html>

Heilborn, M.L., et al. (2002). Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, 17, 13-45.

Heilborn, M.L. (2012). Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 24 (1), 57-68.

Hoga, L.A.K., Borges, A.L.V., & Reberte, L.M. (2010). Razões e reflexos da gravidez na adolescência: narrativas dos membros da família. *Esc Anna Nery Rev Enferm*, 14 (1), 151-57.

Ibáñez, T. (1993). Construccinismo y psicologia. *Revista Interamericana de Psicologia*, 28 (1), 105-123.

Jolly, M.C., Sebire, N., Harris, J., Robinson, S., & Regan, L. (2000). Obstetric Risks of Pregnancy in Women Less Than 18 Years Old. *Obstetrics & Gynecology*, 96 (6), 962-966. Recuperado em 02 de junho, 2013, de: http://journals.lww.com/greenjournal/fulltext/2000/12000/obstetric_risks_of_pregnancy_in_women_less_than_18.18.aspx

Levandowski, D.C. (2001). Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estudos de Psicologia*, 6 (2), 195-209. Recuperado em 16 de junho, 2013, de: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7273.pdf>

Lima, C.T.B., et al. (2004). Percepções e práticas de adolescentes grávidas e de familiares em relação à gestação. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, 4 (1), 71-83.

Luz, A.M.H., & Bernl, N.I. de O. (2010). Processo da paternidade na adolescência. *Rev Bras Enferm*, 63 (1), 43-50.

Magalhães, R. (2007). Gravidez recorrente na adolescência: o caso de uma maternidade pública. *Adolescência & Saúde*, 4 (1), 23-32.

Manfredo, V.A., Cano, M.A.T., & Santos, B.M. de O. (2012). Reincidência de gravidez em adolescentes: retrato de uma realidade. *Rev APS*, 15 (2), 192-198.

Martins, P.P.S., McNamee, S., & Guanaes-Lorenzi, C. (2014) Family as a Discursive Achievement: A Relational Account. *Marriage & Family Review*, 50 (7), 621-637.

Mata, A.N. de S., Lemos, C.A., Ferreira, C.L., Braga, L.P., & Maia, E.M.C. (2009). Fatores de risco na repetição da gravidez na adolescência. *Revista Colombiana de Psicologia*, 18 (2), 167-175.

Matta, J. de S. (2008). E a Família, como vai? Trajetórias Familiares e Concepções de Família em Mulheres que Foram Mães na Adolescência: o caso do Centro de saúde Germano Sinval Faria. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Recuperado em 01 de outubro, 2013, de: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4692>

Meincke, S.M.K., & Carraro, T.E. (2009). Vivência da paternidade na adolescência: sentimentos expressos pela família do pai adolescente. *Texto Contexto Enferm*, 18 (1), 83-91.

Melhado, A, Carvalho, M.J., Sant'Anna, Bastos, M.L., Passarelli, & Coates, V. (2008). Gravidez na adolescência: apoio integral à gestante e à mãe adolescente como fator de proteção da reincidência. *Adolescência e Saúde*, 5 (2), 45-51.

Michelazzo, D., Yazlle, M.E.H.D., Mendes, M.C., Patta, M.C.; Rocha, J.S.Y. & Moura, M.D. de. (2004). Indicadores Sociais de Grávidas Adolescentes: Estudo Caso-Controle. *RBGO*. 26 (8), 633-39.

Minayo, M.C. de S. (1992). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO.

Minayo, M.C., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, 9 (3), 239-262.

Moreira, L.E., & Nardi, H.C. (2009). Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17 (2), 569-594.

Moreira, T.M.M., Viana, D. de S., Queiroz, M.V.O., & Jorge, M.S.B. (2008). Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. *Rev Esc Enferm USP*, 42 (2), 312-20.

Motta, M. de G.C., Ribeiro, N.R.R., Pedro, E.N.R., & Coelho, D.F. (2004). Vivências da mãe adolescente e sua família. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, Maringá, 26 (1), 249-256.

Nery, I.S., Mendonça, R. de C.M., Gomes, I.S., Fernandes, A.C.M., & Oliveira, D.C. de. (2011). Reincidência da gravidez em adolescentes de Teresina, PI, Brasil. *Rev Bras Enferm*, 64 (1), 31-37.

Nogueira, C. (2001). Construcionismo Social, discurso e gênero. *Psicologia*, 15 (1), 43-65. Recuperado em 04 de junho, 2013, de: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4039>

Oliveira, R.C. (2008). Adolescência, gravidez e maternidade: A percepção de si e a relação com o trabalho. *Saúde e Sociedade*, 17 (4), 93-102.

Organizacion Mundial de la Salud (1965). *Problemas de salud de La adolescência*. Série de Informes técnicos. Geneva: OMS, p. 308-329. Recuperado em 04 de junho, 2013, de: http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_TRS_308_spa.pdf

Orlandi, R., & Toneli, M.J.F. (2008). Adolescência e paternidade: sobre os direitos de criar projetos e procriar. *Psicologia em Estudo*, 13 (2), 317-326.

Pantoja, A.L.N. (2003). “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 19 (Sup. 2), 335-343.

Patias, N.P., Gabriel, M.R., Weber, B.T., & Dias, A.C.G. (2011). Considerações sobre a gestação e a maternidade na adolescência. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 19 (1-2), 31-38.

Persona, L., Shimo, A.K.K., & Tarallo, M.C. (2004). Perfil de adolescentes com repetição da gravidez atendidas num ambulatório de pré-natal. *Rev Latino-am Enfermagem*, 12 (5), 745-50.

Queiroz, I.N.B, Santos, M.C.F.C. dos, Machado, M. de F.A. de S., Lopes, M. do S.V., & Costa, C.C.C. (2010). Planejamento familiar na adolescência na percepção de enfermeiras da estratégia saúde da família. *Rev. Rene*, 11 (3), 103-113.

Rangel, D.L. de O., & Queiroz, A.B.A. (2008). A representação social das adolescentes sobre a gravidez nesta etapa de vida. *Esc Anna Nery Rev Enferm*, 12 (4), 780-88.

Rasera, E.F., Guanaes, C., & Japur, M. (2004). Psicologia, Ciência e Construcionismos: dando sentido ao self. *Psicologia: reflexão e crítica*, 17 (2), 157-65.

Rasera, E.F., & Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, 15 (30), 21-29.

Reis, V.L., Valle, T.G.M., & Maia, A.C.B. (2010). Mães adolescentes desenhando e falando sobre suas interações familiares. In Valle, T.G.M., & Melchiori, L.E., orgs. *Saúde e Desenvolvimento Humano*. São Paulo: Cultura Acadêmica. 155-175.

Ribeiro, P.R.C., Silva, M.R.S., Souza, N.G.S., Goellner, S., & Felipe, J. (2007). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande/RS: Editora da FURG.

Riekowski, T., & Almeida, V. de. (2009). A influência do sistema familiar na repetição indesejada da gravidez na adolescência. *Ágora: R. Divulg. Cient.*, 16 (2), 154-165. Recuperado em 31 de junho, 2013, de: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/29/144>

Roland, M. I. F. (1994). A construção social do problema da gravidez na adolescência: estudo de caso sobre o campo institucional da central da gestante, em Piracicaba, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Recuperado em 17 de outubro, 2013, de: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000076688>

Rosa, A. J. (2007). Novamente grávida: adolescentes com maternidades sucessivas em Rondonópolis - MT. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 06 de junho, 2013, de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-11022008-222655/pt-br.php>

Rosa, A.J., Reis, A.O.A., & Tanaka, A.C.A. (2007). Gestações sucessivas na adolescência. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*, 17 (1), 165-172.

Sabroza, A.R., Leal, M. do C., Gama, S.G.N. da & Costa, J.V. da. (2004). Perfil sócio-demográfico e psicossocial de puérperas adolescentes do Município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001. *Cad. Saúde Pública*, 20 (Sup 1), 112-120.

Santos, J. de O., Silva, C.F. dos S., Petenão, E., Soster, F.C.B., Berard, M.B., & Silva, S.R. da. (2009). Perfil das adolescentes com reincidência de gravidez assistidas no setor público de Indaiatuba (SP). *Rev Inst Ciênc Saúde*, 27 (2), 115-21.

Santos, S.R. dos, & Shor, N. (2003). Vivência da maternidade na adolescência precoce. *Rev Saúde Pública*, 37 (1), 15-23.

Scavone, L. (2001) A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, (16), 137-150.

Silva, A. de A.A., Coutinho, I.C., Katz, L., & Souza, A.S.R. (2013). Fatores associados à recorrência da gravidez na adolescência em uma maternidade escola: estudo caso-controle. *Cad. Saúde Pública*, 29 (3), 496-506.

Silva, L.A. da, Nakano, A.M.S., Gomes, F.A., & Stefanello, J. (2009). Significados atribuídos por puérperas adolescentes à maternidade: autocuidado e cuidado com o bebê. *Texto Contexto Enfermagem*, 18 (1), 48-56.

Silva, K.S. da, Rozenberg, R., Bonan, C., Chuva, V.C.C., Costa, S.F. da, & Gomes, M.A. de S.M. (2011). Gravidez recorrente na adolescência e vulnerabilidade social no Rio de Janeiro (RJ, Brasil): uma análise de dados do Sistema de Nascidos Vivos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (5), 2485-2493.

Silva, L. & Tonete, V.L.P. (2006). A gravidez na adolescência sob a perspectiva dos familiares: compartilhando projetos de vida e cuidado. *Rev Latino-am Enfermagem*, 14 (2), 199-206.

Siqueira, A.A.F., & Tanaka, A.C.D.D.A. (1986). Mortalidade na Adolescência com especial referencia à mortalidade materna, Brasil, 1980. *Rev Saude Publica*, 20, 274-9.

Spink, M.J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. (1ª ed). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 41 p.

UNICEF. (2011). *Situação Mundial da Infância 2011*. Adolescência: uma fase de oportunidades. Caderno Brasil.

Vitalle, M.S.S., & Amancio, O.M.S. (2001). Gravidez na adolescência. *Brazilian Pediatric News*, 3 (3). Recuperado em 10 de junho, 2013, de: <http://www.pjpp.sp.gov.br/2004/artigos/11.pdf>

9. ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência””, sob a responsabilidade da pesquisadora: Ana Luiza Rodrigues Inácio, mestrande do Programa de Pós – Graduação em Psicologia, sob a orientação do Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera.

Nesta pesquisa buscamos entender a repetição da “gravidez na adolescência”.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Ana Luiza R. Inácio durante visita a ser realizada à sua residência.

Na sua participação você será entrevistado(a) e responderá perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, que serão gravadas em áudio pela pesquisadora, transcritas, e posteriormente, essas gravações serão eliminadas.

Em nenhum momento você será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos em consequência da pesquisa são mínimos e consistem em: desconforto ou receio em expor aspectos da vida pessoal, dúvida sobre as perguntas da entrevista, interrupção da rotina diária. Os benefícios serão coletivos, pois o estudo mostrará à sociedade, aos alunos e aos profissionais da saúde uma visão diferenciada acerca da repetição da “gravidez na adolescência” a partir da perspectiva dos familiares, o que ajudará na elaboração ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas nesse processo. Você é livre para deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem nenhum constrangimento ou prejuízo.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato com a Pesquisadora: Ana Luiza Rodrigues Inácio no seguinte endereço e telefone:

Endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Uberlândia – MG. CEP: 38400-902. Telefone: (34) 3218-2701/ 3218-2816. Email: pgpsi@fapsi.ufu.br.

Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia no seguinte endereço e telefone:

Endereço: Universidade Federal de Uberlândia. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Avenida João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1A, Sala 224 - Campus Santa Mônica – Bairro: Santa Mônica - Uberlândia – MG. CEP: 38400-098. Telefone: (34) 3239-4131.

Uberlândia, _____ de _____ de 201____.

Assinatura da pesquisadora

Eu, _____ aceito
participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento para o menor

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência””, sob a responsabilidade da pesquisadora: Ana Luiza Rodrigues Inácio, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera.

Nesta pesquisa buscando entender a repetição da “gravidez na adolescência”.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Ana Luiza R. Inácio durante visita a ser realizada à sua residência.

Na sua participação, você será entrevistado(a) e responderá perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, que serão gravadas em áudio pela pesquisadora, transcritas, e posteriormente, essas gravações serão eliminadas.

Em nenhum momento você será identificad(a)o. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos em consequência da pesquisa são mínimos e consistem em: desconforto ou receio em expor aspectos da vida pessoal, dúvida sobre as perguntas da entrevista, interrupção da rotina diária. Os benefícios serão coletivos, pois o estudo mostrará à sociedade, aos alunos e aos profissionais da saúde uma visão diferenciada acerca da repetição da “gravidez na adolescência” a partir da perspectiva dos familiares, o que ajudará na elaboração ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas nesse processo. Você é livre para deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem nenhum constrangimento ou prejuízo.

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora: Ana Luiza Rodrigues Inácio no seguinte endereço e telefone:

Endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, sala 2C54 – Campus Umuarama – Bairro: Jardim Umuarama – Uberlândia – MG. CEP: 38400-902. Telefone: (34) 3218-2701/3218-2816. E-mail: pgpsi@fapsi.ufu.br

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – Universidade Federal de Uberlândia, no seguinte endereço e telefone:

Endereço: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco 1A, sala 224, Campus Santa Mônica – Bairro; Santa Mônica - Uberlândia – MG. CEP: 38400-098. Telefone: (34) 3239-4131.

Uberlândia, _____ de _____ de 201____.

Assinatura da pesquisadora

Eu _____ aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Responsável legal pelo menor

Caro Responsável:

Você está sendo convidado(a) a avaliar e dar consentimento para o(a) menor _____ participar da pesquisa “Relações familiares frente à repetição da “gravidez na adolescência””, sob a responsabilidade da pesquisadora: Ana Luiza Rodrigues Inácio, mestrande do Programa de Pós – Graduação em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Emerson Fernando Raserá.

Nesta pesquisa buscamos entender a repetição da “gravidez na adolescência”.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Ana Luiza R. Inácio durante visita a ser realizada à residência do(a) menor.

Na participação do(a) menor, este(a) será entrevistado(a) e responderá perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, que serão gravadas em áudio pela pesquisadora, transcritas, e posteriormente, essas gravações serão eliminadas.

Em nenhum momento o(a) menor será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. O(a) menor não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos em consequência da pesquisa são mínimos e consistem em: desconforto ou receio em expor aspectos da vida pessoal, dúvida sobre as perguntas da entrevista, interrupção da rotina diária. Os benefícios serão coletivos, pois o estudo mostrará à sociedade, aos alunos e aos profissionais da saúde uma visão diferenciada acerca da repetição da “gravidez na adolescência” a partir da perspectiva dos familiares, o que ajudará na elaboração ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas nesse processo. O(a) menor é livre para deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem nenhum constrangimento ou prejuízo.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) senhor(a). Se tiver qualquer dúvida a respeito da pesquisa poderá entrar em contato com Pesquisadora: Ana Luiza Rodrigues Inácio no seguinte endereço e telefone:

Endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Uberlândia – MG. CEP: 38400-902. Telefone: (34) 3218-2701/ 3218-2816. Email: pgpsi@fapsi.ufu.br.

Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia no seguinte endereço e telefone:

Endereço: Universidade Federal de Uberlândia. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Avenida João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1A, Sala 224 - Campus Santa Mônica – Bairro: Santa Mônica - Uberlândia – MG. CEP: 38400-098. Telefone: (34) 3239-4131.

Uberlândia, _____ de _____ de 201____.

Assinatura da pesquisadora

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____, consinto na sua participação no projeto citado acima, caso ele(a) deseje, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) responsável legal pelo participante da pesquisa

Anexo D - Parecer Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Título da Pesquisa:** A produção de sentidos nas relações familiares frente à repetição da gravidez na adolescência**Pesquisador:** Ana Luiza Rodrigues Inácio**Área****Temática:****Versão:** 2**CAAE:** 21501313.1.0000.5152**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFU**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DA NOTIFICAÇÃO****Tipo de Notificação:** Outros**Detalhe:** Pedido de mudança de local de recrutamento de participantes**Justificativa:** Solicito a modificação do local de recrutamento de participantes da pesquisa devido**Data do Envio:** 20/06/2014**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 735.028**Data da Relatoria:** 27/06/2014**Apresentação da Notificação:**

Os pesquisadores solicitam a modificação do local de recrutamento de participantes da pesquisa devido a dificuldades encontradas pela pesquisadora no antigo local. Segundo a pesquisadora: "Essas dificuldades foram decorrentes da rotina de trabalho da Equipe de Saúde da unidade, que não permitiu a colaboração para o acesso aos potenciais participantes conforme planejado, tanto em relação ao levantamento das famílias cadastradas e que se encaixariam no perfil descrito na pesquisa, quanto ao acompanhamento e auxílio no primeiro contato, via visita domiciliar.

Assim, após várias tentativas para o recrutamento dos participantes, não foi possível efetivar nenhuma entrevista válida para a pesquisa."

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica**Bairro:** Santa Mônica**CEP:** 38.408-144**UF:** MG**Município:** UBERLÂNDIA**Telefone:** (34)3239-4131**Fax:** (34)3239-4335**E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 735.028

Objetivo da Notificação:

Pedido de mudança de local de recrutamento de participantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores, os riscos no desenvolvimento desta pesquisa seriam: "...demonstração de nervosismo por parte dos entrevistados, desconforto ou receio em expor aspectos da vida pessoal, dúvida sobre as perguntas da entrevista, interrupção da rotina diária.

Diante disso, pretende-se eliminar ao máximo tais riscos, destacando-se a liberdade de escolha por participar ou não da pesquisa (registrado pela assinatura do TCLE) e o compromisso por parte da pesquisadora em assegurar o sigilo absoluto quanto à identidade do sujeito pesquisado, conforme recomenda a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Caso desistam de participar em qualquer etapa da pesquisa as pessoas entrevistadas não serão penalizadas e não estarão expostas a qualquer tipo de prejuízo pessoal ou profissional. Destaca-se ainda que os sujeitos não serão expostos a situações que os constringam e nem a qualquer tipo de substâncias químicas ou dispositivos que possam trazer algum dano à sua saúde."

Benefícios: "A realização desse estudo trará vários benefícios, tanto àqueles envolvidos quanto para a sociedade como um todo, tais como: a concepção de novos estudos e orientações para a questão da gravidez na adolescência".

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

Solicitação com justificativa pertinente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Declaração da Instituição co-participante atualizada.

Cronograma atualizado.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do Adendo ao protocolo de pesquisa proposto.

O Adendo ao protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4335

E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 735.028

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: fevereiro de 2015.

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador:

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 735.028

projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

UBERLÂNDIA, 31 de Julho de 2014

Assinado por:
Sandra Terezinha de Farias Furtado
(Coordenador)

